



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARIA JOSEANE DA SILVA BEZERRA

**ESTRATÉGIAS DE PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO ACUSATIVA EM DADOS
ESCRITOS DO PORTUGUÊS DE TIMOR-LESTE**

Recife

2020

MARIA JOSEANE DA SILVA BEZERRA

**ESTRATÉGIAS DE PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO ACUSATIVA EM DADOS
ESCRITOS DO PORTUGUÊS DE TIMOR-LESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Roberta
Tavares Silva.

Recife

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

MARIA JOSEANE DA SILVA BEZERRA

**ESTRATÉGIAS DE PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO ACUSATIVA EM DADOS
ESCRITOS DO PORTUGUÊS DE TIMOR-LESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Aprovada em: 18/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Roberta Tavares Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Amorim Sibaldo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Dorothy Bezerra Silva de Brito (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Quando nos dispomos a realizar uma tarefa árdua em nossa existência, é imprescindível que aqueles que amamos estejam próximos a nós, objetivando auxiliar-nos no trabalho empreendido, seja com uma oração, uma palavra, um conselho, uma orientação ou, até mesmo, participando ativamente no desenvolvimento da empreitada. Diante dessa reflexão, convém, ao término desta pesquisa, ser grata a todas as pessoas, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Em primeiro lugar, quero agradecer imensamente ao meu Criador, o Senhor Deus Todo-Poderoso, que me concedeu o dom da vida e caminha comigo em todos os momentos, sejam estes bons ou ruins, dando-me a certeza de que, depois de uma grande tempestade, o sol resplandece majestoso. Além disso, me presenteou com inteligência, sabedoria e impassibilidade, a fim de me ajudar no que se refere ao sucesso desta pesquisa.

Agradeço também a pessoa mais importante da minha vida, a minha mãe, que, enquanto estava presente nesta terra, sempre se dedicou e se esforçou para que eu alcançasse o patamar mais elevado do conhecimento. Tinha orgulho e acreditava em mim quando, até eu mesma, já havia perdido as esperanças nos meus objetivos. Ela foi o alicerce e todos os tijolos que construíram a escada em direção aos meus sonhos, portanto, devo a minha mãe, agora nos braços do Pai, o título de mestre em linguística.

Agradeço, de maneira especial, a minha orientadora Doutora Professora Cláudia Roberta, que, além de ser uma excelente profissional, também é uma pessoa extraordinária, humana, compreensiva e humilde.

Agradeço também à professora doutora Dorothy pela disponibilidade, atenção e leitura cuidadosa do trabalho desde a etapa da qualificação.

Ao professor doutor Marcelo Sibaldo, que, além de ter sido um excelente professor de uma das disciplinas fundamentais para compor os créditos do curso de Mestrado, aceitou colaborar, participando da defesa desta dissertação.

Ao meu pai que contribuiu financeiramente para que eu me deslocasse até a Universidade para estudar.

Ao meu primo Cícero Kleandro, por me incentivar e me “obrigar” a cursar uma disciplina como aluna especial, quando a minha vontade, a minha coragem e o meu ânimo já haviam se esvaído. E esta disciplina foi a porta de entrada para o Mestrado, porque, através dela, pude me familiarizar com a Universidade.

Sou grata ainda a minha melhor amiga Natália, que contribuiu orando a Deus por minha vida e acreditando que eu poderia realizar este trabalho com excelência.

Agradeço a minha prima Nilza, que, em meio a tribulações de toda sorte, sempre esteve ao meu lado, sendo uma coluna para a realização desta pesquisa, ainda que não em termos científicos, mas, na retaguarda da batalha.

Agradeço aos meus gestores Margarida, Marquiraél e Juvino, por compreenderem algumas ausências minhas na Escola e por me incentivarem a permanecer no Curso, mesmo quando tiveram que “brigar” por mim diante dos seus superiores, acreditando que um número insignificante de ausências na Escola redundaria, no futuro, em benefícios para o desenvolvimento intelectual dos educandos, uma vez que o profissional capacitado e competente faz a diferença na educação.

Agradeço aos meus colegas de Curso, pelo carinho, respeito e por me auxiliarem nos trabalhos acadêmicos, pois estavam sempre prontos para me ajudar no que fosse preciso.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, pelo apoio que recebi para prosseguir e nunca desistir dos meus objetivos, mesmo muitas vezes sobrecarregada e exausta pelos compromissos profissionais diários.

Agradeço aos meus alunos que, de forma carinhosa, também me incentivaram a cursar o Mestrado para alçar voos mais altos na imensidão do conhecimento.

A todos, MUITO OBRIGADA!

A importância da língua para o desenvolvimento da civilização reside no facto de que nela o homem colocou um mundo próprio ao lado do outro, posição que julgava bastante sólida para dali erguer o resto do mundo sobre os seus eixos e se tornar senhor do mundo. (NIETZSCHE, 1985)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar estratégias de preenchimento da posição acusativa em dados escritos do português de Timor-Leste, produzidos por estudantes timorenses que prestaram vestibular para ingresso na Universidade Nacional de Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (UNILAB), localizada em Redenção-CE. Está embasada pelo viés teórico da Sociolinguística, em sua abordagem variacionista (LABOV, [1972] 2008), a qual, tem por objeto de estudo a variação linguística observada dentro de uma comunidade de fala, sendo a língua um sistema heterogêneo constituído por regras variáveis. Para a realização deste estudo, adotou-se o método de abordagem indutivo e de procedimento estatístico para realizar-se a análise linguístico-quantitativa. Os dados do *corpus* foram submetidos a tratamento estatístico a partir de sua rodada no programa computacional GOLDVARB X (SANKOFF et. al., 2005). Durante essa análise, investigou-se as estratégias de preenchimento da posição acusativa encontradas em redações produzidas por estudantes timorenses, levando em conta se há influência do tétum, sobre o Português de Timor-Leste e se fatores (extra)linguísticos podem favorecer o uso de determinada estratégia de preenchimento da posição acusativa. Os resultados revelam que no PTL a posição de objeto acusativo preenchida prevalece sobre a posição de objeto vazia, pois, do total de 984 (100%), 88/873 (70%) representam objetos realizados, enquanto 11/111 (30%) representam a posição de objeto vazia. Desses objetos realizados, 873 dados têm a posição preenchida por SNs e apenas 1 dado, pelo clítico pronominal “a”. Quanto à variável “modo verbal”, o fator modo indicativo favorece a ocorrência da posição de objeto preenchida (0,61), “o tipo de oração em que ocorre as estratégias de preenchimento da posição acusativa, três fatores do total de seis, foram significativos, a saber: a) Matriz/simples/primeira, em coordenação (0,62) b) Complemento (reduzida ou não) (0,85) e c) Adjunto (reduzida ou não) (0,70). A variável animacidade e “nota atribuída ao texto” foram desconsideradas pelo GOLDVARB X pelo fato de não exercerem nenhuma influência no preenchimento e não-preenchimento da posição acusativa. A hipótese quanto ao sexo dos escreventes era de que as mulheres tenderiam a produzir mais clíticos pronominais, tomando por base que, em geral, primam pelo uso padrão da língua, conforme Mollica (2004), não foi confirmada.

Palavras-chave: Estratégias. Posição acusativa. Variação. Timor-Leste. Português

ABSTRACT

This research aims to investigate strategies for filling the accusative position in written data of East Timorese Portuguese, produced by Timorese students who took the entrance exam for admission to the National University of International Integration of Brazilian Lusophony (UNILAB), located in Redenção-CE. It is based on the theoretical bias of Sociolinguistics, in its variationist approach (LABOV, [1972] 2008), which aims to study the linguistic variation observed within a speech community, with language being a heterogeneous system consisting of variable rules. To carry out this study, the method of inductive approach and statistical procedure was adopted to perform the linguistic-quantitative analysis. The corpus data were subjected to statistical treatment from its round in the computer program GOLDVARB X (SANKOFF et. Al., 2005). During this analysis, the strategies for filling the accusative position found in essays produced by East Timorese students were investigated, taking into account whether there is influence of Tetum, on East Timorese Portuguese and whether (extra) linguistic factors may favor the use of determined strategy for filling the accusatory position. The results reveal that in the PTL the accusative object position filled prevails over the empty object position, since, of the total of 984 (100%), 88/873 (70%) represent realized objects, while 11/111 (30%) represent the empty object position. Of these objects, 873 dice have their position filled by SNs and only 1 dice, by the pronominal clitic "a". As for the variable "verbal mode", the indicative mode factor favors the occurrence of the filled object position (0.61), "the type of sentence in which the strategies for filling the accusatory position occur, three factors out of a total of six, were significant, namely: a) Matrix / simple / first, in coordination (0.62) b) Complement (reduced or not) (0.85) and c) Adjunct (reduced or not) (0.70). The variable "animacidade" and "grade attributed to the text" were disregarded by GOLDVARB X due to the fact that they have no influence on the filling and non-filling of the accusatory position. The hypothesis regarding the sex of the clerks was that women would tend to produce more pronominal clitics, based on the fact that, in general, they excel in the standard use of language, as Mollica (2004), has not been confirmed.

Keywords: Strategies. Accusative Position. Variation. Timor-Leste. Portuguese

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Critérios para a seleção das redações.....	76
Gráfico 1 - Porcentagem de ocorrência de dados com as duas variantes no <i>corpus</i> analisado.....	97
Gráfico 2 - Porcentagem de ocorrência de dados com a variante posição de objeto preenchida.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX.....	26
Tabela 2 - Formas dos pronomes pessoais do crioulo guineense.....	31
Tabela 3 - Posições nulas <i>versus</i> posições preenchidas.....	58
Tabela 4 - Ocorrência de posições nulas (vs. preenchidas) de acordo com o tipo de antecedente, através do tempo.....	60
Tabela 5 - Objetos nulos vs. preenchidos (pronomes clíticos e tônicos) com antecedentes NP [+específico] <i>versus</i> traço "animacidade".....	61
Tabela 6 - Distribuição dos dados computados segundo a variante usada.....	63
Tabela 7 - Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do antecedente do objeto.....	64
Tabela 8 - Distribuição das variantes usadas segundo a variável sexo.....	65
Tabela 9 - Paradigma pronominal do Tetun – Singular.....	71
Tabela 10 - Paradigma pronominal do Tetun – Plural.....	72
Tabela 11 - Distribuição de posições nulas vs. preenchidas.....	96
Tabela 12 - Ocorrência de posições nulas segundo o tipo de antecedente.....	96
Tabela 13 - Percentual e peso relativo referente à variável <i>modo verbal</i>	103
Tabela 14 - Percentual e peso relativo referente ao tipo de oração.....	105
Tabela 15 - Percentual e peso relativo referente à animacidade.....	109
Tabela 16 - Percentual e peso relativo referente ao sexo.....	111
Tabela 17 - Percentual e peso relativo referente à nota atribuída ao texto.....	112

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	PANORAMA DA PESQUISA.....	17
2.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	17
2.2	MOSAICO LINGUÍSTICO DE TIMOR-LESTE.....	19
2.3	A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE.....	22
2.4	A SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS DE TIMOR-LESTE EM RELAÇÃO A OUTRAS VARIEDADES NÃO-EUROPEIAS DO PORTUGUÊS.....	24
3	QUADRO TEÓRICO.....	37
3.1	SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: PRESSUPOSTOS.....	37
3.2	SOBRE AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS.....	40
3.3	NORMA E USO.....	46
3.4	VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONTATO LINGUÍSTICO: O CASO DAS VARIEDADES NÃO-EUROPEIAS DO PORTUGUÊS.....	50
3.5	UM OLHAR VOLTADO AO USO DOS CLÍTICOS EM VARIEDADES DE PORTUGUÊS: BREVES INCURSÕES.....	56
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	75
4.1	MÉTODO ADOTADO.....	75
4.2	TIPO DE PESQUISA.....	75
4.3	COLETA DOS DADOS.....	76
4.4	CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	77
4.5	VARIÁVEIS SELECIONADAS.....	87
4.5.1	Variável Dependente.....	87
4.5.2	Variáveis Independentes (Linguísticas).....	88
4.5.3	Variáveis Extralinguísticas.....	92
4.6	CODIFICAÇÃO E TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS.....	94
5	A ANÁLISE DOS DADOS ESCRITOS DO PORTUGUÊS TIMORENSE.....	96
5.1	VARIÁVEL: POSIÇÃO DO OBJETO PREENCHIDA.....	100
5.2	VARIÁVEL: MODO VERBAL.....	102
5.3	VARIÁVEL: TIPO DE ORAÇÃO.....	105
5.4	VARIÁVEL: ANIMACIDADE.....	108

5.5	VARIÁVEL: SEXO DOS ESCRIVENTES.....	110
5.6	VARIÁVEL: NOTA ATRIBUÍDA AO TEXTO.....	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	117

1 APRESENTAÇÃO

Nos países africanos e asiáticos o português depara-se com muitos obstáculos para que haja o seu desenvolvimento. Dentre estes obstáculos pode-se mencionar a quantidade insuficiente de professores graduados e que dominam o português, a maioria dos professores, com exceção dos professores portugueses, e os estudantes, além da língua nativa, o Tétum, falam o bahasa-indonésia e outras variedades em sala de sala, dificultando, assim, a aprendizagem do português, o material em português disponível é mínimo, sendo necessário que os professores brasileiros e cubanos recorram aos professores portugueses por auxílio. Diante dessas dificuldades linguísticas enfrentadas pelos países asiáticos e africanos que falam o português, muitos estudiosos têm se debruçado sobre pesquisas referentes à morfossintaxe da Língua Portuguesa, nestes países, para evidenciar os obstáculos existentes nestas variedades não-europeias do português. Jorge (2008) discorre a respeito do português presente como língua oficial em quatro continentes: América do Sul, Europa, África e Ásia, afirmando que estes continentes partilham do uso da língua portuguesa porque vivenciaram um processo colonial semelhante. E é devido a esse passado colonial associado às características específicas de cada região que irá determinar a direção da língua portuguesa nos diversos locais, influenciando o modo como está sendo utilizada atualmente.

Por volta do século XVI, Portugal era uma grande potência e havia muita ambição da coroa portuguesa por novas terras, para engrandecer ainda mais seu império e, como consequência dessa ambição portuguesa, vários países foram colonizados e obrigados a utilizarem o idioma do colonizador: a língua portuguesa, a qual se expandiu, juntamente com os conquistadores, passando a ser utilizada nas terras conquistadas. No entanto, no decorrer do tempo, as línguas nativas dos povos conquistados, escravos enviados às novas terras e outros colonizadores influenciaram a língua portuguesa, conferindo diferentes características linguísticas ao idioma e afastando-o do português de Portugal. No que se refere às diferenças entre o Português Europeu (doravante PE) e o Português Brasileiro (doravante PB), de acordo com Roberts e Kato (2018, p. 144) *apud* Galves (1990) e Silva (1990), a posição ocupada pelos pronomes clíticos no nível superficial da sentença constitui uma das mais importantes diferenças entre o PB e o PE. Quando utilizados verbos simples, o PB tem sempre o pronome clítico anteposto ao verbo, enquanto em PE tem-se a próclise ou a ênclise consoante regras definidas. Já no que concerne às variações do português utilizadas nos continentes asiático e africano, pode-se observar que, não apresentam as mesmas características das variedades

brasileira e europeia, apesar do processo de formação histórica dessas nações apresentar o mesmo colonizador: Portugal. No entanto, devido à influência de outros povos colonizadores, línguas nativas existentes, ou mesmo por distância territorial, estas variedades seguiram rumos diferentes, adquirindo novas feições linguísticas.

Vilela (1991, p. 191) afirma que “a África lusófona pode ser considerada um laboratório linguístico e que há mais diferenças profundas do que semelhanças em relação ao português brasileiro, pois a gramática está sendo regularizada por características de origem africana e as construções revelam filtragens culturais múltiplas”. É neste cenário que a língua portuguesa, em continente africano, é reconhecida como uma das línguas nacionais e como língua oficial.

Falando-se especificamente do contexto multilíngue de Timor-Leste, país, cuja língua oficial: o português de Timor-Leste (doravante PTL), é o objeto de estudo da seguinte pesquisa, “há diversas línguas nativas, que são L1(língua primeira) de grupos de falantes e possuem um estatuto domiciliar/familiar; há o tétum, que possui o conceito de língua nacional e há as línguas estrangeiras, como o português e o inglês, as quais são consideradas línguas internacionais de cultura e gozam de alto prestígio social” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 48). Isso acontece, porque na visão de Albuquerque (2012), há uma grande escassez de estudos sobre o PTL e, como consequência, pouco se sabe a respeito de sua morfossintaxe. Referente ao sistema pronominal, o autor verifica que o emprego de pronomes pessoais, pesquisados em dados do PTL, apresenta um comportamento único de variação, devido a influência do contato linguístico com línguas nativas timorenses, que por serem, em sua maioria, austronésia, possuem um modelo pronominal bem distinto do português. Diante dessa escassez de estudos relativos à morfossintaxe do PTL, é imprescindível o desenvolvimento desta pesquisa, com o objetivo de evidenciar os obstáculos linguísticos encontrados, que são: uma pequena quantidade de professores, em Timor-Leste, possui formação universitária, não tendo, portanto, domínio do português, o material didático é insuficiente, os professores e os estudantes falam outras línguas em sala de aula e o governo leste-timorense não disponibiliza recursos suficientes para o investimento da aquisição do português.

O objetivo principal desta dissertação é investigar as estratégias de preenchimento da posição acusativa encontradas em redações produzidas por estudantes timorenses para seu ingresso na UNILAB-CE, levando em conta se há influência do tétum, língua materna dos timorenses sobre o PTL e se fatores (extra)linguísticos favorecem o uso dessas estratégias relacionadas.

Além dos objetivos apresentados, a pesquisa está alicerçada na hipótese de que o tétum pode exercer alguma influência sobre o PTL no que concerne à escolha da estratégia de preenchimento da posição acusativa, haja vista que essa variedade tem *status* de uma língua estrangeira (ALBUQUERQUE, 2011, 2012, 2015). Já que no tétum não há clíticos pronominais acusativos, espera-se que esse padrão possa ser evidenciado nos dados escritos produzidos pelos sujeitos desta pesquisa, mesmo sendo um contexto de produção mais monitorado e formal.

Durante a análise, serão adotados os pressupostos da Teoria da Variação Linguística proposta por Labov (1972 [2008]), segundo a qual a língua é heterogênea resultante da variação linguística que lhe é inerente. Segundo Coelho et al. (2015), a língua é um sistema organizado, formado por regras categóricas e regras variáveis condicionadas por fatores linguísticos e extralinguísticos. Portanto, uma língua, ao mesmo tempo em que possui estrutura, também é dotada de variabilidade, ou seja, trata-se de um sistema heterogêneo. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Mollica (2003, p. 10) defende que "a língua parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível". Assim, para que haja fenômenos linguísticos variáveis, é necessário que formas linguísticas (a forma padrão, de prestígio *versus* a forma não-padrão, estigmatizada) ocorram em um mesmo contexto e tenham o mesmo valor de verdade. A esse conjunto de formas dá-se o nome de variável. Tarallo (2003) ainda observa que, em toda comunidade de fala, são frequentes formas linguísticas em variação.

Ao se abordar diferentes estratégias de preenchimento da posição acusativa em dados produzidos por alunos timorenses, se está lidando com diferentes variantes para um mesmo fenômeno linguístico. Portanto, serão analisadas a variante padrão prevista nos manuais de gramática tradicional (ex.: Eu não **o** vi) e as variantes não-previstas nesses manuais, a saber: pronome lexical (ex.: Eu não vi **ele**.) e categoria vazia (ex.: Eu não vi **Ø**.). Ao lado dessas variantes, será abordada também outra estratégia de preenchimento comum ao tétum que é o uso do sintagma nominal (ex. Eu não vi **o carro**.).

Diante do exposto, a dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: no segundo capítulo, será apresentado o panorama da pesquisa, em que será apresentado o contexto histórico-social de Timor-Leste, a fim de fazer uma contextualização do objeto de estudo. Para tanto, serão apresentados trabalhos realizados sobre o fenômeno em análise em

diferentes variedades do português, por exemplo: o PE, o PB e variedades africanas do português.

No terceiro capítulo, será apresentado o quadro teórico que se baseia nos pressupostos teóricos da sociolinguística variacionista através do qual serão abordados o conceito de variação, variável e variantes linguísticas (LABOV, [1972] 2008), a relação entre língua falada e língua escrita, de acordo com Silva (2014), Garcia (2010) e Nobre (2011) e o conceito de norma e uso, conforme Coseriu (1979). Além disso, serão mencionadas breves incursões sobre um olhar voltado ao uso dos clíticos em variedades de português. Dentre os estudiosos citados nesta seção, têm-se (TARALLO, 1983,1996; PAGOTTO, 1998; MATTOS E SILVA, 2003; GALVES, 2001; CYRINO, 1997,1999; CYRINO; DUARTE; KATO, 2000; BECHARA, 2004; CUNHA; CINTRA, 2007) e, por fim, serão apresentados e discutidos estudos realizados sobre o fenômeno em Portugal, no Brasil, nas variedades africanas do português e em Timor-Leste, abordando diversos autores para dar embasamento à pesquisa.

No quarto capítulo, será apresentada a metodologia da pesquisa, tendo em mente que os dados que compõem o corpus foram selecionados de 80 redações produzidas, durante o vestibular da UNILAB-CE, por 80 estudantes timorenses, sendo 40 redações feitas por estudantes do sexo feminino e 40, do sexo masculino. Serão abordados ainda, os métodos adotados e a análise linguístico-quantitativa embasada na seleção de variáveis (extra)linguísticas para codificação e rodada dos dados no programa GOLDVARB X, seguindo o modelo da Sociolinguística Quantitativa (SANKOFF et al., 2005).

No quinto capítulo, os dados escritos do PTL serão analisados à luz de variáveis analisadas por Cyrino (1997) para o PB, objetivando verificar se as variáveis de Cyrino aparecem nos dados escritos de Timor-Leste, uma vez que a seguinte pesquisa trabalha com a posição acusativa, também estudada na tese de Cyrino.

2 PANORAMA DA PESQUISA

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A República Democrática de Timor-Leste, a mais nova nação lusófona do mundo, ocupa a parte oriental da Ilha do Timor, no extremo do Sudoeste Asiático e ao norte do território australiano, no Oceano Pacífico, perfazendo um total aproximado de 15 mil quilômetros quadrados. Contemporaneamente, Timor-Leste é formado por 13 distritos administrativos e possui uma população aproximada de 925.000 habitantes, em sua maioria, descendentes de melanésios e malaios, segundo o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Estudos arqueológicos têm demonstrado evidências de que a ilha de Timor Leste é habitada há mais de 35.000 anos, servindo de percurso das migrações entre o Sudoeste Asiático e a Oceania. A região tornou-se, desde o século XIII, um importante polo de atração para negociantes chineses e malaios interessados em seu sândalo, mel e cera de abelha. Os javaneses também implantaram em Timor-Leste uma rede de comércio, sendo que, no século XIV, o país pagava tributos ao reino hindu de Majapahit, da Java Oriental. Seus produtos naturais atraíram comerciantes portugueses, os primeiros europeus a se estabelecerem a partir de 1512.

No entanto, a influência colonizadora portuguesa chegou à ilha no século XVI, mas, é a partir de 1633 que ela se torna permanente, com a fundação de um convento dominicano. Em 1703, Lisboa envia o primeiro governador à ilha, consolidando o território como colonização portuguesa. No século XVII, os holandeses passam a ocupar a ilha, a partir do Forte de Cupão, no lado ocidental, e convertem a população ao calvinismo, acentuando a divisão entre os dois lados da ilha. Em 1834, os religiosos católicos são expulsos do território, trazendo grandes malefícios para esse segmento religioso, mas, entre 1875 e 1897, os serviços católicos são restaurados pelo Bispo Medeiros. Em 1898, os jesuítas portugueses criam o Colégio de Soibada, que, no século XX, educou e formou a elite letrada timorense e os mais importantes dirigentes da nação atualmente.

Em 1859, o Tratado de 20 de abril estabelece a demarcação do Timor-Leste entre Portugal e os Países-Baixos, ficando Portugal com a parte oriental da ilha, o Timor Português,

e a Holanda com a parte ocidental, o Timor Holandês. Esse Tratado é revisto várias vezes e, em 1915, a Sentença Arbitral fixa definitivamente as fronteiras que permanecem até nos dias atuais. Durante a Segunda Guerra Mundial, violando a neutralidade portuguesa, tropas holandesas e australianas chegam a Timor-Leste, servindo de pretexto para a invasão japonesa em 1942. Os conflitos bélicos dessa época resultam na destruição, já decadente do território timorense, e provocam a morte de 80 mil pessoas.

A revolução dos Cravos, em 1974, em Portugal, dá origem a reivindicação de independência das colônias além-mar, dentre elas, Timor-Leste, através da qual três partidos políticos se organizam para disputar o poder: a União Democrática Timorense (UDT), as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI). Das três organizações, somente a última defendia a integração com a Indonésia, governada pela ditadura de Suharto desde 1965. As conversações entre Portugal e Indonésia não viabilizaram uma solução para o futuro de Timor-Leste e, em 1975, a UDT tentou um golpe de estado, apoderando-se de Díli e forçando as autoridades portuguesas a se refugiar em Ataúro, ilha ao norte da capital. Em 28 de novembro de 1975, a FALINTIL proclama, unilateralmente, a independência de Timor-Leste, provocando a invasão de tropas militares indonésias no dia 7 de dezembro do mesmo ano. A partir disso, são cortadas relações diplomáticas entre Portugal e Indonésia, tornando impossível algum diálogo que beneficiasse Timor-Leste, o principal interessado em uma solução rápida e justa. No entanto, a intenção do governo de Suharto era anexar mais um território aos já dominados.

O comportamento autoritário e devastador das tropas de ocupação causa revolta nos habitantes do leste da ilha, que passam a dar o seu apoio à organização clandestina FALINTIL, força guerrilheira que assume o caráter de resistência nacional sob o comando de José Alexandre de Gusmão, hoje, Presidente da República Democrática de Timor-Leste. As FALINTIL passam a atuar dentro e fora do território, usando o português como língua de comunicação e resistência, espalhando-o entre os seus membros. Nacionalistas timorenses, apoiados por Portugal e pela Igreja Católica, divulgam e defendem a luta timorense pelo mundo, relatando os sofrimentos do povo timorense sob o domínio indonésio.

Em 1991, com a divulgação das imagens do massacre de Santa Cruz, filmadas clandestinamente pelo jornalista inglês Max Sthal, a opinião pública desperta para o problema de Timor. A outorga do Prêmio Nobel da Paz de 1996 ao Bispo Dom Carlos Ximenes Belo e a José Ramos Horta, engajados na causa de libertação do povo timorense, causa um impacto

na consciência internacional, o que culmina na organização, pelas Nações Unidas, de uma consulta popular, que possibilitou à população escolher entre sua soberania ou a anexação à Indonésia.

Em 30 de agosto, de 1999, mais de três quartos dos 345 mil eleitores que compareceram às urnas votaram pela independência. Com o aumento do terror perpetrado pelo governo indonésio após o resultado de referendo, a administração do território passa provisoriamente às mãos das Nações Unidas sob o comando do brasileiro Sérgio Vieira de Melo. Somente a 20 de maio de 2002, depois de um longo processo de luta pela autonomia, Timor-Leste é reconhecido, internacionalmente, como país independente, com direito a eleger seus dirigentes e a escrever sua própria Constituição.

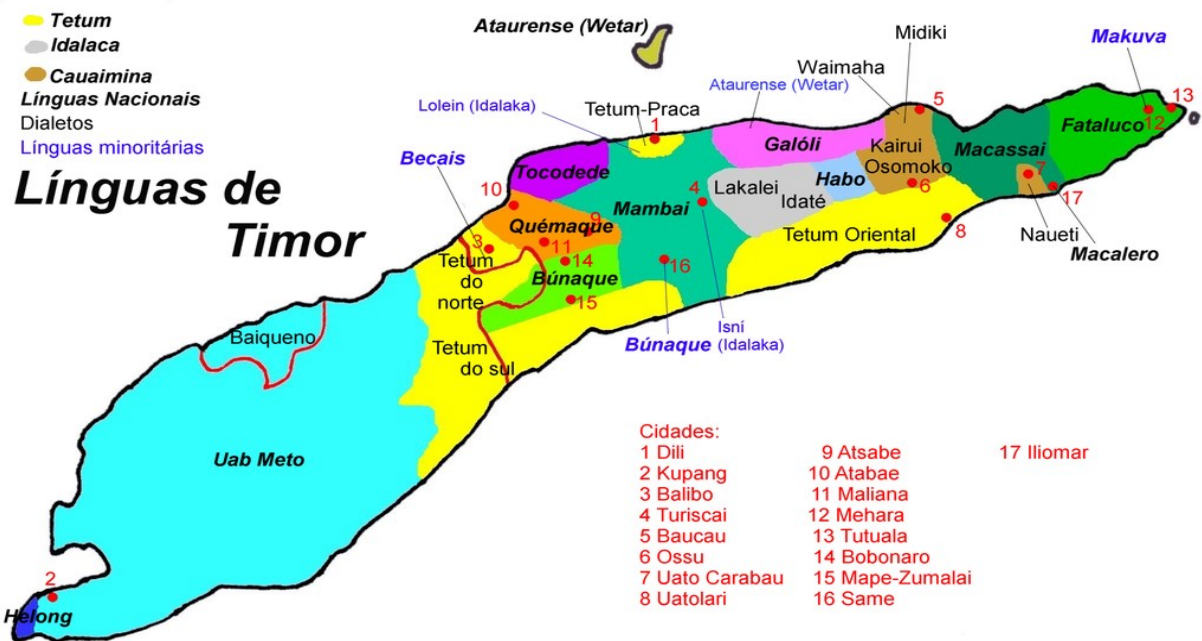
Após a independência, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste decidiu, em 2002, eleger a língua portuguesa e a língua tétum como línguas oficiais, e a língua inglesa e o *bahasa indonesia* como línguas de trabalho. Por esse motivo, e também por interesses econômicos, o governo de Timor-Leste fez diversos acordos internacionais para o ensino de língua portuguesa e capacitação de professores de língua portuguesa. Além disso, esses acordos internacionais foram assinados com países anglófonos e com organizações multinacionais que possuem interesses contrários ao ensino e à manutenção da língua portuguesa em Timor Leste. Dessa forma, inicialmente a posição política em relação ao ensino já se encontra contraditória, abrindo espaço tanto para a lusofonia, quanto para a dominação anglófona.

2.2 MOSAICO LINGUÍSTICO DE TIMOR-LESTE

Por Timor-Leste ser uma ilha encravada entre o Oceano Índico (Mar de Timor) e o Oceano Pacífico (Mar de Banda), sempre foi rota dos diversos fluxos migratórios dessa região geográfica. Como resultado dessa movimentação humana, Brito (2002) observa que Timor-Leste se apresenta linguisticamente como um grande e complexo mosaico, porque, além do tétum, língua falada por todo o país, e de dezenas de outras línguas locais, os timorenses falam a língua indonésia e procuram se expressar em inglês e português. As crianças em fase pré-escolar falam tétum (repleto de palavras em português), os adolescentes e adultos utilizam a língua indonésia e a geração com mais de 40 anos fala português.

De acordo com o linguista australiano Geoffrey Hull (2001), o mapa linguístico de Timor-Leste pode ser assim representado:

MAPA 1: Línguas de Timor-Leste



Fonte: Geoffrey Hull (2001). Disponível em <<https://www.google.com.br>>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

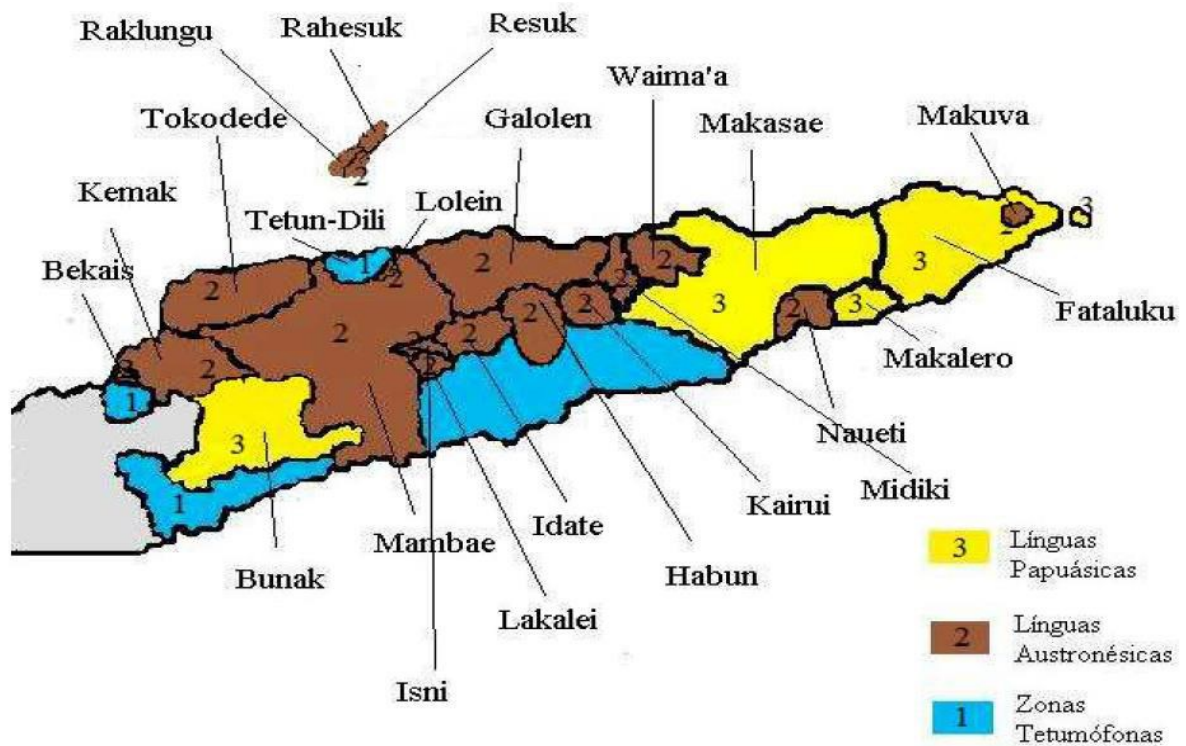
Linguisticamente falando, não se pode esquecer de mencionar que, pela língua portuguesa ter sido proibida por 24 anos (de 1975 a 1999) e só ter sido estabelecida pela Constituição de 2002 como língua oficial ao lado da língua nacional, o tétum (BUSQUETS, 2007), houve uma mudança drástica no cenário linguístico dos timorenses, pois, a Indonésia, ao invadir o Timor Leste, em 1975, impôs seu idioma, o bahasa indonesia. Nesse contexto, o uso do PTL ficou limitado a uma minoria que o utilizava como uma forma de protesto contra a dominação indonésia. Para Coelho et al. (2005), a língua do colonizador acaba influenciando a língua da região colonizada e cada estado da língua é resultado de um longo e contínuo processo histórico.

Conforme Paraíso (2019, p. 37-38), “em relação às línguas existentes em Timor-Leste, a situação de multilinguismo é evidenciada pela existência de línguas com mais de uma

filiação genética, a saber: austronésia e papuásica, as quais originaram uma série de outras famílias linguísticas e subfamílias”.

O mapa a seguir apresenta a distribuição das línguas de Timor-Leste a partir de suas filiações genéticas:

MAPA 2: Timor-Leste e a distribuição das línguas nativas pelo seu território



Fonte: Albuquerque (2011, p. 44).

O multilinguismo vivenciado pelos indivíduos timorenses inicia-se no ambiente familiar. Albuquerque (2011, p. 45), diz que “partindo do ambiente familiar de aquisição da língua pela criança leste-timorense, deve-se distinguir certos conceitos culturais do que acontece realmente no dia a dia do cidadão de Timor-Leste, ou seja, a teoria da prática”. Pelo fato de a cultura imaterial do Timor-Leste estar amparada em valores patriarcais, espera-se que, na cultura do povo leste-timorense, a língua que deveria ser adquirida pelos filhos de um casal fosse a língua do pai. No entanto, a escolha por transmitir a língua paterna nem sempre é predominante, uma vez que diversas situações podem provocar o uso de diferentes línguas pelo pai e pela mãe para comunicação com a criança. Sobre esse assunto, Albuquerque (2011, p. 45-46) enumera seis fatores que podem influenciar na escolha da língua que será utilizada

para comunicação com a criança leste-timorense, os quais são apresentados a seguir: 1. Cada um dos pais fala uma língua: quando os pais da criança falam diferentes L1, mas têm certa fluência na língua um do outro e se comunicam com a criança cada um com sua língua. Neste contexto a língua comunitária é variedade de um dos pais; 2. Língua domiciliar não dominante: apresenta as mesmas características do item anterior, mas com a diferença das línguas usadas pelos pais da criança não ser a mesma da comunidade; 3. Língua domiciliar não dominante sem apoio comunitário: os pais da criança falam a mesma língua com ela, mas esta não é a língua comunitária; 4. Língua domiciliar não dominante dupla sem apoio comunitário: situação em que os pais falam línguas diferentes com a criança e nenhuma das duas é a língua comunitária.

5. Pais não nativos: os pais falam, ambos, a mesma língua, que é a comunitária, mas um deles interage com criança usando uma terceira língua, distinta. 6. Línguas mistas: quando tanto os pais quanto a comunidade são bilíngues, e cada um deles utilizam diferentes línguas para se comunicarem com a criança.

Embora haja tantas possibilidades de aquisição de língua pelas crianças leste-timorenses, Albuquerque (2011) afirma que a língua tétum encontra-se presente em toda a sociedade de Timor-Leste, podendo ser, nos variados contextos de aquisição no país, adquirido como L1 ou L2 (língua segunda) em diferentes situações de diglossia. Esse contexto coloca o PTL numa situação em que pode ser adquirido não como L2, mas como língua estrangeira, a depender da idade de sua aquisição. Em geral, “o tétum prasa é falado como L1 por 18% da população, enquanto 82% da população timorense possui alguma fluência nele, pois é a língua que funciona como comunicação entre os distintos grupos etnolinguísticos que possuem L1 distintas”. (Ibid., p. 47). E ainda, a língua portuguesa e a língua inglesa não possuem falantes nativos, sendo a primeira falada por 5% da população, e, a segunda, por 2% (Ibid., p. 48).

2.3 A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE

Após a independência do Timor-Leste em 2002, as línguas oficiais, português e tétum prasa, passaram, segundo Albuquerque (2012), a ser ensinadas nas escolas e os professores leste-timorenses passaram a se preparar para ensinar português nas escolas, mas, a situação

atual do sistema educacional é delicada, principalmente, porque não existem alternativas para resolver os obstáculos educacionais rapidamente. Entre os principais desafios estão: grande parcela da população é falante de bahasa indonesia, poucos possuem formação universitária e a quantidade de professores de português e de material didático disponível é mínima. Estes desafios fazem com que o uso do PTL seja difícil, refletindo diretamente na competência comunicativa oral e escrita dos falantes timorenses. Na contemporaneidade, é fluente no português apenas uma pequena parcela da população; pois, as pessoas que viveram no período da colonização portuguesa, em sua maioria, não eram escolarizadas e viviam no espaço rural, prejudicando a propagação do português e, como consequência, as pessoas mais jovens têm uma aprendizagem deficiente do português.

Além disso, os estudos referentes ao português de Timor-Leste são escassos e requerem um trabalho árduo em diversas áreas da gramática do PTL. É nesse contexto que será detida a atenção na área da sintaxe, em particular, nas estratégias de preenchimento da posição acusativa, tendo sempre em mente a possível influência do tétum sobre essa variedade não-europeia do português, língua materna dos timorenses em que não se encontram clíticos pronominais acusativos (ALBUQUERQUE, 2011). Vejam-se frases nessa língua em que a posição acusativa se encontra preenchida por sintagmas nominais (cf. (1a) a (1d)) e pronome lexical (cf. (1e)):

(1)a. Ha'u hakerek surat.

Eu escrever carta.

“Eu escrevo a carta.”

b. Ami sei kuda ai.

Nós futuro plantar árvore.

“Nós plantaremos a árvore.”

c. Ha'u han etu.

Eu comer arroz

“Eu como arroz.”

d. Ha'u sei sosa kamiza ida.

Eu auxiliar necessidade comprar camisa uma
 “Tenho de comprar uma camisa”

e. Ita sei (tenki) tulun *nia*, tan nia susar.
 Nós auxiliar dever ajudar ele, porque ele dificuldade.
 “Devíamos ajudá-lo, porque ele precisa.”

(MARTINS, 2016, p. 17-24)

Dessa forma, sabendo-se que o PTL encontra muitos obstáculos para se desenvolver de maneira satisfatória em território timorense, esta pesquisa procura analisar se a língua materna de Timor-Leste, o tétum, exerceu influência sobre o PTL, uma vez que o PTL é adquirido pelos timorenses como uma língua estrangeira. E para verificar a possível influência do tétum, tem-se a hipótese de que, nos textos escritos dos timorenses serão encontradas, em sua maioria, como estratégia de preenchimento da posição acusativa, sintagmas nominais, já que, na língua materna dos timorenses, de acordo com Albuquerque (2011) não há clíticos pronominais acusativos.

Alicerçando-se na tese de Cyrino (1997), na qual, a autora analisa as seguintes estratégias de preenchimento do objeto no PB: objeto nulo, clítico, pronome lexical e sintagma nominal, esta pesquisa também procura encontrar as mesmas estratégias de preenchimento do objeto citados por Cyrino (1997), a fim de verificar se o nível de escolaridade dos timorenses influenciou na sua produção textual escrita, empregando as estratégias de preenchimento do objeto utilizadas no PB.

2.4 A SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS DE TIMOR-LESTE EM RELAÇÃO A OUTRAS VARIEDADES NÃO-EUROPEIAS DO PORTUGUÊS

Jorge (2008), discorrendo sobre a língua portuguesa como língua oficial em quatro continentes: Europa, América do Sul, África e Ásia, afirma que os três últimos continentes partilham do uso dessa língua porque vivenciaram um processo colonial semelhante, ou seja, foram colonizados por Portugal. É devido a esse passado colonial imposto por Portugal e por outros países, associado às características específicas de cada país (uma vez que, os portugueses e os outros povos ao chegarem nestes países, já encontraram os habitantes locais

com sua cultura definida), que irá determinar a direção da língua portuguesa nos diversos locais, influenciando o modo como está sendo utilizada atualmente nos países que falam a Língua Portuguesa. Iniciando esta seção, começaremos por focar a realidade sociolinguística no Brasil. Em sua formação histórica, o idioma do colonizador português teve contato com a língua do nativo brasileiro e com muitas outras línguas durante a colonização no século XVI. Esse contato multilinguístico gerou significativas diferenças estruturais entre as variedades da língua portuguesa no Brasil e em Portugal, fazendo com que os linguistas de orientação gerativista chegassem à conclusão de que existem duas gramáticas distintas, uma do PB e outra do PE. Lucchesi (2009, p. 41) afirma que

Em aspectos importantes da morfossintaxe, como o paradigma da flexão verbal, a cliticização, o parâmetro do sujeito nulo e o movimento na formação das orações interrogativas, o português europeu conserva as características assentes entre as línguas românicas, enquanto o português brasileiro exibe mudanças que afetam esses parâmetros em função de valores não marcados e que são típicas dos processos de criouliização.

Observa-se ainda que, na passagem do século XVIII para o século XIX, o PE passou por um significativo processo de mudanças fonológicas, com uma agressiva redução das suas vogais átonas, e por fortes modificações referentes à sua morfossintaxe, como a fixação da ênclise como colocação pronominal categórica. A partir desse momento, surgem questionamentos sobre as condições sociais que desencadearam diferenças no Brasil e em Portugal. Pagotto *apud* Lucchesi (2009) se refere à ascensão da burguesia como o contexto histórico que proporcionou a propagação do novo padrão fonológico em Portugal. No Brasil, o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas¹, falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones² e de cerca de duzentas línguas dos africanos trazidos para o país como escravos, é o principal motivo histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que influenciaram o PB.

Os estudiosos que se dedicaram ao tema do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil são quase unânimes em afirmar que o elemento africano desempenhou um papel bem mais importante no processo de constituição de nossa realidade linguística atual do que o elemento indígena, conforme pode-se observar na seguinte tabela:

¹ Aloglotas: Que fala outra língua, que aprendeu de outiva, simplificando-a brusca e extremamente.

² Autóctones: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram.

Tabela 1 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

GRUPO ÉTNICO	Nº DE HABITANTES
Branco	1.010.000
Mestiços livres	406.000
Mestiços escravos	221.000
Negros escravos	1.361.000
Índios	250.000
Total	3.248.000

FONTE: Lucchesi (2009, p. 60)

Pode-se perceber que os colonizadores brancos constituem quase 30% da população, enquanto os escravos negros seriam quase a metade do total de habitantes da Colônia. Dessa forma, entende-se que, por ser uma população majoritária, os escravos negros tiveram a possibilidade de contribuir de forma mais significativa com a formação linguística do Brasil do que as demais etnias.

Lucchesi (2012) verifica que a maioria dos 273 milhões de falantes da língua portuguesa vive fora do território onde essa língua se formou, o que originou um distanciamento entre o PE e as demais variedades do português. Na maioria dos países em que é língua oficial, o português é a língua materna de uma pequena parcela da população, com exceção do Brasil, onde quase 99% da população têm o português como língua materna, fazendo do Brasil, com aproximadamente 206 milhões de habitantes, o país que concentra a maioria de falantes de língua portuguesa do mundo. Já, quando se refere à variedade do português em Timor-Leste, a realidade é bem diferente, apenas uma mínima parcela da população e altamente escolarizada domina o português, pois a língua veicular é o tétum entre as dezesseis línguas locais, valendo referir que a implantação do português na Ásia e na Oceania é ainda mais rara.

A enorme e profunda implantação da língua portuguesa no Brasil deve-se às características intrínsecas ao seu processo de colonização, o extermínio da população autóctone e a colonização realizada pelos portugueses desde o século XVI até o século XIX. Também tiveram um papel determinante na propagação da língua portuguesa no Brasil os quatro milhões de africanos trazidos como escravos no mesmo período que foram obrigados a abandonar as suas línguas nativas e a adotar o português como língua de comunicação.

Outra característica que distingue o Brasil dos demais países de língua oficial portuguesa é a mudança que a língua sofreu ao longo do tempo: enquanto os falantes do português na África empregam uma variedade muito próxima à norma europeia do português (sobretudo, os mais escolarizados) (MOTA; MIGUEL; MENDES, 2012), a variedade da língua portuguesa falada pelos brasileiros, o chamado *português brasileiro*, distingue-se do padrão europeu, tanto no nível da fonética e da prosódia, quanto no nível gramatical, o que gera um sentimento de insegurança linguística entre os brasileiros, já que, por uma herança colonial, o padrão de correção gramatical adotado no Brasil é influenciado pelos padrões do PE. Conforme observa Lucchesi (2012), apoiado em pesquisas gerativistas, portugueses e brasileiros produzem os seus atos de fala a partir de gramáticas mentais distintas, a exemplo, do que ocorre com o preenchimento da posição acusativa. Com a perda do clítico pronominal acusativo de 3^a pessoa, o PB exibe um largo emprego do objeto nulo para essa pessoa do discurso, ao contrário do PE em que clíticos pronominais são bastante produtivos com essa pessoa (cf. (2)):

(2) Eu vi esse livro na promoção e comprei.

(PE: Vi este na promoção e comprei-o.)

(LUCCHESI, 2012, p. 49)

Ademais, de acordo com Roberts e Kato (2018) e Galves (1990) e Silva (1990), a posição ocupada pelos clíticos pronominais acusativos no nível superficial da sentença constitui uma das mais importantes diferenças entre o PB e o PE. Quando utilizados verbos simples, o PB tem sempre o clítico pronominal acusativo anteposto ao verbo, enquanto em PE tem-se a próclise ou a ênclise consoante regras definidas, como pode-se observar de (3a) a (3c):

(3)a. Maria *me* viu. (PB)

b. Maria viu-*me*. (PE)

c. *Maria *me* viu. (PE)

(ROBERTS; KATO, 2018, p. 144)

Segundo Tarallo (1996) *apud* Roberts e Kato (2018, p.55-56), as diferenças entre o PB e o PE foram instaladas no Brasil nos últimos anos do século XIX e foram aprofundadas no final do século XX. Conforme o autor, quatro grandes mudanças sintáticas no PB ocorreram no decorrer do tempo:

1. A reorganização do sistema pronominal que teve como consequências mais importantes a implementação de objetos nulos no sistema brasileiro de um lado, e sujeitos lexicais mais frequentes de outro (cf. TARALLO, 1983, 1985).
2. A mudança sintática ocorrida nas estratégias de relativização como consequência direta da mudança no sistema pronominal (cf. TARALLO, 1983, 1985).
3. A reorganização dos padrões sentenciais básicos (cf. BERLINCK, 1988, 1989) e, diretamente relacionado a esta ordem SVO rígida em estado de emergência à época, o enrijecimento do princípio de adjacência na marcação de acusativo (cf. RAMOS, 1989, 1992).
4. E, finalmente, uma quarta mudança no sistema brasileiro, diretamente ligada às três anteriores, será apresentada como evidência cabal de que os dois sistemas continuam a se distanciar um do outro: os padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas (cf. DUARTE, 1992).

(ROBERTS; KATO, 2018, p. 55-56)

No que se refere às variedades do português observadas nos continentes asiático e africano, pode-se inferir que não apresentam as mesmas características das variedades brasileira e europeia, apesar de o processo de formação histórica dessas nações apresentar o mesmo colonizador: Portugal. No entanto, devido à influência de outros povos colonizadores que impuseram seu idioma, ou mesmo a distância territorial de países desse continente, essas variedades seguiram rumos diferentes, adquirindo novas feições linguísticas.

Vilela (1991) afirma que a África lusófona pode ser considerada um laboratório linguístico e que há mais diferenças profundas do que semelhanças em relação ao PB, pois a gramática está sendo regularizada por características de origem africana e as construções revelam filtragens culturais múltiplas. É nesse cenário que a língua portuguesa, em continente africano, é reconhecida como uma das línguas nacionais e como língua oficial. O resultado dessa dupla caracterização leva a questionamentos sobre qual será o futuro dessa língua em

terras africanas. Por exemplo, no espaço urbano, o português em África está em constante transformação, sendo ampliado o léxico por força motriz bantu³, os traços prosódicos se alteram, há mudanças sintáticas, nas ruas há a mistura de códigos, na escola se impõe a norma padrão, o que gera a diglossia⁴. No entanto, a resposta a esses questionamentos não apresenta uma feição negativa, pelo contrário, o português, segundo Vilela (1991) começou a ter características de línguas nativas africanas, ao contrário do que acontecia até ao final da era colonial, em que se valorizava ao extremo a correção gramatical, agora nota-se que a língua está em transformação, na qual são aceitas construções sem o extremo valor da correção gramatical, e o mais importante, essa utilização não impede a ascensão social.

De acordo com Vilela (1991, p. 178), existem, por exemplo, em Angola cerca de dez comunidades linguísticas que falam as seguintes línguas: “Umbundo (35,7%), Kibundo (22,3%), Kikongo (12,6%), Ulunda/uCokue (9,1%), Cingangela/Mbunda (8,7%), Olunyaneka/ Lunkhumbi (6,7%), Oxivambo/Oxikuanyama (2,4%), Ocihelero (0,7%) e Khoisan (0,35%), que tem origem do Bantu”. Além disso, cada uma destas línguas admite muitas variantes. Concomitantemente a essas línguas, há o português, que, mesmo estando em contato permanente entre os falantes portugueses e a população autóctone, não deu origem à criação de crioulos.

Vale referir que Vilela (1991) afirma que o português de Angola (doravante PA) enquanto mantinha um prestígio social elevado, pouco se afastava das características do PE na estrutura gramatical e, no decorrer do tempo, tornou-se língua materna de muitos angolanos, sobretudo, da população urbana. Contudo, com o passar do tempo, não sendo mais o PA o meio pelo qual não era relevante para que os angolanos usufruíssem de ascensão social, o português recebeu influência de uma variante angolana e, por isso, o modelo europeu deixou de estar muito presente. Uma das mudanças mais significativas é relacionada à morfossintaxe no quesito colocação do pronome objeto em posição acusativa. No PA há neutralização de gênero e caso no uso dos clíticos pronominais, como complemento direto ou indireto das terceiras pessoas do singular e plural, generalizando-se a utilização do pronome *lhe* para ambos os casos. Também há preferência pelo uso proclítico dos pronomes. Estas utilizações dos clíticos sofreram influência bantu, de acordo com Vilela (1991).

³ Bantu: é um termo utilizado para se referir a um tronco linguístico, ou seja, é uma língua que deu origem a diversas outras línguas no centro e sul do continente africano. O termo acabou sendo aproveitado para se referir ao conjunto de 300 a 600 grupos étnicos diferentes que povoam a mesma área.

⁴ Diglossia: em que há diferença de *status* sociopolítico entre as duas línguas ou dialetos.

No que concerne ao português de Moçambique (doravante PM), cerca de 98% dos moçambicanos pertencem à comunidade de língua bantu e, até hoje, não se sabe a quantidade exata de línguas que existem em Moçambique. Na sintaxe dessa variedade, dentre outros aspectos, é possível encontrar pronome lexical preenchendo a posição acusativa (cf. (4)) e variabilidade da colocação dos clíticos pronominais acusativos não verificada no PE como em (5):

(4) “Encontrei *ela* na rua”

(5)a. “*Me* diz a verdade”

b. “Nunca falei-*lhe* disto”.

(VILELA, 1991, p.185)

Centrando a atenção agora na situação sociolinguística de Guiné-Bissau, Mello (2007) afirma que é um país multiétnico e multilíngue devido aos mais de 30 grupos étnicos. Seis desses grupos étnicos formam mais de 80% da população guineense e coexistem aproximadamente 20 línguas, cada uma dessas línguas pertencentes a um grupo étnico. O português é a língua oficial, enquanto a língua de união nacional é o crioulo. Couto (1996) *apud* Mello (2007) verifica que cerca de 4, 26% são falantes apenas do crioulo, ao passo que 44% falam o crioulo e outras línguas. O português é utilizado somente por 0.5% da população.

Em relação à morfossintaxe do português de Guiné-Bissau (doravante PGB), mais especificamente aos pronomes pessoais, Intumbo (2007) afirma que, estão organizados em pronomes pessoais enfáticos e não-enfáticos. Os pronomes pessoais enfáticos do crioulo guineense nunca são argumentos do predicado. Os pronomes pessoais enfáticos e não enfáticos podem desempenhar a função gramatical de sujeito, e apenas os não enfáticos podem desempenhar as funções de objeto direto, objeto indireto e objeto de preposição.

Tabela 2 - Formas dos pronomes pessoais do crioulo guineense

		ENFÁTICOS		NÃO-ENFÁTICOS			
		Sujeito	Sujeito		OD	OI	O Prep.
Singular	ame	‘eu’	ɲ	ɲ	me	mi	me
	abo	‘tu’	bu	u	te	bo	te
	el	‘ele’	i	l	o, a, lhe	el	ele
Plural	anos	‘nós’	no	nu	nos	nos	nós
	abos	‘vós’	bo	bos	vos	bos	vós
	elis	‘eles’	e	elis	os, as, lhes	elis	eles

FONTE: Intumbo (2007,p. 49)

No que concerne ao português de São Tomé e Príncipe (doravante PST), São Tomé e Príncipe também apresenta um panorama linguístico multilíngue, segundo Gonçalves e Hagemeyer (2015). A atual conjuntura linguística desses países foi se moldando ao longo de cinco séculos, com especial importância para os dois períodos históricos que estão ligados a diferentes ciclos econômicos, a primeira e a segunda colonização que correspondem, respectivamente, ao cultivo da cana-de-açúcar e à cultura do café e do cacau. A segunda colonização pode ser considerada o início de uma profunda transformação linguística quando o português começa a interromper o domínio das línguas crioulas e se firma como L1 dominante, pois, anteriormente ao século XX, os crioulos predominavam. Parágrafo e exemplos retirados.

O PST tem a possibilidade de os objetos pronominais de terceira pessoa ocorrerem através da forma clítica o/a, os/as ou lhe/lhes, bem como da forma forte do pronome ele/ela, eles/elas (Gonçalves 2016). De acordo com o levantamento realizado por Gonçalves (2016), no que se refere aos objetos diretos pronominais de terceira pessoa, verifica-se uma menor ocorrência do clítico acusativo (44%) do que de outras estratégias, como o uso da forma forte do pronome (45%) ou o clítico pronominal lhe (11%) (cf. (6-8)).

- (6) a. Toda a gente sabe que o político tem esse lado que o caracteriza.
 b. A minha mãe já faleceu, nem conheci-a.
 c. Fiz um pouco de esforço para fazê-los entender a língua.

d. No ano passado é que tive a iniciativa de concluí-las.

(7) a. Eu falo ele, mas (...) é difícil para eu falar essa língua de São Tomé.

b. A cobra veio, parou mesmo de frente a mim (...). Ele depois disse: se você não atacar ela, ela não ataca você.

(GONÇALVES, 2016, p. 44)

(8) a. A ideia era defender tese voltado à linguística. (...) E eu auxiliei-lhe a recolher elementos para tal.

b. A minha maneira de conversar levou-lhes a ter uma disciplina muito importante.

(GONÇALVES, 2016, p. 45)

Oliveira (2013) observa que, em Cabo Verde, não se fala línguas africanas, mas a língua crioula e o português. Há uma diglossia, ou seja, existe uma situação moderadamente estável da língua, em que se verificam vários dialetos primários, que podem incluir um padrão ou padrões regionais. No entanto, há um dialeto muito diferente e codificado. Esse é de uma variedade superposta, é veículo de um grande e respeitado corpo de literatura escrita, que é aprendido em grande parte pela educação formal e é usado para a maior parte dos fins escritos, formais e falado, mas não é usado por nenhuma instância da comunidade para uma conversa normal.

Veiga (2015, p. 178) assegura que “o crioulo e a criouldade nasceram a partir de uma aventura dramática e de um confronto dolorido entre seres humanos possuidores de línguas e de culturas com estatuto social diferente”. No entanto, esse confronto, marcado com a desumanidade da escravatura, acabaria por gerar o nascimento de um mundo novo, um mundo crioulo desde a origem, no campo antropológico, em geral, e no aspecto linguístico, em particular. Atualmente, o mundo caboverdiano tem orgulho de possuir uma língua crioula. O crioulo caboverdiano não foi nem uma dádiva, nem um empréstimo, nem uma mercadoria comprada. Ele é o resultado de uma recriação a partir do material lexical proveniente de Portugal, do sistema gramatical basicamente africano e da reconstrução semântica local caboverdiana.

Apesar de o vocabulário do crioulo cabo-verdiano ser proveniente quase todo do português, a gramática é significativamente diferente, o que torna difícil a um falante nativo de português apreender uma conversação mesmo que seja básica. E no que se refere à morfossintaxe caboverdiana, de forma mais específica, aos clíticos pronominais, apresentam a função de complemento acusativo e dativo. Os pronomes pessoais complementos átonos são utilizados com as formas verbais no tempo presente e os pronomes pessoais complementos tônicos são usados com as formas verbais no tempo pretérito, quando é o segundo pronome numa sequência de dois pronomes ou quando são regidos por uma preposição (cf. (9,10)) respectivamente.

(9) *N' panhá-'l.* Eu apanhei-**o**
 N' tâ bejá-bu. Eu beijo-**te**

(10) *Ês' tâ odjába-êl.* Eles viam-**no**.
 Bú dâ-m'-'êl. Tu **mo** deste.
 M' tâ gostâ dí bô. Eu gosto de **ti**.

(PEREIRA et al, 2003-2007, p. 13-15)

No que concerne às diferenças e semelhanças entre as variações não-europeias do português, Lucchesi (2012), afirma que, na maioria dos países em que é língua oficial, o português é a língua materna de uma mínima quantidade da população. A grande exceção é o Brasil, onde quase 99% da população têm o português como língua materna, fazendo do Brasil, com aproximadamente 190 milhões de habitantes, o país que concentra a grande maioria de falantes de língua portuguesa do mundo. Já na África continental (Angola e Moçambique), a maioria da população tem como língua materna uma entre as dezenas de línguas bantas faladas nesses países. Nas repúblicas insulares da África portuguesa (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), a maioria da população fala uma língua crioula de origem lexical portuguesa. Na Guiné-Bissau, verifica-se um cenário híbrido, em que um crioulo português serve como língua veicular entre os falantes das cerca de vinte línguas nativas. Já em Timor Leste, a língua veicular é o tétum, entre as dezesseis línguas locais.

E quanto à morfossintaxe do PTL no âmbito do sistema de pronomes objetos, em relação às diferenças e semelhanças com o PB e com outras variedades europeias e não-europeias do português, Albuquerque (2011) afirma que, a morfossintaxe é o nível de análise linguística em que o PTL diverge mais da norma europeia. Os fatores que causam essa divergência são a influência das línguas nativas dos aprendizes, incluindo o tétum (L1) e do contato destas com a língua portuguesa, fazendo com que traços da gramática do português europeu, principalmente as flexões, as concordâncias, como também, as estratégias de preenchimento dos pronomes objetos, sejam diferentes no PTL.

Concernente às demais variedades do português, no que se refere ao objeto de estudo da seguinte pesquisa, no PA há neutralização de gênero e caso no uso dos clíticos, como complemento direto ou indireto das terceiras pessoas do singular e plural, generalizando-se a utilização do pronome *lhe* para ambos os casos e a preferência pelo uso proclítico dos pronomes. Estas utilizações dos clíticos sofreram influência bantu. Na sintaxe da variedade do PM, é possível encontrar pronome lexical preenchendo a posição acusativa e variabilidade da colocação dos clíticos quanto à posição. Já relativo aos pronomes pessoais enfáticos do crioulo guineense nunca são argumentos do predicado. Os pronomes pessoais enfáticos e não enfáticos podem desempenhar a função gramatical de sujeito, e apenas os não enfáticos podem desempenhar as funções de objeto direto, objeto indireto e objeto de preposição.

De acordo com o levantamento realizado por Gonçalves (2016) sobre os objetos diretos pronominais de terceira pessoa, verifica-se menor ocorrência do clítico acusativo do que de outras estratégias, como o uso da forma forte do pronome ou o clítico *lhe*. E no que se refere à morfossintaxe caboverdiana, de forma mais específica, aos clíticos pronominais, apresentam a função de complemento acusativo e dativo. Os pronomes pessoais complementos átonos são utilizados com as formas verbais no tempo presente e os pronomes pessoais complementos tônicos são usados com as formas verbais no tempo pretérito, quando é o segundo pronome numa sequência de dois pronomes ou quando são regidos por uma preposição. Ao analisar-se as demais variedades africanas do português relacionadas ao PTL, observa-se que, o PTL, consoante a aspectos morfossintáticos, apresenta características bem peculiares, pois, o fenômeno da variação no uso dos pronomes pessoais segue, segundo Albuquerque (2012), as seguintes características: em (11) pode ser observado o uso de ‘nós’ com diferentes funções e também a ausência do oblíquo pronominal, como em (12) e (13):

(11) A língua portuguesa é uma língua que (é) muito importante, por isso nós temos de(nos) esforçar com maneiras e ideis para nós sabemos nós futuros.

(12) Antigamente, os países usavam (na) (para) aprender ciência ou história.

(13) A língua portuguesa é língua oficial em Timor-Leste agora os professores, as professoras, alunos, utilizam (na) para (se) comunicar.

(ALBUQUERQUE, 2012, p. 7)

Em linhas gerais, diante do exposto sobre diferentes variedades do português, é importante dizer que há uma extensa quantidade de pesquisas referentes ao PB e ao PE, A exemplo dos trabalhos de Lucchesi (2009, 2012, 2018), Pagotto (1993, 1998), Galves (1990, 2001), Tarallo (1996), Cyrino (1999, 2018), Cyrino, Duarte e Kato (2000), Lobo (2002); Martins (1994), Moraes (1995), Nunes (1993, 2009), Oliveira (2015), Duarte (1986, 1992, 2002), Ramos (1989, 1992), Silva (1990), Jorge (2008), Perini (1996) e Coelho (2015).

No entanto, quando se verificam outras variedades não-europeias do português, em especial, o PTL, escolhido para este estudo, depara-se com uma escassez acentuada de estudos em território asiático. Dentre eles, pode-se mencionar: Albuquerque (2011, 2012, 2015); Vilela (1991); Almeida (2008); Busquets (2007); Diniz (2013); Martins (2016); Ririassa (2016); Oliveira (2013); Veiga (2015); Gonçalves e Hagemeyer (2015). Diante dessa escassez, surgiu a motivação para estudar as estratégias de preenchimento da posição acusativa em dados escritos do PTL, como forma de auxiliar os estudos sociolinguísticos nesta área. Apesar de o PTL ser considerado como língua oficial ao lado do Tétum, na prática, aproximadamente 5% da população são fluentes nessa variedade, sendo assim, trata-se, na verdade, de uma língua estrangeira e não de uma L2 (RIRIASSA, 2016).

Conforme já mencionado na apresentação desta dissertação, selecionamos redações de escreventes timorenses que prestaram vestibular para seu ingresso na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Ceará, tendo como questão norteadora a seguinte: não havendo clíticos pronominais no Tétum, língua materna dos timorenses, (ALBUQUERQUE, 2011, 2012, 2015), essa estratégia poderia ser produtiva na língua escrita do PTL em decorrência da influência da escolarização, haja vista que os

alunos já concluíram o ensino médio e foram expostos, durante seu aprendizado ao PE, em que clíticos são muito produtivos não só na fala, mas também na escrita (MOTA; MIGUEL; MENDES, 2012). Além disso, levando em conta os dados produzidos pelo sexo masculino e feminino, as estudantes seriam mais conservadoras por produzirem mais essa estratégia (LABOV, 1972 [2008]; MOLLICA, 2004).

Tomando por base o acima exposto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de pesquisas linguísticas sobre o PTL como a aqui proposta, a fim de buscar difundir e ampliar as discussões em torno da sintaxe dessa variedade não-europeia do português ainda tão pouco explorada até onde temos verificado. Além disso, este estudo é relevante na medida em que se trata de uma proposta inovadora na universidade onde será executado, tendo como base a modalidade escrita ainda pouco explorada nos estudos sociolinguísticos.

Espera-se, portanto, que, a partir da divulgação dos resultados desta pesquisa, haja contribuição para os estudos sociolinguísticos no âmbito da sintaxe de variedades não-europeias do português, sobretudo, de variedades que estão além do continente europeu e americano, despertando assim o interesse por novas pesquisas na área.

3 QUADRO TEÓRICO

3.1 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: PRESSUPOSTOS

William Labov é considerado o fundador dos estudos variacionistas no âmbito da Sociolinguística. Realizando pesquisas em Nova York e sobre o inglês falado no estado de Massachusetts (Estados Unidos) em 1972, rompeu com teorias formais que não levam em conta os aspectos sociais no estudo da língua, especificamente, o estruturalismo Saussureano, que considera a língua como um sistema fechado, cujo estudo volta-se apenas para seus elementos internos. Nesse sentido, Labov ([1972] 2008) traz uma nova abordagem acerca da língua, pois considera-a um sistema heterogêneo e estruturado, sendo a variação condicionada por variáveis de ordem linguística e extralinguística, culminando assim na intrínseca relação entre a língua e o seu uso em diversos contextos comunicativos na sociedade.

Segundo Labov a variação é inerente ao sistema, e, portanto, quando se afirma que a língua é heterogênea, analisa-se o estado natural de uma língua que serve a uma comunidade complexa, nesse sentido, a ausência de heterogeneidade é que seria disfuncional. Conforme Dorian (1994, p. 58):

Cada vez mais se aceita a ideia de que a heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social e as diferenças no uso das variantes linguísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais e à sensibilidade que eles mantêm em termos de uma ou mais normas de prestígio.

No entanto, nem todos os fatos da língua estão sujeitos a variações. Há regras gramaticais que são categóricas, pois, apenas um falante não pode modificá-las. Qualquer modificação nessas regras gramaticais redundaria em construções agramaticais, pois todo sistema linguístico é composto de um conjunto de regras que não pode ser violado, porque isso resultaria em dificuldades e até mesmo tornaria impossível a compreensão dos enunciados. Além das regras invariantes, há as regras variáveis, que ocorrem quando duas ou mais formas estão em concorrência em um mesmo contexto e a escolha de uma está subordinada a uma série de fatores estruturais e sociais.

No que concerne à variável linguística, Labov ([1972] 2008), afirma que, para defini-la, é preciso definir o número exato de variantes, estabelecer toda a multiplicidade de contextos em que ela aparece e elaborar um índice quantitativo que permita medir os valores das variáveis. Em geral, os sociolinguistas compreendem que, para conceituar a variável linguística, é necessário que duas ou mais variantes tenham o mesmo significado denotativo. Segundo Tarallo (1985), em toda comunidade de fala, são constantes as formas linguísticas em variação. Segundo ele, a essas formas dá-se o nome de variantes: “[v]ariantes [l]inguísticas, são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística” (p. 8). E ainda, para Labov (1972, p. 59), “somente se atribuem valores sociais às regras linguísticas quanto existe variação”.

Durante muito tempo, acreditou-se na existência de variáveis livres, as quais se originam da impossibilidade de se representar uma forma exatamente da mesma maneira e de se alcançar uma identificação irrestrita de realização entre todos os falantes de uma língua. A partir desse pressuposto, estabeleceu-se uma distinção entre dois tipos de variáveis: a livre e a combinatória. A variante livre se dá quando duas unidades linguísticas atuam no mesmo ambiente e podem ser substituídas uma pela outra, sem perda de sentido denotativo; por outro lado, se elas nunca se apresentam em um mesmo ambiente, afirma-se que estão em distribuição complementar e são variantes combinatórias.

Quanto aos tipos de variantes, encontram-se as variantes de prestígio consideradas mais valorizadas se forem associadas a um falante ou grupo social considerado superior, devido ao seu maior *status* na sociedade. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Mendonça (2004), segundo o qual o fator extralinguístico *nível de escolaridade mais alto* poderia estar favorecendo o uso da variedade padrão, o clítico acusativo (ex.: não o vi.), que não é uma estratégia de preenchimento da posição objeto socialmente estigmatizada. Contrariamente, o *nível de escolaridade mais baixo* poderia estar propiciando o uso da variante não-padrão, o pronome lexical (ex.: não vi ele.), ou seja, quanto mais o indivíduo ascende intelectualmente, mais há a possibilidade de utilização da variação padrão. Sendo assim, a variante linguística da classe dominante se impõe como marca de prestígio e determina a atitude dos falantes dos grupos dominados em detrimento da sua própria variação, que é avaliada pejorativamente. Conforme Labov ([1972] 2008, p. 65): “a variedade das classes dominadas tende a se desestruturar, em contato com a variedade da classe dominante,

gerando inúmeros sentimentos de culpabilidade ou de inferioridade linguística, que levam muitos falantes a se envergonharem de seus próprios dialetos”.

Devido à grande importância dada à variante de prestígio, existem as variantes estigmatizadas, consideradas inferiores, por pertencerem à classe dominada. Dessa forma, se uma variante estigmatizada for utilizada por uma pessoa de classe inferiorizada da população, o preconceito se torna mais forte, no entanto, quando essa mesma variante é empregada por pessoas de *status* social elevado, o estigma vai diminuindo até deixar de existir completamente, pois foi aceita pela classe dominante. Para exemplificar-se o que fora afirmado, Labov (1972) ao abordar o R retroflexo utilizado em palavras como *car*, *finger*, que era estigmatizado pelos brancos americanos por ser uma forma usada pelos negros, declara que, passados os séculos, a classe branca dominante passou a usar essa forma e o que era estigmatizado passou a ser a forma de prestígio.

Sobre as funções das variantes linguísticas, Labov (1972) elenca as seguintes: a) os *estereótipos* que consistem em formas linguísticas socialmente marcadas, etiquetadas de maneira ostensiva pela sociedade. Em outras palavras, são formas variantes que recebem uma estigmatização dos grupos sociais dominantes, constituem-se em patrimônio de um grupo específico, as quais transmitem atitudes e crenças; b) os *indicadores* constituem traços linguísticos que apresentam uma distribuição regular nos grupos socioeconômicos, étnicos ou etários, mas são empregados pelo indivíduo da mesma maneira em todos os contextos, estes indicadores se inserem numa matriz social, mas não sugerem nenhuma variação estilística e surgem como dotados de escasso poder avaliativo, e c) os *marcadores*, por seu turno, são variantes que apresentam não só uma distribuição social, mas também uma diferenciação estilística.

Dado o caráter dinâmico da língua, para que se possa entender o processo de mudança linguística, é necessário compreender, conforme Labov (1972, p. 109), que “todos os fenômenos de mudança são decorrentes da variação, mas é interessante ressaltar que, nem toda variação resulta em mudança”. Para ele “é natural que, havendo duas ou mais formas de transmitir uma dada informação, se configure um processo de mudança linguística” (p. 65). Para que essa mudança ocorra, essas variantes linguísticas entram em conflito, e a forma mais antiga, considerada conservadora, termina sendo substituída pela mais recente, denominada de inovadora. Portanto, uma variação jamais deve ser vista como aleatória, porque, segundo esse linguista, tem: a) origem, em que se analisa o surgimento de uma nova forma linguística que passa a ser usada por um pequeno grupo de falantes, b) extensão, em que o número de falantes

amplia-se quanto ao uso dessa nova forma que começa, então, a consolidar-se em relação à forma antiga e c) propagação, em que se estabelece a regularidade através da eliminação das formas que estavam competindo com a forma vencedora, que consiste em uma forma linguística substituída por outra, resultando em uma mudança.

De acordo com Mollica (2004), quando variantes se alternam no decorrer do tempo, a médio ou longo prazo ou sofrem mudanças devido a uma determinada forma ter deixado de ser utilizada, esse processo significa que uma mudança está em evolução.

As variantes podem permanecer estáveis nos sistemas (as mesmas formas continuam se alternando) durante um período curto de tempo ou até por séculos, ou podem sofrer mudanças, quando uma das formas desaparece. Neste caso, as formas substituem outras que deixam de ser usadas, momento em que se configura um fenômeno de mudança em progresso. (MOLLICA, 2004, p. 11)

Vale referir ainda que, se a forma linguística inovadora pertencer a um grupo social dominado, ela passa por uma espécie de julgamento, é estigmatizada, até ser aceita pela classe dominante. Assim ocorreu com o pronome pessoal de segunda pessoa do plural: *vós* no PB. Na oração *Vós sabeis se ireis à Universidade hoje?*, possivelmente de ser produzida no século XVIII, por exemplo; na contemporaneidade, realiza-se como *Vocês sabem se irão à Universidade hoje?*. Ou seja, o pronome *vós* caiu em desuso, criando um espaço para o pronome *vocês*, variante inovadora que entrou em competição com a antiga, substituindo-a nos finais do século XIX (cf. CINTRA, 1972; LOPES, 2008 RUMEU, 2013), sendo atualmente dotada de prestígio.

3.2 SOBRE AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Entendidas como diversas formas linguísticas alternativas usadas em um mesmo contexto comunicativo e com o mesmo valor de verdade, as variantes linguísticas constituem a variável dependente relacionada a um determinado fenômeno linguístico. Conforme referido, essas variantes não ocorrem aleatoriamente, mas são influenciadas por variáveis independentes (grupos de fatores) internas e externas à língua. Por exemplo, ao analisar-se nesta dissertação a variável dependente composta das variantes: a) posição de objeto vazia e

b) posição de objeto preenchida, seguindo o que é adotado por Cyrino (1997) para o PB, tem-se de associá-la a variáveis independentes (extra)linguísticas que a condicionam.

No que se refere à posição de objeto preenchida, selecionou-se como variável linguística independente os seguintes fatores: clítico "a", clítico "o", clítico neutro, clítico "as", clítico "os", pronome lexical "ela", pronome lexical "ele", pronome lexical "elas", pronome lexical "eles", demonstrativo este/esse/aquele, demonstrativo esta/essa/aquela, demonstrativo isto/isso/aquilo e repetição de NP. Outras variáveis linguísticas também foram selecionadas para este estudo, a saber: a) modo verbal, b) tipo de oração e c) animacidade. Ao lado dessas variáveis linguísticas, selecionaram-se as seguintes variáveis extralinguísticas independentes: a) sexo dos escreventes e b) nota atribuída aos textos.

Quando observamos a variável referente à posição do objeto preenchida, destaca-se o clítico como variante padrão que preenche a posição acusativa (ex. não **o** vi.) e o uso do pronome lexical como variante não-padrão estigmatizada pelos gramáticos normativos (ex.: não vi **ele**). Do ponto de vista linguístico, nenhuma dessas formas é melhor ou pior que a outra; elas simplesmente variam por serem usadas em um mesmo contexto comunicativo e com o mesmo valor de verdade. No PB, por exemplo, estudos linguísticos mostram que, apesar dos esforços da escola, os clíticos pronominais não são tão produtivos na língua escrita, por exemplo, quando comparados ao seu uso no PE (NUNES, 1993; MARTINS, 1994; MORAIS; RIBEIRO, 2004).

Centrando a atenção nas variáveis extralinguísticas neste momento, Labov ([1972] 2008) defende que são representadas pelo estilo de fala, o sexo, a faixa etária, a classe social, o grupo étnico, e a localidade do falante, por exemplo. O estilo de fala refere-se à escolha do falante entre as várias possibilidades de expressão em contextos distintos. E ainda, representa um sistema de comunicação que controla a interação social, orientando os falantes como devem construir e compreender uma mensagem. Também fornece indicações da formalidade ou informalidade, intimidade ou distanciamento entre os interlocutores, mensagens que indicam a escolaridade, a origem e a classe social dos falantes. Labov ([1972] 2008, p. 70) afirma que “não existem falantes de estilo único. Há informantes que apresentam um campo de alternâncias estilísticas mais amplo do que outros, mas todos demonstram modificação de algumas variáveis à medida que mudam o contexto social e o tema”. Portanto, o estilo de fala está sempre ligado ao uso que o indivíduo faz da língua.

A variável sexo está relacionada à utilização da língua por falantes do sexo masculino e feminino; este último é marcado por um uso da língua voltado mais à formalidade e polidez,

empregando menos variantes estigmatizadas, respeitando os valores sociais que subordinam esse uso (LABOV [1972], 2008). Além disso, há preferência das mulheres pelo emprego das formas de prestígio inerente à pressão social que recebem em maior proporção que os homens, pois espera-se delas um comportamento social mais “correto”. Por outro lado, conforme afirma (LABOV [1972], 2008), a sociedade aceita do sexo masculino o emprego da língua de maneira rude, ou até mesmo obscena distanciada da norma padrão devido ao conceito de masculinidade instituído em nossa cultura.

Outra variável linguística diz respeito à faixa etária do falante. Por exemplo, a variante utilizada por um idoso pode ser distinta da empregada pelos mais jovens por pertencerem a épocas diferentes. Através de sua dissertação de mestrado sobre as variações do inglês utilizado por habitantes da ilha de Martha’s Vineyard (LABOV [1972], 2008), realizada em 1963, Labov analisou a relação entre fatores sociais como etnia, sexo, ocupação e idade com a linguagem usada pelos nativos dessa ilha localizada no estado americano de Massachussets, focalizando seu estudo na pronúncia de certos fonemas do inglês falado por essas pessoas. Ele constatou que o uso dos ditongos *au* e *ay* servia para os falantes se identificarem como nativos, contrapondo com as formas linguísticas padronizadas utilizadas pelos turistas que visitavam a ilha, o que mostrou que o uso da variante pelos nativos, considerada estigmatizada em relação à forma padrão, servia para a construção de sua identidade social, como descendentes dos Yankees, o grupo étnico que colonizou a ilha no século XVII. Esses habitantes ressentiam-se da presença dos veranistas do continente, considerando sua presença uma invasão cultural e econômica, portanto, marcavam a pronúncia desses ditongos como forma de resguardar sua cultura e seu espaço. Por outro lado, essa pesquisa também revelou que o uso da forma padrão, de maior prestígio, demonstrava um sentimento de insatisfação, uma vontade de deixar a ilha, ou seja, de se diferenciar da identidade social dos habitantes nativos. Em relação à faixa etária dos nativos da ilha de Martha’s Vineyard, LABOV [1972], 2008), utilizou o seguinte recorte na idade para a seleção dos seus informantes: 14-30 anos, 31-45 anos, 46-60 anos, 61-75anos e 75 acima. Segundo o autor, os jovens aproximaram-se mais da língua da ilha do que os adultos, principalmente os do sexo masculino. E ainda boa parte da população (incluindo jovens, adultos e idosos) era afetada pela chegada dos veranistas, mas o reflexo das mudanças linguísticas só foi significativo na fala dos jovens.

A classe social a que pertence o indivíduo também interfere de maneira significativa no uso da língua pelos seus falantes. Isso acontece porque as classes sociais mais favorecidas têm mais probabilidade de acesso à escolarização de qualidade, enquanto as classes menos

favorecidas, além de enfrentarem muitos obstáculos para disporem de uma educação eficiente, muitos indivíduos não têm acesso nem ao ensino básico, gerando uma disparidade entre as variantes linguísticas usadas por classes sociais distintas. Partindo desse pressuposto entende-se que o nível de escolarização exerce fortes influências no uso da língua pelo falante.

Em seu estudo sociolinguístico, Albuquerque (2012), afirmando que o uso do PTL em Timor-Leste é limitado a poucas situações formais, a saber: o ensino escolar, as atividades universitárias e a área jurídica. Geralmente, não há, em situações cotidianas, o uso dessa variedade e a língua franca entre os povos leste-timorenses, que possuem línguas maternas distintas, é o tétum, em sua variedade tétum-Praça. Quando surge a necessidade de uma língua internacional e o uso da terminologia técnico-científico e jurídico-administrativo, inclusive nos variados níveis de ensino, ora é usado o malaio, ora o inglês. A população leste-timorense mais velha é altamente escolarizada e fluente no PTL, enquanto a população jovem enfrenta grandes dificuldades em relação à aquisição dessa variedade.

Mota (2015), fazendo uma comparação entre o PE, o PB e o PTL, afirma que, até o momento atual, verifica, com base em estudos já realizados, que os padrões que se verificam em PE e nas produções de falantes cultos das restantes variedades estabelecem contrastes bastante claros com os atestados em variedades do português L2 ou em variedades de L1 não padrão, como é o caso do PB. Afirma, ainda, que, apesar desse contraste, há fatores linguísticos transversais atuando com grande impacto em variantes não canônicas, sendo a concordância canônica aquela associada aos falantes cultos da variedade padrão de cada região do mundo onde se fala o Português.

Além da escolaridade, segundo Labov ([1972] 2008, p. 77), “a identidade étnica desempenha um papel tão relevante na variação linguística que chega a ser, no caso de alguns itens, até mais decisivo do que a classe socioeconômica”. Para clarificar essa ideia, pode-se citar a Ilha de Timor-Leste, que recebeu a presença de vários colonizadores, oriundos de diversos países do mundo e que impuseram seus idiomas aos colonizados timorenses, influenciando a sua língua nativa, o tétum. Por outro lado, observa-se que a localidade do indivíduo também é decisiva na maneira de ele expressar-se. Basta se reportar, por exemplo, aos diferentes dialetos falados em Timor-Leste que revelam um verdadeiro mosaico linguístico. Maia e Carneiro (2008) afirmam que, apesar de Timor-Leste fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é o país com o menor número de falantes na Comunidade. O português é falado por uma elite, composta em sua maioria por professores universitários, funcionários públicos, políticos, intelectuais e pessoas idosas. Por

outro lado, o plurilinguismo que, verdadeiramente marca a identidade do timorense se fortalece e ganha evidência, porque ele é um poliglota, falando no mínimo três línguas, o tétum, sua língua materna, o bahasa indonésio ou o inglês, e o português fica em segundo plano na preferência de aprendizagem ou de uso.

Finalizando esta subseção, é importante dizer ainda que as variáveis linguísticas podem ser classificadas como diatópicas, diastráticas, diafásicas e diamésicas, de acordo com Frangiotti (2014). As variáveis diatópicas referem-se aos grupos de variedades regionais, pois, os indivíduos utilizam a língua de acordo com a região onde moram; as variáveis diastráticas pressupõem a existência de diferentes grupos sociais em uma comunidade linguística, levando em conta seu grau de instrução, sua classe social, seu pertencimento a um grupo, sua faixa etária idade e sexo; c) as variáveis diafásicas são aquelas que se relacionam ao contexto no qual ocorre a interação, existindo dois grupos de variedades: aquelas ligadas ao assunto e à finalidade do ato comunicativo e aquelas que dependem do grau de intimidade entre os falantes e do nível de formalidade estabelecido entre eles, denominadas de registro e d) as variáveis diamésicas que dizem respeito às mudanças operadas na comunicação que se realiza através do canal oral, visual ou oral-visual, ou seja, refere-se aos diferentes usos da língua a depender de suas diferentes modalidades.

A partir da concepção de variação como pertencente ao sistema linguístico, há uma mudança de perspectiva do que deveria ser considerado “erro” no contexto linguístico, não existindo mais tal conceito do ponto de vista exclusivamente científico. Algumas variações realizadas na fala podem ser transpostas para a escrita e toleradas até certo período como parte do processo de aquisição da língua escrita. Quando as crianças adquirem competência em língua escrita elas não fazem uma simples transcrição da fala para a escrita, mas sim uma série de transições relacionadas e que não ocorreram ao mesmo tempo, dentre as possíveis transições estão as do não padrão para o padrão e do informal para o formal (KATO, 1988; ROCHA, 2013; SILVA, 2014). A aprendizagem da escrita é, portanto, processual; no início da escolarização, a criança se embasa na relação fala/escrita e tende a escrever como fala, pois aprende que nosso sistema é alfabético e que escrevemos uma letra para cada som falado, no entanto, essa escrita como transcrição fonética não é real, considerando que existe uma normatização ortográfica e a arbitrariedade presente na representação gráfica das palavras.

Garcia (2010) acredita que, no processo inicial de alfabetização, é natural e muitas vezes inevitável que as crianças tentem representar a escrita através dos sons da fala. Entretanto, o código escrito não os representa fielmente, uma vez que desconsidera as

variações características da língua falada. A língua escrita, portanto, atua como um fator de unificação linguística, visto que a grande variação encontrada na modalidade falada é atenuada na escrita. E este é o objetivo da ortografia: neutralizar as variantes linguísticas para que haja uma melhor compreensão interdialeto. Todavia, o processo de aquisição da escrita é bastante complexo e exige que os estudantes reformulem a todo o momento suas hipóteses e adquiram, cotidianamente, as regras, muitas vezes arbitrárias, da língua que está sendo estudada.

De acordo com Nobre (2011), a língua oral influencia a língua escrita no aprendizado do português por estudantes em idade escolar e, se esse problema não for solucionado, pode persistir para o resto da vida do indivíduo. Quando chegam à escola, os alunos já trazem seu conhecimento gramatical internalizado próprio da sua língua materna. No início da escolarização, é comum perceber de maneira espontânea a reprodução da fala na escrita, esquecendo-se de que deve haver uma adequação durante a passagem da fala para a escrita, tendo em mente também o gênero textual produzido no momento de comunicação. Já o PTL apresenta-se de uma maneira distinta do PB, por ser uma língua estrangeira, usada em contextos muito restritos e falado por uma pequena parcela da população. A língua mais falada é o tétum, pois é a língua materna dos timorenses e exerce muita influência sobre o PTL. De acordo com Albuquerque (2010), a influência do tétum sobre o PTL ocorre porque a criança leste-timorense, antes de ir à escola, tem contato com o tétum através dos seus familiares e, geralmente, não há em situações cotidianas, o uso da língua portuguesa. O português, que deveria ser a língua de ensino e implantado gradativamente no decorrer dos anos no processo ensino-aprendizagem, por não ser de conhecimento de grande parte dos professores, não há esta implantação gradativa, ficando a cargo do professor a escolha de outra língua, ou línguas para trabalhar e que varia de acordo com os problemas enfrentados por cada comunidade. Dentre os problemas enfrentados por professor/aluno podem-se citar a diferença de língua materna entre os alunos, a diferença da língua materna entre aluno e professor, e a adoção da língua tétum, a qual não possui um léxico moderno e estabilizado, causando uma dificuldade ainda maior para o professor. Dessa forma, o uso da língua portuguesa em Timor-Leste permanece apenas com a função de língua do Estado.

É de conhecimento geral que, no decorrer da história da língua, a fala antecede a escrita e que todos os povos possuem uma tradição oral como seu meio de comunicação, mas nem todos utilizam a escrita. No entanto, a escrita foi ganhando mais importância que a fala,

por se caracterizar um patrimônio indispensável à sociedade, representando educação, desenvolvimento e poder das grandes nações (NOBRE, 2011).

Muitos educadores consideram erros quando os estudantes redigem seus textos com interferências da língua falada, mas, antes de condenar essa escrita, é necessário questionar que contextos e fatores estão motivando essas interferências. No caso do PTL, supõe-se que, no caso do fenômeno linguístico variável em análise, é possível encontrar, na escrita dos estudantes leste-timorenses que se submeteram ao exame vestibular da UNILAB, interferências do tétum, língua materna e mais falada por eles, no PTL, embora já estejam com muitos anos de escolarização, pois o português ganha *status* de língua estrangeira (cf. ALBUQUERQUE, 2010, 2011; MARTINS, 2016). Nesse sentido, entende-se que o contato linguístico entre o tétum e o PTL parece ser um dos fatores para essa possível interferência da língua materna falada sobre o PTL em sua modalidade escrita, não perdendo de vista de que essas modalidades estão subordinadas à norma cujo conceito será abordado na próxima subseção.

3.3 NORMA E USO

O linguista romeno Coseriu (1979) contribuiu de maneira significativa e pioneira com o estudo da norma. Ele sugeriu um acréscimo à dicotomia saussuriana, partindo sua tricotomia do mais concreto, fala, uso individual da norma, ao mais abstrato, língua, sistema funcional, passando por um grau intermediário, a norma, que é o uso coletivo da língua. Ou seja, existem realizações linguísticas que já foram consagradas pelo uso e, por essa razão, se tornaram “normais” em determinados contextos linguísticos e previstas pelo sistema funcional. Dessa forma, enquanto a língua é um conjunto de possibilidades abstratas, considera-se a norma como um conjunto de realizações concretas e também, assim como a língua, de caráter coletivo. Coseriu (1979, p. 50) acredita que o sistema linguístico é um conjunto de liberdades e de possibilidades disponíveis em uma comunidade:

O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade; a norma, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente: não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e

tradicionalmente se diz na comunidade considerada”. O sistema abrange as formas ideais de realização duma língua (...) a norma, em troca, corresponde à fixação da língua em moldes tradicionais; e neste sentido, precisamente, a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico (externo e interno) do sistema.

Ao falar-se em norma e uso linguísticos, convém abordar a comunidade de fala. Conforme Guy (2000), a definição de comunidade de fala pode ser entendida como características linguísticas compartilhadas, ou seja, palavras, sons ou construções gramaticais que são utilizados na comunidade, mas não são usados fora dela, a densidade de comunicação interna é relativamente alta, as pessoas normalmente falam frequentemente com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele, as normas são compartilhadas, as atitudes são realizadas em comum sobre o uso da língua, as normas são em comum sobre a direção da variação estilística e as avaliações sociais são em comum sobre as variáveis linguísticas. É a primeira dessas características que organiza as semelhanças e as diferenças linguísticas no uso da língua. A participação como membro em uma comunidade de fala é definida por contraste, em função do uso de traços específicos da comunidade: usá-los mostra que você é um membro, e não os usar mostra que você não faz parte daquele grupo, isto é, você é um intruso.

Concernente a norma ser convencional e pertencer a toda uma sociedade, é também opcional, ou seja, o falante tem a possibilidade de escolhê-la para utilizá-la ou não dentro do grupo ao qual pertence. Quando se refere ao ensino-aprendizagem de língua materna, torna-se muito difícil propiciar ao estudante o conhecimento de todas as normas empregadas na sua comunidade linguística. Sendo assim, a imposição da norma culta em detrimento de outras normas, configura-se numa descaracterização da identidade de um determinado grupo social, conseqüentemente não se alcança uma interação maior com todas as possibilidades de fatos linguísticos proporcionados pelo sistema linguístico. Ao mesmo tempo não se pode deixar de utilizá-la, porque impediria o acesso do aluno a nível social considerado elevado e à tradição cultural escrita. Em ambos os casos, há prejuízos no desenvolvimento da competência comunicativa, pois o indivíduo necessita dominar as variedades de sua língua para utilizá-las em diversos contextos comunicativos. Travaglia (2011) afirma que a competência linguística é um termo que denomina a capacidade do usuário da língua de produzir e entender um número infinito de seqüências linguísticas significativas, que são denominadas sentenças, frases ou enunciados a partir de um número finito de regras e estruturas.

A norma culta ideal é a que a gramática prescritiva ensina. Já a norma culta real se refere à norma culta empregada pelos falantes em situações reais de comunicação. Fala-se em

normas porque existem diversas regras, não só na gramática tradicional, mas também na norma coloquial. A norma culta é variação linguística escrita ou oral, quando é utilizada em contextos formais, prestigiada socialmente, e, por isso, empregada na escola e em contextos sociocomunicativos formais. Já a norma coloquial é empregada oralmente ou na escrita, dependendo da situação comunicativa, da intenção do indivíduo, do grau de intimidade que ele dispõe com o seu interlocutor e do gênero textual, pelas classes médias escolarizadas, seu grau de diferença em relação à norma culta está condicionado às circunstâncias de uso. A norma popular retrata a fala das classes populares com baixo nível de escolaridade ou que não são escolarizadas, nesse caso, essa diferença relativa à norma culta é maior, o que as pessoas denominam de erro. No entanto, o que essas pessoas denominam de erro trata-se de formas diferentes de expressão da língua, que podem ter sido oriundas de um contato linguístico ou mesmo de diversos fatores que tornam a língua heterogênea, ou seja, repleta de variações.

No que tange à norma culta e ao seu ensino em Timor-Leste, a norma ensinada é baseada no modelo europeu do português, mas o PTL distingue-se dessa norma em muitos aspectos. Dentre estes aspectos pode-se mencionar as estratégias de preenchimento da posição acusativa, que, na maioria dos casos são utilizados sintagmas nominais para esta função ou simplesmente observa-se a posição de objeto vazia, uma vez que, possivelmente pela influência do tétum, língua nativa dos leste-timorenses, que não possui clíticos pronominais, o PTL apresenta estas características peculiares, além de ser estudada como uma língua estrangeira (doravante LE) (ALBUQUERQUE, 2010, 2011). No entanto, o estudo do PTL como LE pode causar questionamentos a respeito da sua importância em Timor-Leste, já que é considerada como uma das línguas oficiais, por que, então, é estudada como uma LE? A este questionamento Guimarães (2017) opina que, apesar de ter uma história de mais de 500 anos no país, o português nunca ocupou a posição de língua de uso corrente dos timorenses. Essa situação é consequência da escassez de esforços nesse sentido por parte da metrópole durante o período colonial, a proibição do uso da língua portuguesa no período de domínio indonésio e a utilização da língua tétum para ampla comunicação entre os timorenses possuidores de diferentes línguas maternas.

Albuquerque, (2010), afirma que a língua portuguesa, portanto, não é L1 da população, sendo aprendida como LE, e com a presença de professores brasileiros, portugueses e cubanos, ensinando língua portuguesa. Em relação à variação linguística, conforme Lucchesi (1994) diferenciou, há de ser considerada a oposição entre a norma padrão e as diferentes normas vernáculas. Dessa maneira, surge o conflito ensino da norma europeia,

pelos professores portugueses *versus* ensino da norma padrão do Brasil, pelos professores brasileiros. Neste conflito, não há espaço para a variação linguística, considerando os diferentes estágios de aprendizagem em que se encontra o aluno leste-timorense e o grau de interferência de sua língua materna, e que não é levada em conta em nenhum momento a variedade do PTL. O saber do falante é desconsiderado, sendo encarado como erro e o saber linguístico como um conhecimento da ciência linguística por parte do professor que pode ser aplicado na sala de aula também é irrisório, já que é necessário o professor ter formação em linguística e perfil de professor pesquisador.

Neste contexto de ensino-aprendizagem da norma culta, os professores portugueses, são os que estão melhores preparados em relação a toda infraestrutura de ensino, no entanto, são intransigentes, seguindo rigorosamente o método presente nas obras didáticas disponíveis e o método expositivo como é utilizado nessas obras apresenta problemas aos alunos leste-timorenses por não verificar de maneira adequada o nível de aprendizado do aluno, assim como não exigir a participação dele no processo de ensino-aprendizagem, o que faz com que essa passividade por parte do aluno gere nele o desinteresse. Ainda, nesse processo de ensino-aprendizagem a gramática normativa, em sua norma lusitana, é imposta aos alunos, e os professores portugueses consideram qualquer realização diferente dessa norma como erro a ser corrigido, e, conseqüentemente, não aceitam as outras variedades existentes da língua portuguesa, nem o trabalho de outros professores. Os professores brasileiros estão em número reduzido; há a necessidade de cada professor elaborar seu próprio material; não fica claro qual é a função dos professores brasileiros de língua portuguesa, ora necessitando até de auxílio dos professores portugueses. Os cubanos de língua portuguesa atuam em uma situação próxima aos professores brasileiros: a infraestrutura para o ensino de língua portuguesa, não é realizada de maneira adequada para um processo eficaz de ensino-aprendizagem; não fica bem definido qual variedade da língua portuguesa se ensina; as abordagens mais utilizadas são obsoletas ou não estão de acordo com a realidade do aluno leste-timorense, um caso de destaque é a atuação dos professores cubanos de língua portuguesa, que passam por essas dificuldades e utilizam abordagens de interação dos alunos timorenses.

Em outro estudo sociolinguístico, Albuquerque (2012) afirma que os timorenses que falam o PTL, são de uma faixa-etária de pessoas mais velhas e formam uma comunidade linguística bem limitada e específica no seio do Timor-Leste e este uso do PTL é limitado a poucas situações formais, a saber: o ensino escolar, as atividades universitárias, política, administração pública e a área jurídica. Por essa razão, os falantes timorenses que dominam a

oralidade e a escrita do PTL ganham ascensão social, pois, geralmente, não há, em situações cotidianas, o uso dessa variedade e a língua franca entre os povos leste-timorenses, que possuem línguas maternas distintas, é o tétum, em sua variedade tétum-Praça. Quando surge a necessidade de uma língua internacional e o uso da terminologia técnico-científico e jurídico-administrativo, inclusive nos variados níveis de ensino, ora é usado o malaio, ora o inglês.

3.4 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONTATO LINGUÍSTICO: O CASO DAS VARIEDADES NÃO-EUROPEIAS DO PORTUGUÊS

Santos (2018), discorrendo a respeito da história linguística do Brasil, esclarece que o PB é resultado de um contexto de contato de línguas. Segundo a autora, entre as muitas mudanças ocorridas no português vernáculo brasileiro, o comportamento dos clíticos pronominais é considerado um dos aspectos gramaticais que mais se distanciam do PE. Nessa área da gramática, a generalização da próclise e a redução do paradigma pronominal, que inclui a eliminação dos clíticos pronominais acusativos de terceira pessoa, são as mudanças mais significativas. Afirma ainda que os aloglotas⁵ dos povos africanos, na situação de contato linguístico vivida no Brasil, influenciaram essas mudanças que caracterizam o português vernáculo brasileiro contemporâneo. Os exemplos abaixo apresentam contextos do português vernáculo do Brasil (cf. (1-6):

- (1) “Eu **me perguntava** por que existiam coisas no mundo que não serviam para nada, como as lagartas.” (Jeito de Matar Lagartas, p. 17)
- (2) “Eram lagartas de uma cor intensa, de um castanho que nunca vi, gordas, bem gordas, e Laércio, o filho de seu Laurentino, o caseiro de tia Marluce, **as estourava** com o pé, fazendo um ploc que me incomodava.” (Jeito de Matar Lagartas, p. 16)
- (3) “Dona Irene **se admirou** daquela visita assim, disse que era um milagre receber pessoas tão importantes àquela hora.” (Jeito de Matar Lagartas, p. 8)

⁵ Aloglota: Que fala outra língua, que aprendeu de outiva, simplificando-a brusca e extremamente.

(4) “A filha mais feia, uma arquiteta muito doida, **lhe deu** um abraço mais frio que os braços da cadeira de rodas.” (Jeito de Matar Lagartas, p. 37)

(5) “Se bobeássemos, elas **nos queimariam** feio.” (Jeito de Matar Lagartas, p. 17)

(6) “**Me vi** pegado em flagrante e até me recriminei, tinha realmente ido longe demais.”
(Jeito de Matar Lagartas, p. 40)

(SANTOS, 2018, p.57)

Ainda falando sobre a formação linguística brasileira, Lucchesi (2012) verifica que hoje a grande maioria dos falantes da língua portuguesa não se encontra no território onde esse idioma se formou, mas no Brasil, a grande colônia de Portugal até o início do século XIX. Ao se espalhar pelo mundo, o português entrou em contato com centenas de outras línguas, gerando nesse processo crioulos de base lexical portuguesa, por exemplo. Na colonização do Brasil, houve contextos favoráveis à crioulização, mas não existem registros históricos de variedades crioulizadas do PB.

Dentro da teoria da aquisição, segundo (LUCCHESI, 2012), a língua crioula é resultado da exposição da criança aos dados de um *pidgin*⁶. As suas capacidades inatas transformam esse *pidgin* recebido de seus pais em língua natural, o crioulo. Vale referir ainda que a semelhança entre os crioulos deriva, nessa perspectiva, de propriedades universais relacionadas ao processo de aquisição linguística. As línguas crioulas apresentam uma opção não-marcada em cada domínio da Gramática Universal. Considerando-se que, entre os exemplos de traços linguísticos que caracterizam os crioulos de maneira geral, estão o uso de uma preposição locativa generalizada, frequentemente *na*, e a presença de construções de objeto duplo, pode-se concluir que essas duas construções são opções não-marcadas.

No que concerne ao contato entre línguas, podemos observar que países africanos, assim como o Brasil, foram colonizados por Portugal, e esse fato histórico influenciou de forma significativa ao surgimento de variedades do português. Dentre esses países, pode-se citar Moçambique. Segundo Goncalves (2004) *apud* Oliveira (2008, p. 100-102), “é um país de larga diversidade linguística. Além do português, língua oficial, falam-se mais de 20

⁶*Pidgin*: língua compósita, nascida do contato entre falantes de inglês, francês, espanhol, português etc. com falantes dos idiomas da Índia, da África e das Américas, servindo apenas como segunda língua para fins limitados, esp. comerciais.

línguas do grupo banto. O português é falado como L2 por cerca de 40% da população e como L1 por apenas 3% da população”. Apesar da presença do povo português no país datar do século XV (1498), a difusão da língua só se implementou a partir de 1975, data da declaração de independência de Moçambique. O português, língua oficial desse país, é uma língua urbana adquirido como L2 por via escolar e é usado em algumas situações diárias.

De acordo com Santos (2018), o português de Moçambique (PM) e o português de Angola (PA) têm em comum a influência das línguas bantas faladas. No português de PM, se observa uma tendência para colocação enclítica em contextos verbais simples sem proclisadores (7,8). Em formas verbais complexas, o PM apresenta uma colocação semelhante ao PB e ao PA (9).

(7) “Mandam-te numa montanha, você vai.” (PM)

(8) “Eles encontram-se marginalizados.” (PM)

(9) “A problemática do custo de vida já vem se verificando.” (PM)

(SANTOS, 2018, p. 99-100)

No que tange ao PA, devido ao empenho dos responsáveis políticos angolanos, o português tornou-se, pelo menos até às eleições de 1992, a terceira língua materna dos angolanos, falada por cerca de 11,8% da população, com idade eleitoral, apenas batida pelo umbundu, com 38%, e kimbundu, falado por 21 em cada 100 eleitores. E, quanto à morfossintaxe em PA, conforme Santos (2018) afirma, mesmo havendo uma instabilidade na ordem dos clíticos pronominais, há uma preferência pela próclise nos contextos verbais simples e posição intermédia nos complexos verbais (10), a explicação para a colocação pré-verbal dos clíticos em PA seria a influência das línguas bantas faladas em Angola, que expressam os morfemas de objeto à esquerda do radical verbal (11). Os pronomes acusativos de terceira pessoa são muitos raros no português vernáculo de Angola, sendo substituídos pelos pronomes de sujeito (formas tônicas) ou pela forma clítica de objeto indireto *lhe* (12).

(10) “Muitos estavam a **se** interrogar se a IMG é angolana.” (PA)

(11) “Minha mãe e o meu pai **me** deu o nome de JX...” (PA)

(12) “Deixa **ele** falar!” (PA)

(SANTOS, 2018, p. 99-100)

Em relação ao português de São Tomé e Príncipe (PST), Vieira (2016, p.83-84) afirma, segundo o último censo (CENSO, 2012), que continuaria sendo a língua mais utilizada. Assim, com o passar dos anos, tem ocorrido grande diminuição do uso de línguas crioulas em níveis percentuais. “Por exemplo, o Forro em 2001 era falado por 72,4% dos habitantes e, em 2012, passa a ser utilizado por apenas 36,2% dos falantes. Além do Forro, o Lung’ie também teria diminuído consideravelmente seu emprego, de 2,4% (2001) para 1% (2012)”. Como se pode observar, segundo o censo, está havendo uma drástica redução do uso das línguas locais e um aumento muito expressivo do português.

Sobre a ilha de São Tomé, em particular, Hagemeyer (2009) afirma que este é o único país de língua portuguesa da África em que a maioria de seus habitantes tem o português como L1. No entanto, na prática, é preciso atentar para o fato de que há diversos registros do português, ou seja, um mais próximo do PE e outro em que há certo grau de influência dos crioulos, dependendo do nível de escolaridade, social e econômico. O autor declara ainda que, São Tomé e Príncipe configura-se como o terceiro país em relação à quantidade de falantes de português, depois de Portugal e Brasil, apresenta 98,4% da população falante de português e para mais de 50% da população é L1.

De acordo com Pereira (2006, p. 62), “[e]m São Tomé há muitas famílias que evitam o uso do Forro e procuram que os seus filhos adquiram português desde a infância”. Dessa forma, acredita-se que os crioulos que hoje existem tendem a desaparecer, pois os jovens e as crianças não se interessam em aprendê-los, havendo sua utilização bem reduzida (CENSO 2012). Além disso, as famílias estão, cada vez mais, influenciando, em geral, o uso da língua portuguesa para que seus filhos possam ascender socialmente. Em relação à colocação dos clíticos do PST, em contato com o grupo de línguas crioulas com substratos não bantos, Gonçalves (2009) atesta que ainda há uma grande variação, típica de uma variedade adquirida como L2, e conclui que ainda não é possível caracterizar o sistema pronominal dessa variedade do português.

Em se tratando do português de Cabo Verde (PCV), de acordo com Pereira (2014), o crioulo caboverdiano é uma língua de origem do Arquipélago de Cabo Verde, crioula, de base portuguesa e a língua materna da maioria dos caboverdianos, é usada como L2 por descendentes de caboverdianos em outros lugares do mundo. Não obstante, ser o crioulo a língua materna da maioria da população de Cabo Verde é o português a única língua oficial. Devido a língua portuguesa ser utilizada no cotidiano caboverdiano, a saber, na escola, pela administração pública, em atos oficiais, o português e o crioulo vivem em uma situação de diglossia. Por essa razão, registra-se um processo de descrioulização em todas as variantes dos crioulos de Cabo-Verde.

Observa-se, portanto, que o contexto sociolinguístico de Cabo Verde é diferente do contexto de São Tomé, porque a variedade do português falada nesse país entra em contato com o crioulo falado pela maioria de caboverdianos, enquanto em São Tomé, o PST é falado pela maioria da população.

Quanto a Guiné-Bissau, Mello (2007) verifica que é um país multiétnico e multilíngue, havendo mais de 30 grupos étnicos. Seis desses grupos totalizam mais de 80% do total populacional, são eles: os fulas, com 25,4%, os balantas com 23,8%, os mandingas com 13,7%, os manjacos com 9,3%, pepéis com 9,0% e os mancanhas com 3,5%. Há a coexistência de cerca de 20 línguas. Cada uma dessas línguas pertence a um grupo étnico. A representatividade da identidade étnica presente na língua é observável no fato de língua e etnia ter o mesmo nome. Assim, a língua dos balantas é o balanta, dos mandingas é o mandiga, dos mancanhas é o mancanha e assim por diante. O português é a língua oficial, enquanto que a língua de união nacional é o crioulo. Na Guiné, cerca de 4,26% são falantes só de crioulo, ao passo que 44% falam o crioulo e outras línguas. O português, por sua vez, é utilizado por pouco mais de 0.5% da população, sendo considerada L2 (MELLO, 2007). Observa-se que o contexto sociolinguístico é totalmente diferente do contexto de São Tomé, uma vez que, o PST é falado por 98% da população e o português de Guiné-Bissau (PGB) é falado por um pouco mais de 0.5 dos guineenses. Em Guiné-Bissau, o crioulo, língua materna ou L2 da grande parte da população, convive com mais de vinte línguas dos grupos Oeste-Atlântico e Mande. Esse crioulo é resultado do contato entre colonizadores portugueses e as populações locais falantes de várias línguas étnicas trazidas de diversos lugares através do processo da escravização que se concentrou na costa ocidental. Nesse contato, verificam-se situações de bilinguismo, isto é, naquelas em que uma sociedade ou um indivíduo utiliza, conforme os interlocutores ou as circunstâncias, duas ou mais línguas (BARBOSA, 1967). Para Couto e

Embaló, (2010) o português é considerado uma língua estrangeira. Tendo em vista o crescente índice de alfabetização do sujeito guineense, o crioulo torna-se ainda cada vez mais aportuguesado, porque, quanto maior for o grau de escolaridade do sujeito guineense maior será o seu contato com a língua portuguesa, já que esta é a língua do ensino. Assim, a escola constitui o ambiente fundamental para disseminação da língua portuguesa.

Por fim, especial atenção merece Timor-Leste cuja variedade asiática do português será analisada nesta pesquisa. Martins (2016) afirma que o PTL exerce um papel fundamental, quer como fator de coesão nacional, quer como instrumento de comunicação com o exterior, fazendo, por isso, parte do currículo escolar nacional obrigatório e é, a par do tétum, língua de escolarização. Observa-se, todavia, que é possível haver interferências da língua materna, o tétum, sobre o PTL que requerem soluções/estratégias específicas no ensino/aprendizagem.

Conforme Ririassa (2016), estas possíveis interferências do tétum sobre o PTL são observadas através da fragmentação do país pelos ocupantes em vários domínios que levou a língua portuguesa a uma posição instável, ou seja, Timor-Leste foi alvo de dois tipos de colonialismo que marcaram e definiram as diferenças e as características das diferentes três gerações. E, ainda por cima, a importância das outras línguas, designadamente as do comércio e do trabalho, ganharam terreno no país, e, a nova geração, fala a bahasa indonésia cotidianamente e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala e nem entende, o inglês é uma língua que garante o desenvolvimento econômico e tecnológico de Timor-Leste.

Martins (2016) ainda verifica que o panorama linguístico timorense é multilinguístico. Esta situação decorre, por um lado, de fatores geológicos, geradores de comunidades linguísticas isoladas que desenvolveram línguas próprias e, por outro lado, de fatores históricos relativos à soberania do território com a respectiva língua portuguesa, a que se seguiu o período de ocupação pela Indonésia, com proibição do uso do português e sua substituição pela língua indonésia.

Portanto, as variações não-europeias do português apresentam características semelhantes em relação ao panorama sociolinguístico apresentado em cada nação, porque tanto o Brasil quanto os países africanos e asiáticos que falam o português sofreram um processo de colonização por Portugal, e conseqüentemente este colonizador impôs seu idioma. No entanto, ao desembarcar nestas futuras colônias, os portugueses se depararam com línguas naturais de cada país, então este contato entre o português europeu e as línguas brasileira, africana e asiática deu origem a diferentes variações da língua portuguesa.

3.5 UM OLHAR VOLTADO AO USO DOS CLÍTICOS EM VARIEDADES DE PORTUGUÊS: BREVES INCURSÕES

Quando se aborda as estratégias de preenchimento dos pronomes clíticos em posição acusativa no Brasil e em Portugal, verifica-se uma vasta literatura sobre essa temática, ao contrário do que ocorre em variedades não europeias devido à recente independência desses países da metrópole portuguesa que tem culminando mais nas últimas décadas para um olhar linguístico que dá seus primeiros passos na busca pela identidade linguística dessas variedades.

Albuquerque (2012, p. 3) cita alguns linguistas pioneiros nos estudos referentes ao PTL, afirmando que:

Somente nos últimos anos é que a variedade do PTL despertou maior interesse dos linguistas. Há uma nota de Costa (1995), que procura diferenciar o PTL, reconhecendo-o como uma variedade e diferenciando-o do português padrão, ensinado e falado em Timor Leste pelos portugueses. Carvalho (2001, 2002/2003) dedicou-se ao estudo do léxico do PTL, pesquisando a antroponímica lestemorense (2001) e elaborando um corpus em que baseou várias outras de suas conclusões a respeito do léxico (2002/2003). Brito (2002, 2004) elaborou uma série de artigos sobre o PTL, além dos citados, onde aborda de maneira introdutória, enfatizando principalmente questões de sociolinguística e política linguística. Já em Brito e Corte-Real (2002) há uma análise das peculiaridades do PTL no nível fonético-fonológico, porém tais traços específicos do PTL são abordados pelos autores como erros de aprendizagem. Recentemente, Albuquerque (2010) realizou um estudo introdutório sobre a prosódia do PTL e outro sobre mudanças lexicais e semânticas exclusivas desta variedade da língua portuguesa (Albuquerque 2011b). Ainda, o autor realizou também um panorama linguístico do PTL (Albuquerque 2011a), apresentando brevemente estruturas específicas dos níveis de análise linguística, a saber: fonético-fonológico, morfossintático e léxico-semântico.

Centrando sua atenção na comparação entre o PB e o PE, Tarallo (1996, p. 70) observa que “[o] perfil da nossa gramática brasileira (no sentido da gramática normativa) tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato torna o vácuo entre língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal”. Nessa mesma linha de raciocínio, Pagotto (1988) verifica que a distância entre as duas modalidades se deve ao fato de que o modelo de norma culta escrita não retrata o padrão de fala usado pelos brasileiros, mas sim o padrão escrito pelos portugueses.

Em seu livro intitulado *Contradições no ensino de português*, Mattos e Silva (2003) discorre, por exemplo, sobre diferentes estratégias de preenchimento da posição acusativa que

se refletem na escrita por já fazerem parte da gramática do PB e que não estão previstas nos manuais gramaticais como é o caso do uso do objeto nulo (categoria vazia) (cf. (13)) e do pronome lexical (cf. (14)):

(13) Eu conheço **Ø** há muitos anos.

(14) Eu conheço **ela** há muitos anos.

Quanto à segunda estratégia, Galves (2001, p. 45) observa que só pode aparecer no PB (cf. (15a)); no PE, usa-se o pronome clítico. Além disso, no PB, o pronome lexical pode retomar um sintagma nominal na posição de tópico (cf. (15b)) ou pode aparecer em estruturas relativas como pronome lembrete (cf. (15c)):

(15)a. Encontrei **ele** ontem.

b. Esse rapaz, encontrei **ele** no trem.

c. Esse rapaz aí que encontrei **ele**...

Quanto à categoria vazia na posição objeto, Galves (2001) ainda verifica que é muito frequente em PB. Há casos em que o objeto aparece no início da frase (cf. (16a)) e, em outros, ele se encontra “numa frase anterior, desempenhando alguma função sintática” (p. 52) (cf. (16b) a (16d)):

(16)a. **Esse negócio de tópico** estou examinando desde o semestre passado.

b. Apanharam **as maçãs** e guardaram no porão.

c. Ouvi várias vezes **esse disco** antes de decidir comprar.

d. Quem não tem **seu adesivo** venha buscar logo [ouvido no rádio].

(GALVES, 2001, p. 52)

Nas frases (21c) a (21d), o uso do clítico na posição objeto é obrigatória em PE, pois a categoria vazia não é capaz de receber interpretação determinada. Nessa acepção, “... são os

traços pronominais do pronome clítico que permitem recuperar um antecedente. ” (GALVES, 2001, p. 52).

Trabalhando também com a categoria vazia na posição objeto no PB, Cyrino, Duarte e Kato (2000) observam, a partir dos resultados obtidos por Tarallo (1983), que no PB tem havido um aumento substancial dessa categoria. Os resultados diacrônicos de Cyrino (1997) extraídos de peças teatrais ao longo de cinco séculos apontam também para esse fato, o que pode ser verificado na tabela 3 que apresenta uma distribuição de posições nulas *versus* preenchidas na posição acusativa:

Tabela 3 - Posições nulas *versus* posições preenchidas.

SÉCULO	POSIÇÃO NULA		POSIÇÃO PREENCHIDA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
XVI	31	10.7	259	89.3	290	100
XVII	37	12.6	256	87.4	293	100
XVIII	53	18.5	234	81.5	287	100
XIX	122	45.0	149	55.0	271	100
XX	193	79.1	51	20.9	244	100

FONTE: Cyrino (1997, p. 172)

Verificados os resultados diacrônicos obtidos por Cyrino (1997), constata-se que, ao longo dos séculos, no PB, a quantidade de objetos plenos foi reduzida, enquanto a quantidade de objetos nulos foi aumentando consideravelmente. No século XVI, de 290 (100%) dados coletados, apenas 31 (10.7%) eram de objetos nulos. Mas, ao longo do tempo, esse quadro foi sendo modificado, e, no século XX, o número de posições de objetos nulos é maior: de 244 (100%), 193 (79.1%) são de posições nulas.

Se observados os contextos de objetos nulos e plenos extraídos de Cyrino, Duarte e Kato (2000), o PE e o inglês assemelham-se, pois, sendo o antecedente do objeto um sintagma [+/- específico] ou [+/- humano], há obrigatoriedade para o uso de pronomes lexicais ou clíticos no inglês e no PE, respectivamente (cf. (17a) a (17c')):

(17)a. This boy_i thinks this his parents love him_i/* ____.

a'. Este menino_i acha que seu pai o_i/* ____ ama.

- b. Every boy_i thinks that his parents love him_i/* ____.
- b'. Todo menino acha que seus pais o_i/* ____ ama.
- c. If I find cockroach_i I will Kill it_i//* ____.
- c'. Se eu encontrar uma barata_i, eu mato-a_i/* ____.

(CYRINO; DUARTE; KATO, 2000, p. 58)

Um fato curioso é que, em contextos de oração coordenada, objetos nulos são possíveis no português, ao contrário do inglês (cf. (18b)):

- (18)a. João descascou a banana, e Maria comeu ____.
- b. *John peeled the banana, and Mary ate ____.

(CYRINO, 1999, p. 183)

Ao contrário de (19), objetos nulos em ambas as línguas são possíveis, por exemplo, quando têm leitura arbitrária:

- (19)a. This leads _____{arb} to thinking that we are wrong.
- a'. Isso leva _____{arb} a pensar que estamos errados.

Assim, Cyrino, Duarte e Kato (2000), ao compararem o PE com o inglês, defendem uma escala de hierarquia de referencialidade que tem implicações na existência de pronomes nulos e plenos. Nessa escala, os não-argumentos que são [-específico] e [-referencial] encontram-se na extremidade à esquerda, sendo os mais baixos nessa escala, os quais vêm seguidos pela proposição e por argumentos [-humano]. Por fim, na extremidade à direita, encontram-se os argumentos [+humano], [+específico] e [+referencial] que, na escala de referencialidade, ocupam a posição mais alta. Segundo elas, quanto mais referencial, maior a

possibilidade de um pronome pleno e, se uma variante nula ocorrer, em algum ponto específico dessa escala, implica variantes nulas à sua esquerda nessa hierarquia. Em suma, elas concluem: “[...] referentiality is highly relevant for pronominalization. For a language that has the internal option of either full or null variants, one of the factors which is influential in the choice of one form or the other is the referential status of the antecedent.”⁷ (CYRINO; DUARTE; KATO, 2000, p. 58). Ademais, essas autoras observam que, no PB contemporâneo, objetos nulos são quase categoricamente nulos quando o antecedente é uma sentença ou possui o traço [-humano], o que vai na direção do que prevê a escala de referencialidade. E ainda, quando os objetos referenciais têm um antecedente [+referencial], o pronome lexical pode ser nulo ou pleno:

(20)a. Eu comprei o casaco_i sem experimentar (ele)_i.

b. O Presidente indicou o ministro_i sem consultar (ele)_i.

Os resultados diacrônicos obtidos por Cyrino (1997) evidenciam que, no século XVII, ocorria uma variação entre o uso de clíticos e de objetos nulos quando estes tinham como antecedente uma sentença ou um predicado. A tabela 4 mostra a evolução das posições nulas segundo o tipo de antecedente:

Tabela 4 - Ocorrência de posições nulas (vs. preenchidas) de acordo com o tipo de antecedente, através do tempo

Séc.						
XVI	NP	4/139	4/100	9/120	38/121	64/95
	[+esp.]	(2.9%)	(4%)	(7.5%)	(31.4%)	(67.4%)
XVII	NP [-esp.]	3/34	16/90	2/33	1/24	31/36
		(8.8%)	(17.8%)	(6.1%)	(4.2%)	(86.1%)
XVIII	sentencial	18/90	10/56	37/80	73/87	90/100
		(20%)	(17.9%)	(46.3%)	(83.9%)	(90%)

⁷ “a referencialidade é altamente relevante para a pronominalização. Para um idioma que tem a opção interna de variantes completas ou nulas, um dos fatores que influencia na escolha de uma forma ou de outra é o status referencial do antecedente.”

- Tradução minha

XIX	Predicado	5/9 (55.6%)	4/12 (33.3%)	4/10 (40%)	8/11 (72.7%)	7/7 (100%)
XX	gen./arb.	1 / 2 (50%)	3/12 (33.3%)	1 / 4 (25%)	1 / 3 (33.3%)	0/0

FONTE: Cyrino (1997, p. 172)

Segundo Cyrino (1997), o objeto nulo foi sempre possível no PB, mas sofre uma mudança em sua ocorrência. Essa mudança atinge, em primeiro lugar, a posição nula com antecedente "sentencial", seguindo-se a posição com antecedente predicativo, o NP [+específico], e, finalmente, o objeto nulo com antecedente NP [-específico].

Na tabela 5, o objeto nulo cujo antecedente é um NP [+específico] (cf. (CYRINO, 1997) aumenta em frequência a partir do século XIX. A ocorrência de elipse sentencial, porém, aumenta a partir do século XVIII, e a elipse predicativa segue um padrão semelhante à ocorrência da elipse sentencial, atingindo 100% no século XX:

Tabela 5 - Objetos nulos vs. preenchidos (pronomes clíticos e tônicos) com antecedentes NP [+específico] *versus* traço "animacidade"

	NP [+esp., +ani]				TOTAL		NP [+esp., -ani]				TOTAL	
	Nulo		Preenchido				Nulo		Preenchido			
Séc.	No	%	No	%	No.	%	No.	%	No	%	No.	%
XVI	1	1.3	77	98.7	78	100	3	4.9	58	95.1	61	100
XVII	2	6.5	29	93.5	31	100	2	2.9	67	97.1	69	100
XVIII	1	4.8	20	95.2	21	100	8	8.1	91	91.9	99	100
XIX	1	2.2	45	97.8	46	100	37	49.3	38	50.7	75	100
XX	0	0	21	100	21	100	64	86.5	10	13.5	74	100

FONTE: Cyrino (1997, p. 173)

Pode-se ver que a categoria nula com antecedente NP [+ específico] começa a surgir no século XIX, e, além disso, esse aumento se dá apenas com o objeto nulo cujo antecedente é [-animado]. Pode-se observar também que o traço [-animado] conduz o aumento do objeto nulo cujo antecedente é um NP [+específico]. Além disso, observamos que, embora existam poucas ocorrências de objeto nulo com antecedente NP [+animado, +específico/referencial], a proporção de nulos *versus* preenchidos se mantém na mesma proporção por um certo tempo, depois diminui.

Voltando a atenção ao uso dos clíticos no PB, Corrêa (1991), tomando por base textos orais e escritos produzidos por 40 estudantes brasileiros de 1ª a 8ª série do Ensino fundamental (sendo cinco de cada série), chega aos seguintes resultados: a) na fala, os clíticos acusativos ocorrem de maneira inexpressiva, estando ausentes até a 1ª série e ocorrendo em menos de 1% da 5ª a 8ª série, e b) na escrita, houve uma ascensão do uso do clítico, que aparece na escrita da 3ª e 4ª série (2,7%), crescendo para 8% no final do Ensino Fundamental. Dessa forma, a autora conclui que o processo de escolarização exerce um papel na recuperação e manutenção dos clíticos pronominais no PB.

Mota (2015) verifica que em PE o impacto do grau de escolarização é praticamente nulo, ao contrário do que se observa nas variedades não-europeias do português em virtude da história de contato linguístico do português com outras línguas, a exemplo do que ocorre na África em países como Angola e Moçambique onde o português convive com línguas bantas. Em seu estudo, Mota, Miguel e Mendes (2012) verificam que falantes com maior nível de escolaridade tendem a um uso linguístico mais próximo da norma europeia do português. Do contrário, se não há muita escolarização, os usos afastam-se mais dessa norma por influência de outras línguas sobre o português, por exemplo.

Segundo Mendonça (2004), estudos linguísticos mostram que a perda do clítico pronominal acusativo de terceira pessoa é um fato observável na língua oral, independente da escolaridade, da faixa etária e do sexo do informante, ocorrendo em seu lugar outras formas de representação de objeto direto, como por exemplo, o pronome lexical (cf. (21 a,b)):

(21) a. (Como é que você conheceu seu marido?)

Meu pai foi trabalhar na roça. Aí eu fui. E lá eu fiquei **conhecendo ele**. Fiquei conhecendo ele, e num prazo de quatro meses, casamos (SP85-31-765).

b. (Como foi que a senhora pegou a virose?)

Eu **peguei ela** – eu tava na igreja na primeira sexta-feira – e adoeci lá na igreja (P03 - L62-IF).

(MENDONÇA, 2004, p. 35-36)

Através da análise realizada, a partir de entrevistas feitas com 12 informantes de Mata Grande -AL (6 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, pertencentes à faixa etária de 15 a 25, 26 a 49 e 50 anos em diante, sendo dois analfabetos, dois com ensino fundamental, dois com o 2º grau completo, dois com o 2º grau incompleto, dois com 3º grau completo e dois com 3º grau incompleto), Mendonça (2004) chegou à conclusão de que a baixa ocorrência dos clíticos pronominais acusativos e a alta ocorrência das categorias vazias nos dados mostram que o clítico pronominal acusativo também se encontra em processo de mudança na fala matagrandense, havendo desaparecimento desse clítico e sua substituição por pronome lexical, SNs anafóricos ou pela categoria vazia. De todas as formas variantes do objeto anafórico, a menos utilizada foi o clítico pronominal acusativo (10%), seguido pelo pronome lexical (20%), pelos SNs anafóricos e o pronome demonstrativo *isso* (30%), sendo a grande campeã de uso a categoria vazia (40%):

Tabela 6 - Distribuição dos dados computados segundo a variante usada

VARIANTES	OCORRÊNCIAS	%
CLÍTICO ACUSATIVO	5	10
PRONOME LEXICAL	10	20
CATEGORIA VAZIA	20	40
SINTAGMAS NOMINAIS (OUTRAS)	15	30
Total	50	100

FONTE: Mendonça (2004, p. 41)

No estudo de Mendonça (2004), o traço semântico do antecedente do objeto mostrou-se uma variável relevante para a análise. Observe-se a tabela a seguir:

Tabela 7 - Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do antecedente do objeto

DADOS DE MATA GRANDE	CLÍTICO		PRONOME LEXICAL		CATEGORIA VAZIA		SINTAGMA NOMINAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
TRAÇO SEMÂNTICO								
[+ animado]	5	21	10	42	4	17	5	31
[- animado]	-		-		16	62	10	38
Total	5	100	10	100	20	100	15	100

FONTE: Mendonça (2004, p. 52)

Quando o referente do objeto é [+ animado], há um favorecimento para o preenchimento do objeto: clítico acusativo (21%), sintagma nominal (21%), pronome lexical (42%) e um menor uso da categoria vazia (17%). No entanto, quando o referente é [-animado], prefere-se a categoria vazia (62%) (cf. ([+ animado] (22a,b) e [- animado] (22c)).:

(22)a. ... ainda domingo eu tive lá com **ele** – anteontem fui pro Inhapi e ontem fui pro quartel – visitá ele (MGP05-L125-IM)

b. ... rapaz tão trabaiaidô – esse fio meu – foi pu sul – prantá um açúca que tinha lá – e de lá – **ele** se fincô no mundo – até hoje nunca mai eu vi **Ø** – tão trabaiaidô (MG-P5-L138-IF1)

c. [o mestrado] eu prefiro fazê em São Paulo porque dentro de quarenta dias eu faço – é bem mais caro – é bem mais caro – mas bem que a pessoa faz – e em quarenta e cinco dias a pessoa já vem com diploma na mão (P14-L452-IF1)

(MENDONÇA, 2004, p. 53)

No que se refere à variável extralinguística Sexo, observe-se a tabela:

Tabela 8 - Distribuição das variantes usadas segundo a variável sexo

DADOS DE MATA GRANDE	TOTAL DE CASOS		CLÍTICO		PRONOME LEXICAL		CATEGORIA VAZIA		SINTAGMA NOMINAL		
	SEXO	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
MASCULINO		11	100	2	18	3	27	3	27	3	27
FEMININO		39	100	3	8	7	18	17	44	12	31

FONTE: Mendonça (2004, p. 57)

Pode-se perceber que, dos cinco clíticos pronominais acusativos, três casos foram registrados na fala da informante do sexo feminino, confirmando a hipótese de que esse sexo parece utilizar mais a norma padrão, evidenciando um uso que tende ao conservadorismo dessa norma. Já os informantes masculinos utilizam as variantes do objeto direto anafórico de maneira equilibrada: a) clítico acusativo: dois casos (18%), b) pronome lexical: três casos (27%), c) categoria vazia: três casos (27%) e d) sintagma nominal: três casos (27%).

Sobre a colocação dos clíticos, por exemplo, Bacelar do Nascimento et al. (2013, p. 513) observa que os textos literários do PE contemporâneo ainda conservam as mesmas características de séculos anteriores, a saber: a. O patrão era mau, *batia-me*, não *me pagava* nada. (CRPC, J. Sena, Sinais); b. *Ouvi-lhe* os passos, mas não *me voltei*. (CRPC, J. Sena, Sinais); c. Eu não *me levantei* e *puxei-a* para mim. (CRPC, J. Sena, Grão Capitães); d. Não *me convidou*, *ordenou-me*, meu capitão (CRPC, L. Antunes, Fado) e o PB conserva uma tendência observada no PE em estágios anteriores ao século XVII quando a próclise era mais frequente que a ênclise, como pode-se observar no exemplo a seguir: “A música da comunhão era linda: “*te amarei*, Senhor, de todo coração; *te adorarei*, *te bendirei*, *te glorificarei*, Senhor...” (Fala culta – NURC-RJ). Ela andava muito desanimada. *Se queixava* demais do filho e da nora”.

Soquessa (2017), considerando que qualquer língua varia e está sujeita a mudanças, não sendo para sempre uniforme e estável ao longo do tempo, mas heterogênea, observa que a colocação pronominal é um dos aspectos sintáticos em que o PB mais se distingue do PE, predominando atualmente naquele a próclise e neste, a ênclise (cf. MORAES; RIBEIRO, 2005; GALVES; LOBO, 2009): “o problema vem de longe, pois ao longo da própria história do português, observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos, predominando, inicialmente, a ênclise até ao século XIV, começando então o domínio da próclise até ao

século XVI” (SOQUESSA, 2017, p. 39). No entanto, quando se fala na colocação dos clíticos das variedades africanas do português (VAP), surgem questionamentos, pois, cotidianamente, percebe-se uma fraca produção de trabalhos científicos que abordam esse assunto. Soquessa (2017, p.42) ressalta que “quem na verdade centra a sua atenção nos pronomes clíticos da VAP é Helena Miguel, na obra *Dinâmica da Pronominalização no Português Falado em Luanda* (2003)”. Esse é um dos primeiros trabalhos sistemáticos relativos às ocorrências dos clíticos, através do qual foi verificado que há maior predominância da próclise.

Objetivando analisar, em contextos formais, as ocorrências (seleção e colocação) dos clíticos pronominais (*me, te, se, nos, vos, vo, lhe, lhes, a, o, as, os*) através do uso feito pela imprensa escrita angolana e comparando-as com textos escritos jornalísticos do PE e o PB, Soquessa (2017, p. 111) conclui:

- a) os clíticos no Português de Angola (variedade formal) seguem as regras de colocação e seleção de clíticos consagradas no Português Europeu;
- b) nas três variedades em apreço, nota-se uma convergência: por um lado, as posições de ênclise e a próclise são as mais comuns; por outro, a mesóclise, embora caracterize o PE culto ou formal, não tem representatividade no nosso *corpus* e, muito menos, nos *corpora* do PB e do PA;
- c) os clíticos pronominais estão muito representados nos textos escritos do Português das três variedades em confronto na dissertação. Os mais comuns são os clíticos *se, nos* e *me*;
- d) O clítico *te* não é usado nos textos dos Jornais de Angola, pelo facto de os informantes o considerarem um pronome de tratamento informal ou devido aos assuntos tratados. No entanto, no periódico referente ao Português do Brasil este clítico é usado;
- e) no quadro pronominal do Português de Angola, do Português Europeu e do Português Brasileiro, há perda de clíticos. Por exemplo, os grupos de clíticos já não são muito comuns no português atual. Por outro lado, a forma clítica *vos* já deixou de ser usada nos textos formais do PB, perda essa que também está em curso nos quadros pronominais do Português Europeu e Angolano;
- f) o clítico *lhe* e *lhes*, nos textos jornalísticos do Português do Brasil, além de ser usado como dativo, também funciona como acusativo, divergindo do PE e do PA.

Em se tratando do Português Vernáculo de Angola (PVA), Inverno (2006) verifica que os pronomes clíticos de objeto direto *o, a, os, as* são muito raros, sendo substituídos pelos pronomes de sujeito (formas tônicas) do PE *eu, tu, eles, elas*, ou pela forma clítica de objeto indireto *lhe* (cf. (23,24)):

(23) PVA: Deixa **ele** falar!

PE: Deixa-**o** falar!

(24) PVA: É uma sigla porque lemos-**lhe** letra por letra...

PE: É uma sigla porque **a** lemos letra por letra.

Uma explicação para o uso das estratégias de preenchimento da posição acusativa, segundo Inverno (2005), passa pela interpretação das construções (cf. (25a)), que é aceitável em português para objetivos enfáticos. Considerando-se a tendência do PVA para a omissão das consoantes finais das palavras, (cf. (25b)) constituirá uma estratégia para evitar a ocorrência de duas vogais próximas (*lemo-a*), o que não é permitido pela estrutura fonológica das línguas bantas, línguas maternas dos angolanos. Por isso, o uso de uma forma pronominal iniciada por consoante (*lemos-lhe*).

Ademais, verifica-se em PVA preferência pela próclise:

(25) a. PVA: ... minha mãe e o meu pai **me** deu o nome de JX ...

PE: ... a minha mãe e o meu pai deram-**me** o nome de JX ...

b. PVA: Então, o alfaiate **se** pendurou ao tronco.

PE: Então, o alfaiate pendurou-**se** no tronco.

(INVERNO, 2005, p. 9)

Mapasse (2005) e Gonçalves (2013) verificam que o PM privilegia a colocação enclítica com formas verbais simples, mesmo na presença de atratores de próclise, como em

(26), e a posição intermédia em sequências verbais (cf. (27) e (28)) que poderão corresponder a casos de ênclise ao verbo auxiliar ou de próclise ao verbo encaixado (GONÇALVES, 2013, p. 172), embora seja necessário analisar se em (28) o clítico é atraído pela preposição *a*:

(26) ...daí que relaciono-*me* bem com eles. (MAPASSE, 2005, p. 70)

(27) Eu sei que podes *me* ajudar. (GONÇALVES, 2013, p. 172)

(28) Este desemprego começou a *se* fazer sentir. (MAPASSE, op. cit., p. 68)

O português são-tomense, por sua vez, caracteriza-se por uma variação em orações principais, em função do tipo de proclisador, havendo próclise em orações subordinadas finitas (GONÇALVES, 2009). Em relação ao padrão de colocação de pronomes de objeto, as línguas bantu e os crioulos apresentam estratégias distintas. Nas primeiras, os pronomes são prefixados em contextos verbais simples e prefixados ao verbo encaixado em contextos verbais complexos, como percebe-se a seguir em ((29) e (30)):

(29) Ndi-va-ipa. (umbundo, Nascimento 1894, 37)

1SG-3PL.OBJ-matar

‘Eu mato-os.’

(30) O-fwete kio-baka. (quicongo, Bentley 1887, 282)

2SG-dever 5.OBJ-apanhar

‘Deverias tê-lo apanhado.’

(HAGEMEIJER, 2016, p. 62)

Já nos crioulos portugueses em Cabo Verde, os pronomes clíticos ocorrem sempre à direita do verbo em contextos verbais simples e à direita do verbo encaixado em contextos verbais complexos, como mostram os exemplos a seguir ((31) e (32)):

- (31) Nu ka ta kunpra-l. (CCV)
 1PL NEG T/A comprar-3SG
 ‘Não estamos a comprá-lo.’
- (32) Djonki pode djuda-m. (CCV)
 João FOC poder ajudar-1SG
 ‘João é que pode ajudar-me.’

(HAGEMEIJER, 2016, p. 62)

Sobre o PGB, Couto e Embaló (2010) informam que essa variedade até os dias atuais não é praticamente falada como língua vernácula na Guiné-Bissau, pois, só é adquirida como L1, materna, por uma pequena parcela de guineenses que estudaram em Portugal ou no Brasil e adotaram o PGB como língua de comunicação familiar, ou por filhos de casais formados de guineenses com falantes de português, mas que pertencem a outras nações. Isso também se aplica aos filhos de portugueses que moram na Guiné-Bissau ou a filhos de outros estrangeiros, que, por diversas razões, falam português em família. Todavia, as crianças que ouvem o crioulo logo cedo com os familiares ou interagindo com outras crianças, conseguem aprendê-lo mais facilmente.

Além disso, segundo os autores Couto e Embaló (2010), em razão da língua portuguesa ser o idioma oficial, é também a língua do ensino. Toda a escolarização é transmitida nessa língua, com pequenas exceções à utilização do crioulo no início da alfabetização. Por isso, acontece a competência bilingue dos guineenses cultos, quando falam a respeito de um tema técnico ou científico com compatriotas em crioulo, usam não só itens vocábulos emprestados do português, como também frases inteiras dessa língua. Eis o exemplo de um texto guineense (cf. 1 (33)), com sua respectiva tradução (cf. 2 (34)):

- (33) SALTON KUSI MINJER
 KA BO CORA INDA

Un minjer sai pa da paña salton na roda di mar.

I ciga, i paña salton manga del, i fia na korda. I bin paña un salton e fia na korda.

Minjer di salton sai, i oja si ome, i ba cora janan lá na metade di tarafe. I na cora, i na cora, i fala si ome ku pañado, i na cora.

Salton fala si minjer:

- Ka bo cora. Ora ku bo sinti ña ceru na iasadu bo ta cora, ma temente N ka iasadu inda, ka bo cora.

Minjer ku pañal i ditanda gora korda e ba laba kurpu. Salton salta, i kapli na korda e mite dentru di koba. I fala si minjer:

- N tarda kontau. Temente bo ka na sinti ña ceru na fugu, sibi kumâ N ka muri.

(COUTO, 2018, p. 117)

(34) O SALTÃO E A MULHER
NÃO É A HORA DE CHORAR

Uma mulher sai para ir apanhar saltões à beira-mar.

Apanha muitos e à medida que os apanha enfia-os numa corda. A certa altura surge a mulher de um saltão que, ao ver o seu homem na corda, corre aos gritos para o meio do tarrafe.

O saltão fala para a mulher:

- Não chores. Quando me sentires o cheiro a assado podes chorar à vontade, mas enquanto não te cheirar a queimado tem calma.

A mulher que estava a pescar estende a corda no chão para ir tomar banho. O saltão aproveita para se escapar e enfia-se na sua cova.

E diz a mulher: - Eu não te disse? Enquanto não sentires o meu cheiro no fogo, podes estar certa de que não morri.

(COUTO, 2018 p. 117)

Referente ao PTL, Albuquerque (2011) ressalta que há uma grande escassez de estudos sobre essa variedade e, como consequência, pouco se sabe a respeito de sua morfossintaxe. Referente ao sistema pronominal, o emprego de pronomes pessoais apresenta um comportamento único de variação devido à influência do contato linguístico com línguas nativas timorenses que, por serem, em sua maioria, austronésia, possuem um modelo

pronominal bem distinto do português, com a primeira pessoa do plural inclusiva (*Ita*⁸) e exclusiva (*Ami*), como também a ausência de pronomes oblíquos átonos e tônicos na posição de objeto (cf. (35) e (36)):

(35) Antigamente, os países usavam aprender ciência ou história.

(36) A língua portuguesa é língua oficial em Timor-Leste agora os professores, as professoras, alunos, utilizam para comunicar.

(ALBUQUERQUE, 2012, p. 7)

Em relação à morfossintaxe do tétum, Albuquerque (2013) observa que a utilização dos pronomes pessoais na gramática do tétum não é norteadada pela gramática, e sim por uma escolha do falante para determinar o lugar de si e do outro e os demais constituintes do ato de comunicação. Também salienta as dificuldades enfrentadas para o estudo dos pronomes, devido a função do pronome, numa perspectiva tradicional, ser somente substituto de nome, além disso, Albuquerque (2013) salienta que é imprescindível a observação de todos os atores, sejam reais ou potenciais de um ato comunicativo. Diante disso, a tabela abaixo apresenta o modelo pronominal do tétum, concomitantemente aos atores do ato de comunicação ao qual os pronomes pessoais se referem:

Tabela 9 - Paradigma pronominal do Tetun – Singular

	SINGULAR	ATOR DA INTERAÇÃO COMUNICATIVA
1 ^a	Hau	Emissor (E)
2 ^a	O	Receptor (R)
3 ^a	Nia	Fonte (Ele ₁) próximo ao (E), destinatário (Ele ₂) próximo ao (R)

FONTE: Albuquerque (2013, p. 185)

⁸ Os pronomes pessoais *Ita* (primeira pessoa do plural inclusiva) e *Ami* (primeira pessoa do plural exclusiva), citados por Albuquerque (2013), da gramática do Tétum, serão demonstrados na tabela que se encontra na próxima página.

Tabela 10 - Paradigma pronominal do Tetun – Plural

	PLURAL	ATORES DA INTERAÇÃO COMUNICATIVA
1^a	Ita	Eu + tu
	Ami	Eu + Ele ₁ / Eu + Ele ₂
2^a	Imi	Tu + Ele ₁ / tu + Ele ₂
3^a	Sira	Ele ₁ + Ele ₂

FONTE - Albuquerque (2013, p. 185)

Nas tabelas supracitadas podem-se entender que, na gramática do tétum, os falantes tetunófonos preferiram as formas de expressão que representassem apenas os atores do ato comunicativo que estão presentes na tabela. De acordo com Albuquerque (2013), ainda há outras formas de expressão dos falantes, se observados os atores do ato de comunicação, segundo a análise combinatória que são representadas por outras formas, mas não por pronomes, pois a combinatória de possibilidades de atores do ato comunicativo que podem estar codificados é inúmera, todavia, nas línguas existentes, apenas algumas são marcadas por pronomes e nas restantes não há este recurso linguístico.

Concernente a este recurso da língua, o PTL apresenta aspectos morfossintáticos semelhantes ao tétum, língua materna dos leste-timorenses, como também, influências de algumas colonizações em Timor-Leste, como já foi citado nesta pesquisa, como consequência dessas dominações, o PTL adquiriu feições linguísticas de outros povos, principalmente da Indonésia, que proibiu a utilização da língua portuguesa por cidadãos timorenses. Diante disso, o PTL não usa as mesmas estratégias de preenchimento da posição acusativa e da colocação dos clíticos das outras variações do português, uma vez que, segundo Albuquerque (2011) não dispõe de clíticos pronominais, recorrendo então, a outras estratégias de preenchimento da posição acusativa, como o sintagma nominal ou deixando esta posição de complemento vazia.

Consoante ao que fora estudado até o momento nesta pesquisa, pode-se constatar que, a língua portuguesa é o idioma oficial de algumas nações do mundo, embora não seja a língua materna da maioria destes países. Isto aconteceu devido às colonizações empreendidas por Portugal, que levaram o português a nações do continente americano: Brasil, do continente africano: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, ainda,

ao continente asiático: Timor-Leste, cujo português é o objeto de estudo desta pesquisa. Portugal, linguisticamente, é um país monolíngue, o português é quase estritamente limitado aos limites geográficos do país e às características dialetais permanecem as mesmas há cinco séculos, portanto, o PE é a variedade que sofreu menos influência no decorrer dos séculos. Por outro lado, o PB sofreu influências de diversas línguas, principalmente, da língua nativa indígena e das línguas africanas, por esta razão, e também pela distância territorial, o PB se distanciou de muitas características do PE, essencialmente, no que tange à utilização dos pronomes objetos.

No continente africano, Angola contabiliza cerca de 70% da população que fala uma das línguas nativas como L1 ou L2, originadas da língua bantu, já o português é a língua oficial.

Além do português, Angola possui aproximadamente 11 grupos linguísticos principais, que são divididos em cerca de 90 dialetos, e por facilitar a interação entre estes grupos linguísticos, sofreu algumas modificações que deu origem aos crioulos, uma mistura do contato entre o PE e as línguas nativas. Devido a estas modificações, os pronomes clíticos de objeto direto *o, a, os, as* são muitos raros no PVA, sendo substituídos pelos pronomes de sujeito, formas tônicas do PE *eu, tu, eles, elas*, ou pela forma clítica de objeto indireto *lhe*, além de ter preferência pela próclise. Em Cabo Verde, o português também é a língua oficial, por isso, é utilizada em documentações oficiais e administrativas, nos meios midiáticos e na escolarização. Nas demais situações comunicativas cotidianas, usa-se o crioulo, uma mistura entre o português arcaico e as línguas africanas. No PCV, os pronomes clíticos ocorrem sempre à direita do verbo em contextos verbais simples e à direita do verbo encaixado em contextos verbais complexos. Em Guiné-Bissau predomina o crioulo, enquanto, o português enfrenta muitas dificuldades para a sua expansão com menos de 0.5 da população tem domínio da língua portuguesa. A exemplo de Cabo Verde, toda a escolarização é transmitida nessa língua, com pequenas exceções à utilização do crioulo no início da alfabetização. Por essa razão, os guineenses cultos são bilíngues, ao falar de um tema técnico ou científico.

Em Moçambique, o português também é oficial, é falado como L2 por uma parcela da população, pois, a maioria das pessoas que tem o português como língua materna mora no espaço urbano. Na maior parte do país, a população fala línguas de origem bantu, assim como em Angola. O PM privilegia a colocação enclítica com formas verbais simples, mesmo na presença de atratores de próclise e a posição intermédia em sequências verbais. Ainda em território africano, em São Tomé e Príncipe são faladas línguas locais, crioulas, o PST

apresenta características arcaicas, tanto na pronúncia, quanto na escrita. Esta variação é falada popularmente, enquanto os políticos e os membros da alta sociedade falam o PE. Em relação à colocação de pronomes de objeto, as línguas bantu e os crioulos apresentam estratégias diferentes. Nas primeiras, os pronomes são prefixados em contextos verbais simples e prefixados ao verbo encaixado em contextos verbais complexos.

Timor-Leste, em território asiático, permaneceu até 1975 sob o domínio de Portugal, no entanto, foi invadido e incorporado ao território da Indonésia, gerando dificuldades para os cidadãos timorenses se expressarem com a língua portuguesa, pois foi proibida pela Indonésia. No entanto, o português se tornou um símbolo de resistência das pessoas que almejavam a independência de seu país. Após a recente independência, apenas os timorenses idosos têm domínio do português, enquanto os mais jovens apresentam pouco conhecimento do idioma, pois a língua materna é o tétum. O sistema pronominal do PTL é bem peculiar, já que não há a presença de clíticos pronominais, de acordo com Albuquerque (2011) e a função destes pronomes é substituída por outras categorias gramaticais ou ausências delas. Convém salientar que, ao contrário do PB, são ainda poucos os estudos sobre a sintaxe dos clíticos pronominais nas variedades africanas do português e na variedade asiática.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 MÉTODO ADOTADO

Nesta pesquisa serão adotados: a) o *método indutivo*, pois partiu-se da observação dos dados escritos produzidos por alunos timorenses que se submeteram ao vestibular para ingresso na UNILAB para chegar-se a uma descrição pormenorizada desses dados, tomando por base os fatores que podem favorecer ou não o uso de determinada estratégia de preenchimento da posição acusativa, e b) o *método estatístico*, haja vista que esses dados foram submetidos a tratamento quantitativo a partir de sua rodada no programa computacional GOLDVARB X (SANKOFF et. al., 2005). Para a análise quantitativa, os dados foram codificados consoante às variáveis linguísticas e extralinguísticas selecionadas, seguindo o modelo da Sociolinguística Quantitativa (SANKOFF et al., 2005). Obtidos os resultados, realizou-se a análise linguística, tomando por base os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, [1972] 2008).

4.2 TIPO DE PESQUISA

Conforme enunciado na seção anterior, esta pesquisa é de natureza quantitativa. Além disso, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois serão verificados os contextos em que ocorrem as diferentes estratégias de pronominalização da posição acusativa nos dados selecionados, além de verificar que fatores internos e externos à língua favorecem o uso dessas estratégias, tendo em mente que a variação quanto a esse uso não ocorre, portanto, aleatoriamente, mas é estruturada.

Vale referir-se ainda que, foi realizada uma pesquisa de campo, pois, foi necessária a ida à UNILAB que se localiza na cidade de Redenção, no Ceará, para se ter acesso às redações dos alunos timorenses arquivadas no setor responsável. Para tanto, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco

(nº protocolo: 2.877.802), através do qual foi possível obter-se a anuência dessa instituição para consulta e utilização dos dados.

4.3 COLETA DOS DADOS

Após a aprovação do Comitê de Ética, realizou-se uma visita à UNILAB-CE, onde fora necessário a permanência durante dois dias para ser realizada a coleta dos dados. No total, foram selecionadas 80 redações, sendo os critérios de seleção: a) redações com maiores e menores notas obtidas, a fim de que fosse possível analisar-se se as redações com maiores notas evidenciariam que o PTL estivesse mais próximo à variedade europeia do português no que concerne, por exemplo, ao uso de clíticos pronominais e b) redações produzidas pelo sexo masculino e feminino, a fim de percebermos se as mulheres são mais conservadoras do que os homens quanto ao uso das estratégias de pronominalização da posição acusativa, em específico.

No geral, foram selecionadas 80 redações de estudantes timorenses, sendo 40 de sexo masculino e 40 de sexo feminino. Foram consideradas redações com maiores notas a partir de 4,1 até 8,0 e redações com menores notas de 0,0 a 4,0. Observe-se o quadro-resumo, a seguir, que sistematiza os critérios para a seleção das redações:

Quadro 1 - Critérios para a seleção das redações

CRITÉRIOS						
Estudantes Timorenses	Sexo Masculino	Maior Nota	Menor Nota	Sexo Feminino	Maior Nota	Menor Nota
80	40	20	20	40	20	20

FONTE: Autora deste trabalho

Vale ressaltar ainda que, como não haveria contato direto do pesquisador com os sujeitos que produziram as redações, esta pesquisa dispensou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uma vez que a autorização para uso de dados secundários já

constava na carta de anuência emitida e assinada por pessoa responsável na UNILAB-CE. Salienta-se que informações acerca dos sujeitos são confidenciais, havendo autorização apenas para divulgação dos resultados do estudo em eventos ou publicações científicas. Por isso, não há identificação dos escreventes, com exceção do momento em que os textos estavam sendo selecionados a partir das variáveis extralinguísticas, instituídas a partir dos critérios de inclusão do material na investigação proposta. Os dados colhidos durante a realização desta pesquisa ficaram armazenados em *pendrive* adquirido exclusivamente para essa finalidade, e os dados que compõem o *corpus* deste trabalho estão sendo mantidos no computador pessoal e em pastas de arquivo, sob a minha responsabilidade.

4.4 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 984 ocorrências que evidenciam diferentes estratégias de preenchimento da posição acusativa, que, ao contrário do PB, não foi verificado o uso do pronome lexical nessa posição. A seguir, serão apresentados alguns dados que o compõem com diferentes estratégias de pronominalização (sintagma nominal, objeto nulo e clítico acusativo) produzidos por falantes do sexo masculino e feminino, tomando por base as notas (maiores e menores) obtidas. Essas estratégias estão destacadas com negrito:

a) *Sexo feminino/ maior nota:*

- (1) “A Língua Portuguesa é a língua oficial de Timor-Leste e a Língua Portuguesa Principalmente só para falar as nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). E outros Continentes também aprendem a **Língua Portuguesa.**” (Inf.18)
- (2) “Aprender português é muito importante para um Timorense, e também importante para estudar **Ø** escrever **Ø**, **falar Ø** etc.” (Inf.19)

b) *Sexo feminino/ menor nota:*

(3) “O Governo Timor-Leste alcançar **o desição no processo de aprendizagem** que professor ou professora utilizaram **Língua Portuguêsa** no todos diciplina na aula ou matéria.” (Inf. 1)

(4) “...muitos professores não explicar **Ø** ou não falar em Lingua Portuguesa porque não **o** conhecem, e por motivo desse os professores só falam em Tétum ou duas Linguas juntas durante nas aulas...” (Inf.2)

(c) *Sexo masculino/ maior nota:*

(5) “Nação de Timor-Leste antes encontrar **sua independência** enfrenta **muitas dificuldades e obstáculos.**” (Inf.1)

(6) “Diga **as importância** aprender **Lingua Portuguesa?** as importância aprender Lingua Portuguesa? São: para Comunicar **Ø**, fazemos **a relação Com Multilateral** Dominar **a Lingua Portuguesa...**” (Inf.26)

(d) *Sexo masculino/ menor nota:*

(7) “A Lingua Portuguesa está recuperando a força no Timor-Leste. Porque Timor-Leste utiliza **Língua Portuguesa** língua oficial Timor-Leste utiliza **Língua Portugues** Porque entram CPLP.” (Inf.29)

(8) “... antigamente Portugal é colonia nossa terra muitos anos, os nossos visavo, muitos sabem bem falar **a Lingua Portugues** depois durante nosso resistencia os guerrilheiro usaram **a Portugues** para fazer **intrevista** com os jornalistas...” (Inf.34)

Após a elaboração do *corpus*, foram codificados os dados, consoante as variáveis linguísticas e extralinguísticas selecionadas. Quanto às primeiras, foram adotadas as mesmas variáveis analisadas por Cyrino (1997) para o PB, valendo referir-se que algumas variáveis e fatores analisados por ela não foram encontrados nos dados deste estudo e, por isso, não

foram levados em conta na pesquisa. Os grupos de fatores analisados por ela foram os seguintes (em negrito, destacam-se aqueles que não foram contemplados neste estudo. Abaixo de cada fator, são apresentados dados extraídos do trabalho dessa autora:

1. variável dependente:

posição de objeto vazia

(9) A Joana viu **Ø** na TV ontem.

(CYRINO, 1997, p. 36)

posição de objeto preenchida

(10) João usa **seu computador** todos os dias, e Pedro usa **a engenhoca** uma vez por semana.

(CYRINO, 1997, p. 39)

2. tipo de antecedente:

definido específico/referencial

(11) 'Tome 3 ovos. Quebre ___ em uma tigela.'

'Ponha a panela no fogo alto e acrescente água.

Veja/Ouça ___ ferver antes de acrescentar outros ingredientes'

'Sirva ___ com guarnição de salsinha. Aprecie/Goste ___ como um prato principal'

(CYRINO, 1997, p. 46,47)

definido não-específico/não-referencial

(12) João sabe *que seu filho é honesto*, mas Pedro nunca vai sabê-**lo**.

(CYRINO, 1997, p.153)

indefinido específico ("um certo")

(13) 'Eu vou dar *um biscoito* a cada um de vocês. Se alguém não quiser comê-**lo** agora, pode guardá-**lo** para mais tarde'

(CYRINO, 1997, p. 97)

indefinido não-específico

(14) '*Nenhuma garota* quer que John **a** odeie'

(CYRINO, 1997, p. 85)

Nome próprio

(15) Vou lá em cima buscar "*A Vida Doméstica*" para dona Maricota, que ela me pediu ____ . (Marque Rebelo, Rua Alegre, 12, p. 19)

(CYRINO, 1997, p. 149)

"sentencial" (complemento de verbos do tipo "querer", "tentar", e "saber")

(16) João quer ser presidente, e Pedro também o **quer**.

João tentou vencer a corrida, e Pedro também o **tentou**.

João sabia que ficaria famoso, e Pedro também o **sabia**.

(CYRINO, 1997, p.129,131, 132)

predicado ("é bonito", etc.)

(17) "O rapaz que trouxe ____ agora mesmo da pastelaria **era teu afilhado**"

(CYRINO, 1997, p. 1)

demonstrativo neutro (isto, isso, aquilo)(18) 'O que é **aquilo** ali? Acho que () são Lady's Fingers'

(CYRINO, 1997, p. 103)

genérico/arbitrário ("a gente, as pessoas")(19) ... porque **muita gente** já chegou à conclusão, por exemplo, comprar um bibelot pode não estar dentro do gosto da pessoa a quem vão oferecer ____

(CYRINO, 1997, p. 142)

3. Se objeto nulo:**elipse de VP (presença de advérbios de denotação predicativa, mesmo vocabulário terminal, identidade verbal)**(20) O João não come chocolate depois de lavar os dentes, mas tem [um amigo] que come [_____]

(CYRINO, 1997, p. 136)

objeto nulo em imperativos ("exopro")

(21) 3. Século XVIII

Antonio José, p. 248

Semicúpio: Deite a língua fora.

D. Tibúrcio: Ei-la aqui.

Semicúpio: Deite ____ mais, mais.

(CYRINO, 1997, p. 165)

4. Se posição de objeto preenchida:

clítico "a"

(22) Marques Rebelo, p. 101

(Recebi) esta carta. Li-*a* e reli-*a*.

(CYRINO, 1997, p. 167)

clítico "o"

(23) Antonio José, p. 137

D. Lancerote: Que é isto, sobrinho?

D. Tibúrcio: Eu *o* não sei, em minha consciência.

(CYRINO, 1997, p. 169)

clítico neutro

(24) João é gordo, mas Pedro nunca o será.

(CYRINO, 1997, p. 153)

clítico "as"

(25) Gil Vicente, p. 250

onde se deram pancadas

ele *as* há-de levar.

(CYRINO, 1997, p. 167)

clítico "os"

(26) Miguel Falabella, p. 53

- Você fala isso porque não tem filhos

(...)

- Por essas e outras é que eu nunca *os* quis ter

(CYRINO, 1997, p. 168)

demonstrativo isto/isso/aquilo

(27) Perguntaram **isto**: que demandava.

(CYRINO, 1997, p.154)

epíteto

(28) a. Quando eu vi João, o bobo estava chorando.

b. A mulher que conhece João, se apaixonou pelo bobo.

(CYRINO, 1997, p.38)

repetição de NP⁹

(29) João viu *a mãe dele*, e Pedro viu **a mãe dele**

(CYRINO, 1997, p.72)

5. Modo Verbal:

indicativo

(30) O homem **colocou** o armário?

(CYRINO, 1997, p. 43)

subjuntivo

(31) João disse que ele é inteligente, antes que o professor **dissesse** que ele é inteligente.

(CYRINO, 1997, p. 118)

imperativo

(32) Martins Pena, p. 29

pai: **Diga** lá ao Sr. Juiz de Paz que lá irei.

⁹ A sigla NP vem do inglês *Noun Phrase* que, em português, significa Sintagma Nominal.

oficial: Em boa *o* diga.

(CYRINO, 1997, p. 111)

infinitivo/gerúndio

(33) 'John **quer se casar** com uma garota de olhos verdes, e levá-la para a Irlanda'

(CYRINO, 1997, p. 102)

6. Tipo de oração em que ocorre:

matriz/simples/primeira, em coordenação

(34) Maria ama João.

(CYRINO, 1997, p. 71)

segunda, em coordenação

(35) 'John coçou seu braço e Mary também coçou'

(CYRINO, 1997, p. 63)

complemento (reduzida ou não)

(36) João disse que ele é inteligente, antes que o professor dissesse que ele é inteligente

(CYRINO, 1997, p. 118)

relativa (incluindo relativa sem cabeça)

(37) 'O homem que deu seu cheque de pagamento a sua esposa foi mais esperto do que o homem que o deu a sua amante'

(CYRINO, 1997, p. 60)

adjunto (reduzida ou não)

(38) A Júlia sempre chora *quando ponho ela/ quando a ponho no berço.*

(CYRINO, 1997, p. 147)

ordem (em imperativo)

(39) Moç. Azevias trazerei?

Lem. Dá ó demo as azevias:

não compres já m'enfastias. (Gil Vicente, séc. XVI, Auto da Índia, p. 103)

(CYRINO, 1997, p.143)

7. Quando elipse sentencial ou "o" neutro², tipo de verbo:

tipo "saber"

(40) 'E qual delas é a que casa?' 'Ainda se não **sabe** ___' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona,

(CYRINO, 1997, p. 137)

tipo "querer"

(41) 'Assim deve ser por força, ainda que não **queira** ___' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 247)

(CYRINO, 1997, p. 137)

tipo "tentar"

(42) 'Eu te contei, Nilson, que estão procurando uma moça pra trabalhar na bomboniere do Pathé?'

' Eu acho que a Margareth podia **tentar** ___' (Falabella, No Coração do Brasil, p.9)

(CYRINO, 1997, p. 137)

tipo “ser/estar”

(43) João *está* bonito hoje, mas Pedro sempre o **foi**.

outro auxiliar

(44) 'John *quer ser tornar* presidente, e Peter também o **quer**'

(CYRINO, 1997, p.81)

8. animacidade

antecedente [+ animado]

(45) Gregório de Matos, p. 272

Devia ser vergonha,
Que o vosso rosto então sentia,
De ver-se ante quem *o* adora

(CYRINO, 1997, p. 166)

antecedente [- animado]

(46) 'Que é isto, sobrinho?'

'Eu o não sei, em minha consciência' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 236)

(CYRINO, 1997, p. 159-160)

antecedente "sentencial" ou demonstrativo neutro

(47) Arthur Azevedo, p. 133

A estátua: Desde 1863 não sei o que se passa nos nossos teatros.

Tribofe: Parece-me que o melhor é continuar a não saber ____ (cf. sabê-lo)

(CYRINO, 1997, p. 169)

Vale referir que Cyrino (1997) não encontrou em seu *corpus* os seguintes contextos: pronome lexical "ela", pronome lexical "ele", pronome lexical "elas", pronome lexical "eles", demonstrativo este/esse/aquele, demonstrativo esta/essa/aquela, repetição de Nome Próprio e tipo de verbo "fazer".

4.5 VARIÁVEIS SELECIONADAS

A identificação de fenômenos linguísticos variáveis de contemplar duas ou mais formas linguísticas que se alternam (variantes linguísticas) em um mesmo contexto linguístico, possuindo o mesmo valor de verdade. Isso significa que a escolha entre as formas não acontece aleatoriamente, livremente, por serem condicionadas por fatores linguísticos extralinguísticos. Para tanto, são descritas, na próxima subseção, a variável dependente, as cinco variáveis linguísticas e as duas variáveis extralinguísticas, cujos fatores estão antecedidos por códigos necessários à codificação de cada dado linguístico selecionado.

4.5.1 Variável Dependente

A seguir, é apresentada a variável dependente com seus fatores:

V → Posição de objeto vazia

(48)¹⁰ “Pelo dado do Governo Timor-Leste, em 2010, cerca de 90% dos cidadão do país utilizavam o Tétum, 35% dominavam Ø e 25% comunicavam/falavam, liam e escreviam em Português. E assim o Português é a Língua que registram mais crescimento no último ano.” (Inf.12. M)

P → Posição de objeto preenchida

¹⁰ Após os dados extraídos do *corpus* desta pesquisa, a letra M entre parênteses corresponde ao gênero masculino e a letra F, ao gênero feminino.

(49) “O Governo de Timor-Leste utilizavam **a Tétum** diariamente 35% dominavam o Indonésia e 23% falavam o Português é o idioma que registra maior crescimento nos últimos anos.” (Inf.22. F)

(50) “...muitos professores não explicar ou não falar em Língua Portuguesa porque não **a** conhecem, e por motivo desse os professores só falam em Tétum ou duas Línguas juntas durante nas aulas...” (Inf.2. F)

4.5.2 Variáveis Independentes (Linguísticas)

1. Se posição de objeto preenchida:

K → Clítico "a"

(51) “...muitos professores não explicar ou não falar em Língua Portuguesa porque não **a** conhecem, e por motivo desse os professores só falam em Tétum ou duas Línguas juntas durante nas aulas...” (Inf.2. F)

V → NP

(52) “**A língua Portuguesa** é mais importante para o Timorense e nós estudamos **a Língua Portuguesa** para implementar o que que nós aprendem na escola Universitária.” (Inf.22. F)

2. Modo verbal:

Alguns estudiosos registram que a forma verbal é um condicionamento muito relevante para a aquisição do clítico pronominal acusativo. Mendonça, em seu estudo, cruza as variantes: o clítico pronominal acusativo, pronome lexical, categoria vazia e sintagma nominal, objetivando verificar de que maneira o verbo da oração é relevante para as

ocorrências do clítico pronominal acusativo na fala matagrاندense e, chega à conclusão que o clítico pronominal acusativo obteve baixo rendimento. No entanto, segundo a autora são os contextos verbais que ainda favorecem o aparecimento do clítico pronominal, fazendo com que estes pronomes ainda permaneçam na língua. Segundo Cyrino (1997), o objeto nulo com antecedente definido possui uma interpretação específica, sendo assim, a sua recuperação acontece por meio de um discurso ou do contexto pragmático, pois não há na estrutura verbal das línguas alguma coisa que represente o objeto nulo.

a→ Indicativo

(53) “A data que Timor-Leste **encontrou** sua independência em 28 de Novembro de 1975 e restaura sua independência no dia 20 de Maio de 2002.” (Inf.1. M)

b→Subjuntivo

(54) “... Quando eu **tiver** oportunidade para estudar Língua Portuguesa no universidade Brasileira eu aproveita tempo para estudar Língua Portuguesa para aumenta fala Língua Português...” (Inf.1. M)

c→Infinitivo/gerúndio

(55) “Depois de eu regressava, acho que precisa contribuir as ideias na Universidade para **aumentar** as qualidades da educação no ensino Superior através da língua e outras experiências na Universidade Brasileira.” (Inf.1. M)

(56) “Os países Timorenses **usando** a Língua Português para ensinar e aprender na educação em timor-Leste porque, o países Timor-Leste faz parte de comunidade países Língua portuguesa (CPLP), e tenquê ser aprendemos a Língua Portuguesa...” (Inf.6. M)

3. Tipo de oração em que ocorre:

A variável tipo de oração visa estudar quais estruturas sintáticas favorecem as ocorrências das estratégias de preenchimento da posição acusativa. Cyrino (1997) observa que, em orações subordinadas, reconhecer o sintagma verbal nulo como auxiliar não está sujeito à condição de identificação. Em PB, o sintagma verbal nulo deve ser reconhecido por um verbo ou sequência de verbos que tenha um verbo principal, ou um auxiliar, que seja idêntico aos verbos legitimadores da sequência. Mendonça (2004) ao trabalhar com as estruturas sintáticas da frase, percebeu que as estruturas tradicionais (SVO), quando o objeto é um sintagma nominal existe equilíbrio entre as variantes, clítico acusativo (13%), pronome lexical (17%) e sintagma nominal (20%) e a maioria com categoria vazia (50%).

d→Matriz/simples/primeira, em coordenação

(57) “**Todos os timorenses falarão português.**” (Inf.2. M)

e→Segunda, em coordenação

(58) “O Timor-Leste foi aprender a Língua Portuguesa, **porque o Timor-Leste usaram duas línguas oficiais, Tetum e o português**”. (Inf.12. M)

f→Complemento (reduzida ou não)

(59) “Acho **que o estudante de Timor-Leste podemos aprender no Brasil com a língua portuguesa**. Sem significa que a educação de Timor-Leste não esta boa, mas só a Língua para ensinar os alunos é mínimo número de professores.” (Inf.7. F)

g→Relativa (incluindo relativa sem cabeça)

(60) “...Timor-Leste é uma nação Democrático **que tem o poder** para desenvolver o desenvolvimento da Língua Portuguesa, por isso Português é a Língua oficial de Timor-Leste.” (Inf.9. M)

h→Adjunto (reduzida ou não)

(61) “Nação de Timor-Leste **antes encontrar sua independência** enfrenta muitas dificuldades e obstáculos.” (Inf.1. M)

i→Substantiva

(62)“É verdade **quando aprendei português** é importante para um timorense”.
(Inf.27. M)

4. Animacidade:

O trabalho variacionista de Duarte (1986, p. 26) revela que há uma alta incidência de preenchimento do objeto acusativo quando seu antecedente apresenta o traço [+animado] e a forte tendência ao uso da categoria vazia quando o objeto se refere a um antecedente [-animado]. Cyrino (1997, p. 174) afirma que “há um aumento de objetos nulos com antecedentes cujo traço é [+específico/referencial, -animado], a partir do século XIX e um aumento de objetos nulos com antecedentes [-específico] somente no século XX”.

j→antecedente [+ animado]

(63) “... e eu penso **que os timorenses usam a Língua Portuguesa** mas eu veja que os timorenses usam so na escola que precisa aprendizagem com a matéria e tambem na instituição publica mas muitos minino \emptyset usam nas atividades todos os dias...” (Inf.24. M)

k→ antecedente [- animado]

(64) “... muitos professores não explicam ou não falam em **Lingua Portuguesa** porque não a conhecem, e por motivo desse os professores só falam em Tétum ou duas Línguas juntas durante nas aulas, então assim complicam os alunos a estudar e falar a Língua portuguesa em outras matérias durante as aulas”. (Inf.2. F)

4.5.3 Variáveis Extralinguísticas

1. Sexo:

Em pesquisas sociolinguísticas, é relevante pensarmos sobre os limites e as formas em que determinados fenômenos estão relacionados ao fator “sexo” dos informantes. Pesquisadores afirmam que formas de prestígio, por exemplo, são mais comuns em falas de mulheres, o que sugere um maior grau de consciência acerca do *estatuto* social de determinadas formas linguísticas. LABOV ([1972] 2008, p. 281), nos diz que “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens e são mais sensíveis do que o sexo masculino ao padrão de prestígio”. Em adição, o autor afirma que “fica claro que as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos” (p. 282). Daí a relevância de incluirmos a variável *sexo* em nossa análise.

Ainda, segundo Mollica (2004, p. 34),

diversos outros estudos de orientação sócio-variacionista puderam corroborar a constatação de Fisher: gênero/sexo pode ser um grupo de fatores significativo para processos variáveis de diferentes níveis (fonológico, morfossintático, semântico) e apresenta um padrão bastante regular em que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente.

Além disso, Chambers e Trudgill (1980, p. 97-98), observam que:

nas situações de variação estável, as mulheres tendem a ser mais sensíveis ao uso das formas de prestígio, o que pode ser aferido numa escala de níveis de formalidade da fala. Por outro lado, nas mudanças em que se abandona o uso de uma forma padrão, o processo tende a ser liderado pelos homens, enquanto que as mulheres lideram as mudanças em direção às formas de prestígio.

1 → Masculino

- (65) “Precisamos para nós os cidadãos Timorenses para aprender e estudar **a língua portuguesa** do dia a dia para aumentar a nossa capacidade para nós falamos a língua portuguesa seguindo as regras das gramaticais”. (Inf.13. M)

2→Feminino

- (66) “Espero que pode contribuir a Língua Portuguesa para a minha aprendizagem através de tenho a capacidade para estudar bem, concentração maximo no ensino aprendizagem, e tenho **uma principio** para esforçar bem de estudo e principal tenho a consciência da vida estudo”. (Inf.24. F)

2. Nota atribuída ao texto

A utilização do critério “maior nota” ou “menor nota” em um processo seletivo caracteriza uma variável incomum nos estudos sociolinguísticos, os quais, frequentemente, consideram o nível de escolaridade como uma variável social. Sabendo que todos os estudantes que se submeteram ao vestibular já possuem o Ensino Médio e todos estariam, portanto, com o mesmo nível de escolaridade, ao ser selecionada essa variável, levantou-se como hipótese de que os alunos com menor nota fizeram um uso do PTL mais distante da norma europeia do português, do que os que obtiveram maior nota, o que implica supor que haja menos objeto nulo, como ocorre no PE (cf. DUARTE (1986); MATTOS (1973); GONÇALVES (1978) e mais ocorrência de clítico pronominal acusativo.

3→ Maior nota

- (67) “O Governo não decidiu **outra Língua** por causa Timor-Leste não tem identidade se no caso Timor-Leste decidiu o indonesia e inglês quer dizer Timor Leste não é independente, más dependente de outra nação que visinhos”. (Inf.38. M)

4→Menor nota

- (68) “É muito difícil quando as crianças chegam a escola por isso as parentes da crianças não têm ajudar para vocês vai a escola. Muitos professores também não-se falam português porque nas salas de aulas utilizam a **Lingua Tétum**”.
(Inf.3. F)

4.6 CODIFICAÇÃO E TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS

Posteriormente à atribuição dos códigos a cada fator das variáveis linguísticas e extralinguísticas apresentadas na seção anterior, os dados foram codificados e rodados no programa GOLDVARB X que possibilitou a obtenção dos resultados estatísticos e dos pesos relativos que apontam para o nível de significância de um dado fator. Sobre esse nível de significância, convém ressaltar que, se o peso relativo do fator for igual a 5.0, tem-se o ponto de neutralidade, isto significa que o fator não é significativo e não condicionante de uma determinada variante. Acima desse valor, o fator é considerado significativo para o uso de uma dada variante. O peso relativo de um fator é um valor calculado pelo programa com base em um conjunto de dados, que indica o efeito desse fator sobre o uso da variante investigada neste conjunto. O valor dos pesos recai sempre no intervalo de 0 – 1, onde o valor próximo a 0 indica que tal variante não tem grandes chances de acontecer quando este fator está presente e um valor que caminha em direção a 1, indica que tal variante está acontecendo quando se tem determinado fator. O programa não oferece o peso relativo de variáveis não significativas. (GUY; ZILLES, 2007; PEREIRA, 2017).

O programa GOLDVARB X só gera o peso de uma das duas variáveis controladas. No caso das variáveis posição de objeto vazia e posição de objeto preenchida, o peso relativo dado foi para a variável posição de objeto preenchida. Quando o programa, ao gerar o peso relativo, não considera a variável significativa, desconsidera dos seus cálculos, pois não oferece o peso relativo de variáveis não significativas. O peso relativo não mantém nenhuma relação com o percentual das variáveis controladas, uma vez que analisa a relevância das variáveis e o percentual apenas oferece a noção quantitativa.

Vale referir-se que, obtidos os resultados quantitativos, foi realizada a análise linguística propriamente dita, visando entender-se que fatores linguísticos e/ou extralinguísticos favorecem o uso de determinada estratégia de pronominalização da posição acusativa. Para tanto, essa análise encontra-se fundamentada nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (Labov [1972], 2008).

5 A ANÁLISE DOS DADOS ESCRITOS DO PORTUGUÊS TIMORENSE

No presente capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa quantitativa que em geral mostram que no PTL a posição de objeto preenchida prevalece, pois, do total geral de 984 dados (100%), 88/873 (88,70%) representam essa posição, enquanto 11/111 (11,30%), a posição de objeto vazia.

Em seu estudo, Cyrino (1997) observa que o objeto nulo ocorre no PE e no PB, porém, no PB parece ser mais livre, e acrescenta que, o objeto nulo sempre foi possível na língua, no entanto, no decorrer do tempo sofre uma mudança em suas realizações, que chega primeiro a posição nula com antecedente "sentencial", depois a posição com antecedente predicativo, o NP [+específico], e, por fim, o objeto nulo com antecedente NP [-específico]. As tabelas (11) e (12) comprovam estas evidências:

Tabela 11 - Distribuição de posições nulas vs. preenchidas

SÉCULO	NULAS		PREENCHIDAS		TOTAL	
	No.	%	No.	%	No.	%
XVI	31	10.7	259	89.3	290	100
XVII	37	12.6	256	87.4	293	100
XVIII	53	18.5	234	81.5	287	100
XIX	122	45.0	149	55.0	271	100
XX	193	79.1	51	20.9	244	100

FONTE: Cyrino (1997, p. 172)

Tabela 12 - Ocorrência de posições nulas segundo o tipo de antecedente

esp.]	4/139 (2.9%)	4/100 (4%)	9/120 (7.5%)	38/121 (31.4%)	64/95 (67.4%)
NP [-esp.]	3/34 (8.8%)	16/90 (17.8%)	2/33 (6.1%)	1/24 (4.2%)	31/36 (86.1%)
sentencial	18/90 (20%)	10/56 (17.9%)	37/80 (46.3%)	73/87 (83.9%)	90/100 (90%)

predicado	5/9 (55.6%)	4/12 (33.3%)	4/10 (40%)	8/11 (72.7%)	7/7 (100%)
gen./arb.	1 / 2 (50%)	3/12 (33.3%)	1 / 4 (25%)	1 / 3 (33.3%)	0/0

FONTE: Cyrino (1997, p. 172)

Veja-se o gráfico a seguir representando o quantitativo geral dos dados que compõem o *corpus*:

Gráfico 1 - Porcentagem de ocorrência de dados com as duas variantes no *corpus* analisado



FONTE: Autora deste trabalho

Com base no gráfico 1, percebemos que prevalece a posição de objeto preenchida. Esse resultado decorre, possivelmente, da influência do tétum, já que os escreventes são de Timor-Leste, cuja língua, o tétum, não se verifica o clítico pronominal, segundo Albuquerque (2012). De acordo com Albuquerque (2012) o emprego dos pronomes pessoais nos dados coletados do PTL apresenta um comportamento único de variação, principalmente, devido à influência do contato linguístico com as línguas nativas leste-timorenses que, por serem em sua maioria austronésia, possuem um paradigma pronominal bem distinto da língua

portuguesa, com a presença de 1ª pessoa do plural inclusiva e exclusiva, assim como a ausência de pronomes oblíquos átonos e tônicos, e, em algumas línguas, do pronome possessivo, sendo empregado sempre o mesmo pronome com a função de pronome sujeito e objeto. Desta maneira, o fenômeno da variação no uso dos pronomes pessoais em (1) pode ser observado o uso de ‘nós’ com diferentes funções¹¹ e também a ausência do pronome oblíquo, assim como em (2) e (3):

- (1) A língua portuguesa é uma língua que (é) muito importante, por isso **nós** temos de **(nos)** esforçar com maneiras e ideias para **nós** sabemos **nós** futuros.
- (2) Antigamente, os países usavam **(na)** (para) aprender ciência ou história.
- (3) A língua portuguesa é língua oficial em Timor-Leste agora os professores, as professoras, alunos, utilizam **(na)** para **(se)** comunicar.

(ALBUQUERQUE, 2012, p. 6-7)

A seguir, tem-se dados com a posição de objeto preenchida e com a posição de objeto nulo extraídos do *corpus*, respectivamente:

- (4) “Todos os timorenses falarão **português**”. (Inf..2. M)
- (5) “O maioria dos alunos quando estavam em aula de Língua Portuguesa e também em outras matérias que ensinam com Língua Portuguesa, eles não compreendem **Ø** e ao mesmo tempo não falam **Ø** é as vezes por falta de ensinar **Ø** e motivação pelos professores...” (Inf..2. M)

Relacionando-se o PE ao PB, pode-se observar que, no PE, no decorrer dos séculos, o idioma sofreu poucas alterações, permanecendo com as mesmas características, por isso, o

¹¹ Os pronomes que estão entre parênteses não foram produzidos no texto original do PTL, mas sim empregados por (ALBUQUERQUE, 2012, p. 6-7).

uso dos pronomes clíticos é tão frequente nesta variedade do português, enquanto a categoria vazia é menos utilizada, já no PB ocorre o inverso, o clítico pronominal é pouco produtivo, enquanto há o crescimento do objeto nulo, por exemplo, em sua pesquisa, Mendonça (2004) demonstra que, de 100% de ocorrências de preenchimento do objeto, apenas 10% foram preenchidas com clíticos acusativos, enquanto que pela categoria vazia, 40% do total. (CYRINO, 1997; NUNES, 1993; MORAIS, 19995; MENDONÇA, 2004; GALVES; LOBO, 2009, dentre outros). A seguir, são apresentados exemplos de Mendonça (2004) com o pronome clítico *o* e a categoria vazia \emptyset , respectivamente:

(6) ... Vem muita gente do sítio – e terminam – enfrentam muitas filas – a fila enorme – e: quando acaba o expediente – o médico não quer atendê-**lo[s]** (MG. P22. L711. IM1).

(7) ... porque a televisão tem se mantido de tudo conte não presta elas verem \emptyset -pronto – porque toda sem-vergonhice tá passando pela televisão (MG. P10. L332.IM1)

(MENDONÇA, 2004, p. 42)

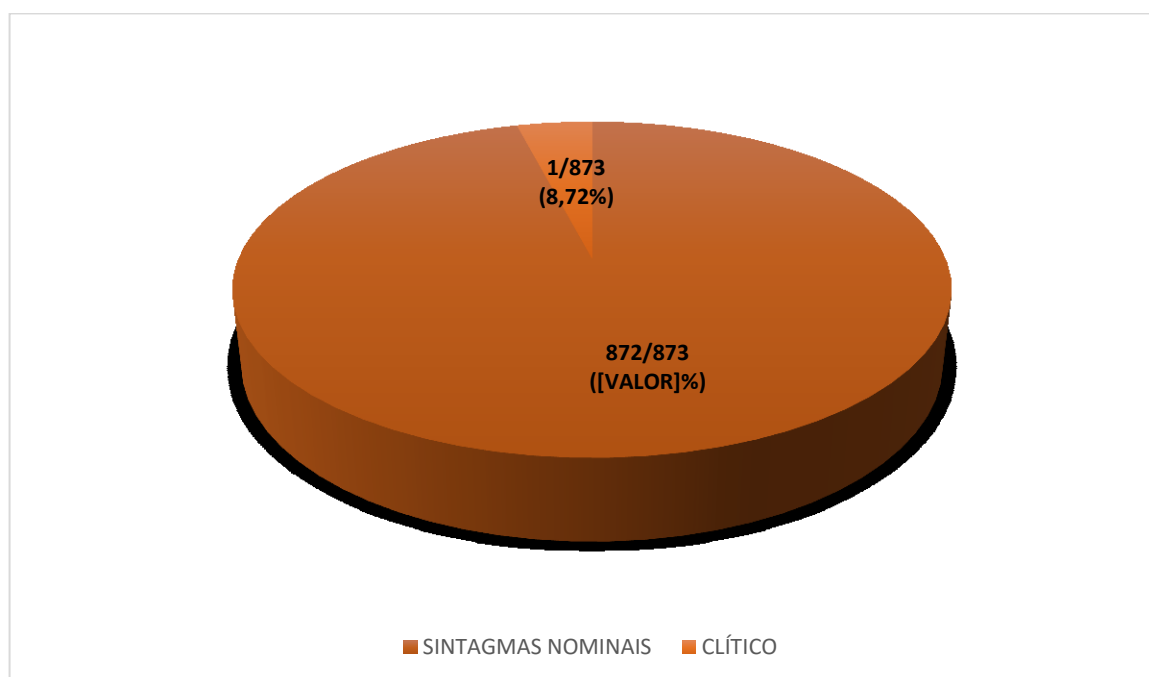
O resultado da seguinte pesquisa, referente à posição de objeto vazia e preenchida, mostra que, embora os alunos leste-timorenses tenham sido expostos à norma europeia do português ao longo de sua escolarização, eles não aprenderam a utilização dos clíticos pronominais em virtude de a língua portuguesa ser uma língua estrangeira. Isto ocorreu com o PTL devido às línguas nativas existentes em Timor-Leste e às invasões de outros povos em território asiático, também porque a Indonésia, um dos países colonizadores proibiu o uso do português, então o PTL foi, durante muitos anos, se afastando da norma do PB e sofrendo influência linguística até atingir o patamar de língua estrangeira (cf. RIRIASSA, 2016; BATORÉO, 2009).

5.1 VARIÁVEL: POSIÇÃO DO OBJETO PREENCHIDA

A questão que se coloca agora é: de tantas ocorrências da segunda variante relacionada à posição de objeto preenchida, qual será a estratégia mais usada para preencher essa posição? Conforme pode-se verificar na pesquisa, o fator “NP” é bastante produtivo.

Nesta pesquisa houve uma drástica redução de possibilidades dos fatores quando comparados aos variados fatores que compõem a variável: posição de objeto preenchida analisados por Cyrino (1997). Isso ocorreu porque no *corpus* foram encontrados apenas estes dois fatores: NPs e clítico “a”.

Gráfico 2 - Porcentagem de ocorrência de dados com a variante posição de objeto preenchida



FONTE: Autora deste trabalho

Não foi possível a obtenção do peso relativo, porque, como só houve um caso de clítico, o GOLDVARB X detectou *Knockout*. Por isso, apenas os resultados estatísticos foram apresentados. Dos 873 dados com posição preenchida, 872 tem a posição preenchida por NPs, 872/873 (76,1%), e apenas 1 pelo clítico pronominal “a” (1/873) (8,72 %).

As ocorrências de sintagmas nominais prevalecem majoritariamente em relação aos clíticos, o que evidencia um distanciamento em relação ao PE em que há um sistema de clítico pronominal bastante produtivo e poucos objetos nulos.

O número excessivo de sintagmas nominais nos textos dissertativos em análise deve-se, possivelmente, a influências da língua materna dos timorenses, o tétum, sobre o PTL. Vejam-se alguns exemplos extraídos daquela língua com a presença de sintagmas nominais:

- (8) Hau hakarak ai-fuan nee, laos (ai-fuan) nebaa.
 1sg querer fruta esta não aquelas.
 “Eu quero **estas frutas**, não aquelas”.

(ALBUQUERQUE, 2011, p. 102)

- (9) Hau=nia aman foo ruin ida ba asu.
 1sg.=POS pai dar osso IND para cão.
 “Meu pai deu **um osso** ao cachorro”.

(Ibid., p. 142)

- (10) Lia-nain deit hatene konta ai-kananoik.
 Língua-dono apenas saber contar história.
 “Somente os senhores da língua sabem contar **histórias**”.

(Ibid., p. 129)

Vale referir que o único caso encontrado no *corpus* desta pesquisa em que a posição acusativa é ocupada pelo clítico acusativo “a” é o seguinte:

- (11) a. “...muitos professores não explicar ou não falar em Língua Portuguesa porque não **a** conhecem, e por motivo desse os professores só falam em Tétum ou duas Línguas juntas durante nas aulas...” (Inf.2. F)

Em (11) o pronome clítico é atraído por um advérbio de negação à posição proclítica, indo na direção do que está previsto pela regra de colocação pronominal presente no PE.

Conforme já enunciado, a quase inexistência de clíticos pronominais nos textos em análise, é resultado do tipo de aquisição do português em Timor-Leste. Para Santos (2018), o português é adquirido como uma língua estrangeira por via escolar, gerando muitas dificuldades na assimilação desse idioma. Como consequência, quanto maior o domínio dessa língua, maior será a utilização dos pronomes clíticos e, quanto menor, menor será o uso dos clíticos pronominais. Em linhas gerais, observa-se que os estudantes não aprenderam de forma satisfatória o uso de clíticos pronominais na posição acusativa, uma estratégia adicional de preenchimento da posição acusativa.

A história de contato dos timorenses com o português, portanto, parece explicar os resultados até então obtidos. Eles foram colonizados durante muito tempo (1975 a 1999), por Portugal e, conseqüentemente, aprenderam a língua do colonizador português, no entanto, posteriormente, o Timor-Leste também foi colonizado pela Indonésia que proibiu a utilização do português e impôs seu próprio idioma; por isso, o português quase foi extinto do continente asiático, permanecendo apenas como uma forma de resistência dos cidadãos que não eram submissos à colonização da Indonésia (ALBUQUERQUE, 2011, 2012; MARTINS, 2016). No entanto, na Constituição de 2002, ao lado do tétum, a língua portuguesa foi constituída como língua oficial de Timor-Leste. Convém lembrar que, até 1975, apenas 5% da população falavam português; hoje, segundo o censo (2010), cerca de 25% falam português, o que comprova que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos timorenses em relação ao ensino-aprendizagem do PTL, a língua portuguesa tem sobrevivido e vem se recuperando lentamente. (ALBUQUERQUE, 2011, 2012; MARTINS, 2016; RIRIASSA, 2016).

5.2 VARIÁVEL: MODO VERBAL

Centre-se a atenção agora na variável “modo verbal”. Em seu estudo realizado sobre o PB, Mendonça (2004) afirma que alguns estudos registram que o modo verbal é uma variante muito importante para o condicionamento do clítico acusativo. A autora analisa também esta variável na sua pesquisa e percebe que o clítico acusativo tem baixo rendimento na quantidade total dos dados, porque dos cinco clíticos pronominais computados, dois ocorreram depois do verbo no infinitivo (20%) e três ocorreram antes do verbo no tempo simples (10%). Enquanto na seguinte pesquisa, o fator *modo indicativo* favorece a ocorrência

da posição de objeto preenchida, com o peso relativo (0,61), portanto, superior aos pesos relativos dos modos subjuntivo (0,07) e infinitivo/gerúndio (0,39):

Tabela 13 - Percentual e peso relativo referente à variável *modo verbal*

MODO VERBAL					
Fatores	Posição de objeto Preenchida		Posição de objeto Vazia		Peso Relativo (objeto preenchido)
	N	%	N	%	
Indicativo	449/479	93,7	30/479	6,3	0,61
Subjuntivo	2/3	66,7	1/3	33,3	0,07
Infinitivo/ Gerúndio	422/502	84,1	80/502	15,9	0,39

FONTE: Autora deste trabalho

O resultado obtido pode ser justificado pelo gênero do texto (redação) já que há predomínio do texto argumentativo em que há predominância de verbos no modo indicativo. Mendonça (2004), ao discorrer sobre a variável modo verbal, corrobora com o presente estudo, afirmando que as ocorrências dos verbos em posição proclítica, no pretérito perfeito do indicativo, condicionam as ocorrências de clítico acusativo. Em relação à categoria vazia, a pesquisa de Mendonça mostrou que a categoria é a estratégia de preenchimento mais usada na Mata Grande para uso do objeto direto anafórico, então do total de 50 dados, 30 ocorreram com o tempo simples (12 casos com a categoria vazia, 40%) e 7 ocorreram com a locução verbal com infinitivo (4 casos com a categoria vazia, 57%).

Discorrendo a respeito da mesma variável, Cyrino (1997) afirma que, o preenchimento ou não-preenchimento da posição de objeto, em relação ao verbo, constata que há um maior número de ocorrências dos verbos "dizer/saber/crer" e, portanto, o complemento desses verbos, sendo um clítico neutro com antecedente é [+específico/referencial, -animado], ou uma elipse sentencial.

Vejam-se alguns exemplos extraídos do *corpus* que evidenciam o uso dos modos indicativos, subjuntivo, infinitivo/gerúndio estando a posição de objeto preenchida (cf. (12) a (13)) e vazia (cf. (14) a (15)):

(12) a. “Penso que a ideia/opinião do Senhor Luis Nivio é verdadeiro e realidade, porque pouca pessoas é que **falam** a língua portuguesa e muitos professor/es não falam português”. (Inf. 31. F)

b. “... Quando eu **tiver** oportunidade para estudar Língua Portuguesa no universidade Brasileira eu aproveita tempo para estudar Língua Portuguesa para aumenta fala Língua Português...” (Inf.1. M)

(13) a. “Por quando **terminando** o meu curso em Universidade Brasileira e voltando para o meu país Timorense para servir, ajudar e trabalhar na especialidade curso que escolhi enfermagem”. (Inf.39. F)

b. “Eu pretendo cursar uma Universidade Brasileira, porque eu quero estudar na Universidade Brasileira para **aumentar** a minha capacidade e conhece muito de Língua Portuguesa e também a Universidade Brasileira é Único e há muitas estudante timorense que estudam na Universidade Brasileira”. (Inf.31.F)

(14) a. “Segundo, realidade os dados do governo do Timor-Leste quer neste momento o Timor-Leste muitos cidadãos que falar a Língua Tétum para *comunicar* Ø e utilizam no qualquer tempo”. (Inf.3. M)

b. “Se Agricultor não Produz o que é que nos vamos *comer* Ø para sustentar a vida”. (Inf.17. M)

(15) a. “O maioria dos alunos quando estavam em aula de Língua Portuguesa e também em outras matérias que ensinam com Língua Portuguesa, eles não compreendem Ø e ao mesmo tempo não falam é as vezes por falta de ensinar e motivação pelos professores...” (Inf. 2. F)

b. “Depois de acabar Ø, voltar para meu país quero contribuir meu país sobre areia especialidade que único acabei no Universidade Brasileira, para implementar neste país pelo Curso que tem com a Lingua Portuguesa”. (Inf.20. F)

5.3 VARIÁVEL: TIPO DE ORAÇÃO

No que se refere à variável *tipo de oração*, convém dizer que nem todos os tipos de oração foram significativos para a realização da variável analisada devido ao baixo peso relativo, dentre elas, podemos citar a oração relativa (incluindo relativa sem cabeça), que ficou com um peso relativo muito próximo ao ponto de neutralidade, por essa razão não condicionou a variável. Apenas 3 do total de 6 fatores foram significativos, a saber: “Matriz/simples/primeira, em coordenação”, “Complemento (reduzida ou não)” e “Adjunto (reduzida ou não)”:

Tabela 14 - Percentual e peso relativo referente ao tipo de oração

TIPO DE ORAÇÃO EM QUE OCORRE					
Fatores	Posição de objeto Preenchida		Posição de objeto Vazia		Peso Relativo (objeto preenchido)
	N	%	N	%	
Matriz/simples/ primeira, em coordenação	248/263	94,3	15/263	5,7	0,62
Segunda, em coordenação	464/552	84,1	88/552	15,9	0,36
Complemento (reduzida ou não)	73/74	98,6	1/74	1,4	0,85

Relativa (incluindo relativa sem cabeça)	21/23	91,3	2/23	8,7	0,46
Adjunto (reduzida ou não)	62/66	93,9	4/66	6,1	0,70
Substantiva	5/6	83,3	1/6	16,7	0,31

FONTE: Autora deste trabalho

A seguir, são apresentados exemplos de cada um dos fatores da variável “tipo de oração”, sempre colocados dois tipos para cada fator (um exemplo com a posição de objeto preenchida e o outro, com a posição de objeto vazia):

Matriz/simples/primeira, em coordenação:

(16) a. **“Todos os timorenses falarão português.”** (Inf.2. M)

b. “Eles vem para ensinar \emptyset e dar a capacidade e conhecimento que eles tem para nós”. (Inf. 16. F)

Segunda, em coordenação

(17) a. **“As Pessoas tendes Falar a Lingua Portuguêsa em Timor. Em Timor-Leste as comunidades queria falar bem a Lingua Portuguesa”.** (Inf. 25. F)

b. “... o Governo dar a oportunidade para o professor/es ir aprender a língua portuguesa em outra nação, mas não significa os professor vão todos \emptyset ”. (Inf. 30. F)

Complemento (reduzida ou não)

- (18) a. “Acho **que o estudante de Timor-Leste podemos aprender no Brasil com a língua portuguesa**. Sem significa que a educação de Timor-Leste não esta boa, mas só a Língua para ensinar os alunos é mínimo número de professores”. (Inf.7. F)
- b. “Quando acaba-se o meu estudo e volta para o meu país e eu quero implementar **tudo que eu estudo na Brasil** e para implementa \emptyset no meu país com capacidade e experiensia...”

Relativa (incluindo relativa sem cabeça)

- (19) a. “...Timor-Leste é uma nação Democrático **que tem o poder** para desenvolver o desenvolvimento da Língua Portuguesa, por isso Português é a Língua oficial de Timor-Leste”. (Inf.9. M)
- b. “Agora, **quem não estudam \emptyset** provavelmente não vão ser um bom profissional bem sucedido, e hoje tem uma carreira bem sucedida é necessário de ter uma boa formação”. (Inf. 4. F)

Adjunto (reduzida ou não)

- (20) a. “Nação de Timor-Leste **antes encontrar sua independência** enfrenta muitas dificuldades e obstáculos”. (Inf.1. M)
- b. “**Depois de acabar \emptyset** , voltar para meu país quero contribuir meu país sobre areia especialidade que ja acabei no Universidade Brasileira, para implementar neste país pelo Curso que tem com a Lingua Portuguesa”. (Inf.20. F)

Substantiva

(21)a. “Então isso é um dificuldade **para aprender Língua Portuguesa**”. (Inf.3. F)

b. É um papel importante para **aprender Ø**, porque a Linga portugueça é Lingua oficial. (Inf.21. F)

No que diz respeito à variável tipos de oração, Cyrino (1997), analisando o seu *corpus*, chega a evidências de que a categoria vazia pode ser representada por uma elipse sentencial ou por uma reconstrução, ou seja, são orações que são retomadas mesmo não estando escritas, apenas retomando o seu antecedente. Mendonça (2004) em sua abordagem, argumenta que, na análise geral das variantes constatou que as estruturas simples permitem as variantes do objeto direto anafórico, dependendo apenas do contexto comunicativo, devido à facilidade que ele é retomado no tópico do discurso. Na seguinte pesquisa os resultados sobre essa variável vão em direção aos resultados de Mendonça (2004), pois de forma semelhante, a posição de objeto preenchida é favorecida pelas orações matriz/simples/primeira, em coordenação (peso relativo 0,62), também, pode-se verificar que, o fator complemento (reduzida ou não), com o maior peso relativo (0,85) da variável analisada e se relaciona com a posição de objeto estudada por Cyrino (1997) de forma inversa: enquanto os resultados da autora são favorecidos pela elipse sentencial, os resultados da seguinte pesquisa foram condicionados, em maior proporção, pela posição de objeto preenchida por orações complementos.

5.4 VARIÁVEL: ANIMACIDADE

Relativo à variável “animacidade”, pode-se constatar que, de acordo com Cyrino (1997, p. 179), “o objeto nulo do PB atual é também resultado de reconstrução (uma relação de identidade sobre marcadores frasais), quando apresenta um antecedente [-animado]”. Além disso, Mendonça (2004, p. 53) observou que “o traço semântico do antecedente do objeto se mostrou bastante produtivo, pois quando o referente do objeto é [+animado] há um maior favorecimento para o preenchimento do objeto”.

Conforme os resultados quantitativos apresentados na tabela, a seguir, percebe-se que a hipótese da escala de referencialidade proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000)

relacionada à variável animacidade não é atuante nos dados escritos de Timor-Leste e, portanto, não se confirma: os fatores antecedente [+ animado] e antecedente [- animado] possuem pesos relativos próximo a 0,50 e, portanto, não foram relevantes para a escolha das estratégias de preenchimento da posição do objeto, sendo a variável desconsiderada pelo programa GOLDVARB X:

Tabela 15 - Percentual e peso relativo referente à animacidade

ANIMACIDADE					
Fatores	Posição de objeto Preenchida		Posição de objeto Vazia		Peso Relativo (objeto preenchido)
	N	%	N	%	
Antecedente [+ animado]	666/753	88,4	87/753	11,5	0,49
Antecedente [- animado]	207/231	89,6	24/231	10,4	0,51

FONTE: Autora deste trabalho

O exemplo (22), extraído do *corpus*, representa inicialmente o dado que aparece o único clítico pronominal, apresentando antecedente [-animado], em seguida, (23a) e (23b) ilustram a posição de objeto vazia cujo antecedente tem o traço semântico [+animado] e, por fim, (24a) e (24b), as posições de objetos vazias com referentes com traço semântico [-animado].

- (22) “...muitos professores não explicar ou não falar em **Lingua Portuguesa** porque não **a** conhecem, e por motivo desse os professores só falam em Tétum ou duas Línguas juntas durante nas aulas...” (Inf.2. F)

(23) a. “... e eu penso *que os timorenses usam a Lingua Portuguesa* mas eu veja que os timorenses usam so na escola que precisa aprendizagem com a matéria e tambem na instituição publica mas muitos minino Ø usam nas atividades todos os dias...” (Inf.24. M)

b. ... Eu tenho as qontas de referida: em principalmente Eu quero desenvolver Ø na minha nação, Eu quero estabelecer na minha conhecimento, Eu quero desenvolver **as pessoas** que analfabetização. (Inf. 26. F)

(24) a. “Por quando terminando o meu curso em Universidade Brasileira e voltando para o meu *país Timorense* para servir, ajudar Ø e trabalhar na especialidade curso que escolhi enfermagem”. (Inf.39. F)

b. “Bazeia nessa prova de redação sim aprender *português* é importante para um Timorense por quê na Constituição de RDTL (República Democrática de Timor-Leste) esta escrita no artigo 13 falam sobre as línguas Oficiais de Timor-Leste são Língua português e Lingua Tetum. Por isso é importante para os Timorenses aprender Ø para desenvolver essas nações no futuro iguais com país desenvolvidos como Brazil, Portugal, etc”. (Inf.39. F)

5.5 VARIÁVEL: SEXO DOS ESCREVENTES

Na tabela 16, a seguir, pode-se observar que o peso relativo mostra que o sexo masculino favorece maior uso de sintagmas nominais, enquanto o único caso de posição de objeto preenchida com clítico pronominal foi do sexo feminino. No entanto, neste estudo, não há a possibilidade de demonstrar que as mulheres fazem um uso superior de clíticos pronominais em relação aos homens, como afirma Mollica (2004, p. 35).

A respeito desta variável, “diversos outros estudos sobre processos variáveis do português apontam para o que poderíamos denominar uma maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas” (Mollica; Braga, 2012, p.35), mas, não dá para afirmar

que as mulheres são mais conservadoras, porque só um caso de clítico pronominal foi verificado.

Em seu estudo, Mendonça (2004) conclui que o sexo feminino se apropria mais da norma padrão da língua portuguesa, pois das 5 ocorrências de clítico acusativo, 3 foram registradas na fala do informante de sexo feminino:

Tabela 16 - Percentual e peso relativo referente ao sexo

SEXO DOS ESCRIVENTES					
Fatores	Posição de objeto Preenchida		Posição de objeto Vazia		Peso Relativo (objeto preenchido)
	N	%	N	%	
Masculino	430/471	93	33/471	7	0,61
Feminino	435/513	84,8	78/513	15,2	0,39

FONTE: Autora deste trabalho

Diversos estudos sociolinguísticos apontam que determinadas formas de prestígio, por exemplo, são mais comuns em falas de mulheres, o que sugere um maior grau de consciência acerca do *estatuto* social de determinadas formas linguísticas. LABOV ([1972] 2008, p. 281) nos diz que “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio”. O autor afirma ainda que, “fica claro que as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos” (p. 282). Por isso, a relevância de incluir-se a variável *sexo* em nessa análise. Com base nisso, ao analisar-se a tabela supracitada em relação ao peso relativo, observa-se que, as mulheres favorecem menos a posição preenchida do que os homens, afastando-se mais do que ocorre no tétum. O que é interessante é que a categoria vazia não é tão comum no PE, ao contrário do que ocorre no PB, portanto as estudantes timorenses deveriam dominar a variedade do PE, uma vez que os timorenses têm mais contato com

professores portugueses, raros professores brasileiros exercem a docência em Timor-Leste, e, quando isso acontece, estes professores dispõem apenas de materiais didáticos emprestados pelos docentes de origem portuguesa. No entanto, na escrita das estudantes timorenses não se observa uma competência comunicativa com influência do PE, e sim com influência do PB e do tétum.

5.6 VARIÁVEL: NOTA ATRIBUÍDA AO TEXTO

Na tabela abaixo, o programa GOLDVARB X não considerou significativos os fatores “menor nota” e “maior nota”, haja vista a proximidade dos pesos relativos ao nível de neutralidade (0,50). Observe-se a tabela a seguir:

Tabela 17 - Percentual e peso relativo referente à nota atribuída ao texto

NOTA ATRIBUÍDA AO TEXTO					
Fatores	Posição de objeto Preenchida		Posição de objeto Vazia		Peso Relativo (objeto preenchido)
	N	%	N	%	
Maior nota	422/479	88,1	57/479	11,9	0,47
Menor nota	451/595	89,3	54/505	10,7	0,52

FONTE: Autora deste trabalho

Os exemplos (20a) e (20b), extraídos do *corpus*, representam a maior nota (7,7) dos dados e, em seguida, (21a) e (21b) trazem exemplos da menor nota (0,7) encontrada nos dados analisados:

- (20)a. “O Governo não *decidiu outra Língua* por causa Timor-Leste não tem identidade se no caso Timor-Leste *decidiu o indonesia e inglês* quer dizer Timor Leste não é independente, más dependente de outra nação que visinhos”. (Inf.38. M)
- b. “Timor-Leste decidiu *a Língua Portuguesa* para facilita *as população* do Timor-Leste e especialmente os estudantes de Timor Leste têm habilidade sobre portuguesa por isso significa que Timor Leste têm habilidade sobre Portuguesa”. (Inf.38. M)
- (21)a. “No plano de 2013 o Governo Timor-Leste também *utilizam a Língua* em Universitário. Mas até agora o Timor-Leste também se *falam a Língua indonésio* na escola e no Meio Ambiente. Mas professores em Timor-Leste não se *falam a Língua Portuguesa* muito bom, cada professores em escola *falam a Língua Portuguesa* mas explicar com a língua tétum ou na língua indonésia”. (Inf.3. F)
- b. “Nas casas as crianças *leia o livro* português falam com a Língua portuguesa e também é muito facil para crianças *aprender a Língua Portuguesa*”. (Inf.3. F)

Observa-se que, independente das notas, as redações não evidenciaram um bom domínio do português na modalidade escrita por parte dos estudantes. É comum encontrar-se em suas redações, por exemplo, ausência de preposições, de concordância verbal, a presença de vocábulos grafados em desacordo com a ortografia oficial, ausência de recursos dos sinais de pontuação, ausência de pronomes clíticos, entre outros aspectos da norma padrão do PE. Esses usos revelam, portanto, que o português é de fato uma língua estrangeira e não uma L2 que tem sido adquirido com muita lentidão pelos timorenses, o que implica afirmar, segundo Albuquerque (2012) que há influência do tétum sobre o PTL. Nesse sentido, os estudantes não evidenciam um uso linguístico semelhante ao do PE, mesmo tendo um maior grau de escolarização, a saber: o ensino médio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que, dentre os países lusófonos, o Timor-Leste, último país a se tornar independente de Portugal e a participar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enfrenta mais desafios e obstáculos em relação à aprendizagem do português. Na época da colonização realizada pela Indonésia, essa língua foi proibida e permaneceu utilizada apenas por algumas pessoas, como forma de resistência ao domínio indonésio. Como consequência dessa dominação, tornou-se uma língua estrangeira para os timorenses, e não uma L2 (ALBUQUERQUE, 2011; BUSQUETS, 2007; ALMEIDA, 2008; RIRIASSA, 2016). Por isso, de acordo com Albuquerque (2011) a aprendizagem dessa língua tem evidenciado alguns obstáculos, pois a situação atual do sistema educacional de Timor-Leste é delicada, principalmente, porque não existem alternativas para resolver os problemas educacionais rapidamente, refletindo diretamente no domínio comunicativo oral e escrito dos falantes timorenses. Convém, portanto, que pesquisas linguísticas sejam empreendidas no intuito de auxiliar o desenvolvimento do ensino-aprendizagem tão precário dos timorenses em relação ao português.

Para exemplificar as dificuldades dos timorenses relacionadas ao português, podemos aludir às estratégias de preenchimento da posição acusativa observadas nos textos escritos dos estudantes timorenses desta pesquisa, uma vez que não recorreram a todas as estratégias disponíveis para o preenchimento dessa posição. Em geral, utilizaram, em sua maioria, o sintagma nominal (identificado nesta pesquisa como NP), sendo quase inexistente o uso do clítico pronominal. Enquanto no PB predomina o objeto nulo, conforme Cyrino (1997), no PTL essa estratégia de preenchimento da posição acusativa é mínima de acordo com esta pesquisa. Já em relação ao preenchimento por meio do sintagma nominal, percebe-se que no PB, os falantes não utilizam, em situações mais monitoradas, esta estratégia, preferem a utilização dos clíticos pronominais, no entanto no PTL observa-se, em um contexto monitorado (redação de vestibular), uma preferência por sintagmas nominais. De acordo com Neiva (2007, p.97), “o pronome lexical está praticamente ausente dos padrões de uso da língua entre os falantes cultos de Salvador”. No entanto, quando se refere aos sintagmas nominais anafóricos, a autora afirma que encontrou dados significativos de utilização na norma culta. Segundo Mattos e Silva (2017), diante da escassa utilização dos pronomes clíticos no PB, os falantes recorrem ao sintagma nominal como estratégia de preenchimento

da posição acusativa. Portanto, entende-se que, segundo Albuquerque (2011), a presença de muitos SN nos dados escritos dos timorenses pode ter origem do paradigma pronominal do Tétum, língua nativa dos timorenses.

Ainda de acordo com Albuquerque (2011, p.122), os pronomes pessoais “podem fazer referência a diversos conceitos estáveis no tempo, como pessoas e objetos, e, assim, comportam-se da mesma maneira que os nomes e expressam os diversos argumentos dos papéis sintático-semânticos – propriedade semântica”.

Embasada no viés da Sociolinguística Variacionista (LABOV [1972] 2008) e através da análise quantitativa realizada sob a ótica da Sociolinguística Quantitativa (BIDERMANCITE, 1978) e com uso do Programa GOLDVARB X (SANKOFF et. al., 2005), percebe-se que no PTL a posição de objeto acusativo preenchida prevalece em detrimento da posição de objeto vazia, pois, do total de 984 (100%), 88/873 (70%) representam objetos realizados, enquanto 11/111 (30%) representam a posição de objeto vazia. Desses objetos realizados, 873 dados têm a posição preenchida por SNs e apenas 1 dado, pelo clítico pronominal “a”. Esse resultado decorre da possível influência do tétum, a língua materna dos timorenses, em que os pronomes clíticos são inexistentes, segundo Albuquerque (2012). De acordo com Albuquerque (2012), o emprego dos pronomes pessoais, nos dados coletados do PTL, apresenta um comportamento único de variação, devido à influência do contato linguístico com as línguas nativas leste-timorenses que, por serem em sua maioria austronésia, possuem um paradigma pronominal bem distinto da língua portuguesa.

Os resultados obtidos neste estudo confirmam, portanto, a hipótese de que o tétum, possivelmente, exerce influência sobre o PTL, o que implica dizer que, embora clíticos pronominais possam até ser produzidos, não são a estratégia de preenchimento da posição objeto mais utilizada nos textos escritos. Nesse sentido, a modalidade escrita do PTL distancia-se do PE, que permanece com as mesmas características em relação às estratégias de preenchimento do pronome clítico no decorrer dos séculos.

Quanto à variável “modo verbal”, verificamos que o fator modo indicativo favorece a ocorrência da posição de objeto preenchida (0,61), sendo superior aos pesos relativos dos modos subjuntivo (0,07) e infinitivo/gerúndio (0,39). Os estudos de Mendonça (2004) comprovam que o clítico acusativo tem baixo rendimento na quantidade total dos dados, porque dos cinco clíticos computados, dois ocorreram depois do verbo no infinitivo (20%) e três ocorreram antes do verbo no tempo simples (10%).

Outra variável que apresentou dados relevantes para a seguinte pesquisa foi “o tipo de oração em que ocorre as estratégias de preenchimento da posição acusativa, três fatores do total de seis, foram significativos, a saber: a) Matriz/simples/primeira, em coordenação (0,62) b) Complemento (reduzida ou não) (0,85) e c) Adjunto (reduzida ou não) (0,70).

No que se refere à variável animacidade, foi desconsiderada pelo GOLDVARB X pelo fato de não exercer nenhuma influência no preenchimento e não-preenchimento da posição acusativa. Portanto, a hipótese de que “a escala de referencialidade proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000) relacionada às variáveis animacidade e definitude, poderia ser atuante nos dados escritos de Timor-Leste não foi confirmada.

Além de serem selecionadas variáveis de natureza linguística para a investigação do fenômeno em análise, foram selecionadas também variáveis de caráter extralinguístico que poderiam favorecer as estratégias de preenchimento da posição acusativa nos textos dos estudantes timorenses. Dentre os fatores extralinguísticos selecionados, podemos mencionar o sexo (masculino e feminino). A hipótese quanto ao sexo dos escreventes era de que as mulheres tenderiam a produzir mais clíticos pronominais, tomando por base que, em geral, primam pelo uso padrão da língua, conforme Mollica (2004). No entanto, esta hipótese não foi confirmada, porque, há apenas um caso de clítico pronominal. Vale ressaltar, porém, que as mulheres usaram mais objetos nulos que é uma estratégia não estigmatizada, contrapondo-se aos homens que deram preferência aos SNs, evidenciando uma maior utilização do paradigma dos pronomes no tétum.

Dando continuidade às variáveis extralinguísticas, a variável “nota atribuída ao texto”, foi desconsiderada pelo programa GOLDVARB X, por não apresentar fatores significativos para o condicionamento da variável dependente.

Por fim, quando observam-se outras variedades do português, encontram-se um maior volume de trabalhos sobre aspectos morfossintáticos do PE e do PB, mas, quando se trata de outras variedades não-europeias do português, principalmente do PTL, a quantidade de estudos torna-se insuficiente para traçar-se um painel morfossintático (em específico, das estratégias de preenchimento da posição acusativa) que possibilite a realização de uma análise comparativa mais detalhada entre as diversas variedades do português.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Davi Borges de. **Esboço Gramatical do Tetun Prasa**: língua oficial de Timor-Leste. Brasília: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Dissertação de Mestrado, 2011.
- ALBUQUERQUE, Davi Borges de. **O sistema linguístico como sistema ecológico**: um estudo da gramática Tetun (Timor-Leste). *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14 (1), 2013, p.184-186.
- ALMEIDA, Nuno Carlos Henriques de. **Língua portuguesa em Timor-Leste**: ensino e cidadania. Lisboa: UNIVERSIDADE DE LISBOA. Dissertação de Mestrado, 2008.
- ARRUDA, Niguelme Cardoso. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado**: um estudo sincrônico. Dissertação de Mestrado. Araraquara, UNESP, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BIAZOLLI, Caroline Carnielli. **Posição de Clíticos Pronominais em duas Variedades do Português**: Inter-Relações de Estilo, Gênero, Modalidade e Norma. Faculdade de Ciências e Letras. Tese de doutorado. Araraquara, São Paulo, 2016.
- BRANDÃO Silvia Figueiredo; VIEIRA Silvia Rodrigues. **Concordância nominal e verbal**: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. Alfa, São Paulo, 2012.
- BUSQUETS, Vera Lúcia Consoni. **“Eu queria muito aprender português mais”**: aspectos da língua portuguesa em uso em Timor-Leste pós-Independência. São Paulo: MACKENZIE Dissertação de Mestrado, 2007.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010. 768p.
- CINTRA, Luís Filipe Lyndley. **Sobre formas de tratamento na língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- COELHO, Izete Lehmkuhl et. al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, 1979.
- COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau** – um país da CPLP. PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, v. 20, n. 1, p. 11-253, jan./dez. 2010.
- COUTO, Hildo Honório do. **O crioulo guineense em relação ao português e as línguas nativas**. Universidade de Brasília, 2018. p.117.
- CUNHA, Celso.; CINTRA, Lyndley. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. **Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos.** In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 129-142.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; DUARTE, Maria Eugênia.; KATO, Aizawa. **Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese.** In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter.** Madrid: Iberoamericana, p. 55-73, 2000.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático - diacrônico.** Tese de Doutorado. Editora da UEL. Londrina, 1997.

DINIZ, Izabel Cristina Silva. **Língua Portuguesa em Timor-Leste: contexto de ensino e crenças sobre aprendizagem.** Belo Horizonte: UFVJM. Artigo Científico, 2013.

DINIZ, Izabel Cristina Silva; SILVA, Luana Fabrícia Correia. **Língua Portuguesa em Timor-Leste: contexto de ensino e crença sobre aprendizagem.** Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM: Minas Gerais, 2013.

DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela; GONÇALVES, Anabela. **Clíticos especiais em Português Europeu e Brasileiro.** ms. Lisboa. 2002.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. (1986) **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil.** Dissertação de mestrado, PUCSP.

FRANGIOTTI, Grazielle Altino. **As variedades linguísticas no ensino de línguas: análise de dois livros didáticos de italiano para estrangeiros.** Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2014. P. 39-50.

GALVES, Charlotte. **Ensaio Sobre as Gramáticas do Português.** Campinas, Editora da Unicamp, 2001. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 174-207.

GALVES, Charlotte.; LOBO, Tânia. **Ordem dos clíticos.** In LOBO, T., and OLIVEIRA, K., orgs. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 174-207.

GONÇALVES Perpétua. **Contacto de línguas em Moçambique: algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação de um novo léxico do português.** In: ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias / Tânia Lobo ... [et al.], Organizadoras. - Salvador: EDUFBA, 2012. 728 p. il.

GONÇALVES, Rita; HAGEMEIJER, Tjerk. **O português num contexto multilíngue: O caso de São Tomé e Príncipe.** Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, Série: Letras e Ciência Sociais. Vol. 1. Nº 1, p. 87-107. Lisboa: Portugal, 2015.

GUIMARÃES, Joice Eloi. **Língua Portuguesa em Timor-Leste: Análise de Orientações para o Ensino da Escrita.** Percursos Linguísticos, Vitória (Espírito Santo), v. 7. n. 14. 2017.

GUY, Gregory. **A identidade linguística da comunidade de fala**: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. *Creative Commons*. 2000. V. 14, n. 28-29.

INVERNO, Liliana. **A transição de Angola para o português vernáculo**: estudo morfossintático do sintagma nominal. In CARVALHO, Ana. **Português em contacto**. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/ Editorial Vervuert. 2009.

JORGE, Silvio Renato. **Português**: um nome, muitas línguas. *TV Escola: Salto para o futuro*. Ano XVIII. Boletim 08 - Maio de 2008. p. 22-28.

KATO, Mary Aizawa. (org.). **A concepção da escrita pela criança**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.

LABOV, William (1972). **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [**Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.]

LOBO, Tânia. **A sintaxe dos clíticos**: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo V. Lopes (org.). **O português quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador. EDUFBA, 2002. p. 83-101.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Retratos da variação entre você e tu no português do Brasil**: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, v.2, 2008, p. 55-71.

LUCCHESI, Dante. **História do contato entre línguas no Brasil**. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I. Orgs. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73.

LUCCHESI, Dante; ARAÚJO, Silvana. **A teoria da variação linguística**. Projeto Vertentes do português popular do Estado da Bahia. Universidade Federal da Bahia, 2018.

MAIA, Hélio José Santos; CARNEIRO, Maria Helena da Silva. **O desafio do Timor-Leste atual**: em busca de uma identidade nacional ligada à língua portuguesa. *Remate de Males*, Campinas, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 240-267, jan./jun. 2018

MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes. **A natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português**: uma análise contrastiva Recife, 2019. 237p.

MARTINS, Ana Maria. **História dos clíticos no Português**. Universidade de Lisboa. Tese de doutorado. Lisboa, 1994.

MARTINS, Benedita. **Interferências Linguísticas na Aprendizagem do Português por Falantes do Tétum**. Universidade do Minho Instituto de Letras e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM) – Português Língua Estrangeira (PLE) / Língua Segunda (L2). 2016.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia Barreto de. **O português brasileiro**. In: História da língua portuguesa em linha. [online]. Instituto Camões, s.d. Disponível em: <<http://cvc.institutocamoes.pt/hlp/hlpbrasil/>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MELLO, Maria Aparecida Curupaná de Rocha de. **A questão da produtividade morfológica no guineense**. Universidade de Brasília. Tese de doutorado. Brasília, 2007.

MENDONÇA, Valdenice de Anucena. **O Objeto Anafórico na Fala Matagrãndense e Paulistana: um Estudo Comparativo**. Universidade Federal de Alagoas. Dissertação de Mestrado. Maceió, Alagoas, 2004.

MOLLICA, Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In.: _____.; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 9-14.

MORAIS, Maria Aparecida torres; RIBEIRO, Ilza. **Colocação dos Clíticos no Português Europeu e Brasileiro**. Universidade de São Paulo (DLCV/USP), 2005, p. 22-41.

MORAIS, Maria Aparecida. **Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo**. Tese de doutorado. UNICAMP. 1995.

MOTA, Maria Antónia. **Para uma Tipologia da Concordância Sujeito-Verbo, em Português Falado: Contributos do Português de Luanda e de Cabo Verde**. Cuadernos de La Alfal. Nº 7, março, 2015: 17-35.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do e et al. **Corpus África: as cinco variedades africanas do português**. Textos Seleccionados. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2008, p. 373-384.

NEIVA, Nordélia Costa. **Objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala culta de Salvador: o clítico em desuso**. Dissertação de Mestrado em Linguística na Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

NUNES, Carla da Silva. **Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE**. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

NUNES, Jairo. **Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro**. In: ROBERTS, Ian e KATO, M. (Orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993. p. 207-222.

OLIVEIRA, Marilza de. **Ensino da língua portuguesa: os clíticos acusativos**. [pdf]. www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maril013. Acesso em 9 de março de 2015).

PAGOTTO, Emílio. **Clíticos, mudança e seleção natural**. In: ROBERTS, Ian e KATO, M. (Orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993. p. 185-206.

PEDRO, André da silva. **Varição Escrita: a epêntese na escrita infantil**. UFRPE, Recife. p.3,4.

PEREIRA, Dulce et al. **Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (ILTEC): Aspectos Sociolinguísticos**. 2003-2007, P.13-15.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do Português**. São Paulo, Ática: 1996.

- PINTO, Cecília Augusta Vieira. **Variação do objeto anafórico acusativo na fala de Florianópolis**. Universidade federal de santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Florianópolis,
- RIRIASSA, Ceres. **O futuro para a Língua Portuguesa em Timor-Leste**: Tese de Licenciatura. Universidade de Utreque e Universidade de Leida, 2016. p. 2.
- ROCHA, Maria do Rosário Cordeiro. **O processo de apropriação da modalidade escrita da língua**: um estudo sociolinguístico longitudinal. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2013.
- RUMEU, Márcia Cristina de Brito. **Variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista**: reflexões sobre a categoria social gênero. Alfa: Revista de Linguística, v. 57, São Paulo, 2013, p. 545-576.
- SANKOFF, D. et. al. **GOLDVARB X: A multivariate analysis applications**. 2005. Disponível em: <http://www.projetoaspa.org/pesquisa/goldvarb/manualvarbrul.doc>.
- SANTOS, Renata Livia Araújo de; VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. Uma rodada no GOLDVARB X. In: COSTA, Januacele Francisca et. al. **Variação e mudança linguística no estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 43-62.
- SILVA, Luana Martins da Silva. **A influência africana no português vernáculo brasileiro**: reflexões sobre clíticos de objeto. Universidade de Lisboa, Dissertação de mestrado, 2018.
- SOLETRAS, Ano II, nº 04. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2002.
- SOQUESSA, Nelson Víctor Muhongo; Gonçalves, Maria Filomena. **Contributos para a caracterização do português de Angola**: clíticos em contraste com o PE e o PB. Universidade de Évora, 2017, p.
- TARALLO, Fernando. **A Pesquisa sócio-lingüística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- TARALLO, Fernando. **Diagnosticando uma gramática brasileira**: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: Roberts, I. e M. A. Kato (Orgs.): 55-82.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2011.
- VEIGA, Manuel. **Cabo Verde**: da Diglossia à Construção do Bilinguismo *PAPIA*, São Paulo, 25(2), p. 177-187, Jul/Dez 2015.
- VILELA, Mário. **A língua portuguesa em África**: Tendências e fatos. África Studia, Nº1, 1999. Edição da Fundação Eng. António de Almeida. p 175-195.